

VIOÊNCIA
BRASIL BATE
RECORDE DE
FEMINICÍDIOS EM 2025

MÁRCIA LOPES
ENTREVISTA COM
A NOVA MINISTRA
DAS MULHERES

ECONOMIA
O PESO DO CUIDADO
NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO

FÁTIMA SILVA
A NOVA PRESIDENTA
DA CNTE E AS MULHERES
DA GESTÃO 2026/2030



Mátria

PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE

ANO 24 • VOL. 1 • N. 24 • EDIÇÃO 2026



A democracia avança **com a força da mulher**

Mátria

ANO 24 • VOL. 1 • N. 24 • EDIÇÃO 2026



FOTO DE CAPA Abimael Ferreira Campos
ARTE Bruno Soares

COORDENAÇÃO DA REVISTA MÁTRIA

Berenice D'arc (Secretária de Relações de Gênero da CNTE)

REDAÇÃO E EDIÇÃO Frisson Comunicação

DIREÇÃO EXECUTIVA Ana Paula Messeder

JORNALISTA RESPONSÁVEL João Paulo Rabelo (8309/DF)

EDIÇÃO João Paulo Rabelo

REPORTAGEM

Wesley Ricardo, Nanci Silva, Amanda Vieira,
João Paulo Rabelo e Gisele Fernandes

COLABORAÇÃO Fátima Silva (Presidenta da CNTE)

PROJETO GRÁFICO Noel Fernández Martínez

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA Bruno Soares

IMPRESSÃO Gráfica Positiva

TIRAGEM 15 mil exemplares



SRTVS Quadra 701 Conj L nº 38 Bloco I Sala 536 I Edifício Centro
Empresarial Assis Chateaubriand, Brasília-DF, CEP: 70.340-906

Fone: (61) 3964-8104 | www.frisson.com.br | atendimento@frisson.com.br

MÁTRIA: a emancipação da mulher / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – ano 24 (mar. 2026/mar. 2026 – Brasília: CNTE, 2003-
Anual
ISSN 1980-8984

1. Direitos da mulher. 2. Gênero. 3. Feminismo. I. Título. II. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

CDD 305.42
CDU 396(05)

Bibliotecária: Cristina S. de Almeida CRB 1/1817



SDS » Edifício Venâncio III » Salas 101/106
CEP: 70393-902 » Brasília-DF, Brasil.
Tel.: + 55 (61) 3225.1003
www.cnte.org.br » cnte@cnte.org.br

ACOMPANHE A CNTE NAS REDES SOCIAIS



/CNTEBRASIL



/CNTE_OFICIAL



/CNTEBRASIL



/CNTEBRASIL

1

EDITORIAL

CNTE

Mulher acolhida,
democracia fortalecida



56

ENCARTE TEÓRICO

DIREITOS SEXUAIS
DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES:
ENSAIOS NA MÁTRIA
EDUCADORA

DRA. ESTELA MÁRCIA
RONDINA SCANDOLA

REPORTAGENS

VIOLÊNCIA

UM HOMEM MATOU DUAS MULHERES DENTRO DE UMA ESCOLA..... 2

ENTREVISTA

MINISTRA MÁRCIA LOPES: PRIORIDADES E DESAFIOS
NA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO..... 12

MULHERES NA LIDERANÇA

FÁTIMA SILVA: DA SALA DE AULA NA PERIFERIA DO BRASIL
PARA O MUNDO, A EDUCADORA QUE AGORA LIDERA A CNTE..... 20

POLÍTICA

ELAS MOVERAM FRONTEIRAS: PODER FEMININO
E AS FISSURAS DA DEMOCRACIA LATINO-AMERICANA..... 42

ECONOMIA

ELAS SUSTENTAM O PAÍS..... 64

HORIZONTES

ENTRE FÓRMULAS E FRONTEIRAS:
A CIÊNCIA QUE AINDA NÃO É PARA TODAS..... 70

INCLUSÃO

MARCA DAS MULHERES NEGRAS 2025
SEMEIA O BEM VIVER, UM NOVO PROJETO DE PAÍS..... 76

INTERNACIONAL

UMA REDE QUE MOVE O MUNDO..... 84

COP 30

MULHERES AVANÇAM NA LUTA POR JUSTIÇA CLIMÁTICA..... 88

ENTREVISTA

ENTRE A DOR E A PALAVRA: A ESCRITA COMO RESISTÊNCIA..... 90

CULTURA

PAULINA CHIZIANE: VOZ, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA..... 94

HOMENAGEM

HELOÍSA TEIXEIRA: QUANDO A PALAVRA VIRA PONTE..... 95

ARTICULISTAS



10

BEATRIZ HELENA MATTÉ GREGORY

Enfrentar a violência política de gênero –
desafio importante neste ano eleitoral



40

MACAÉ EVARISTO

Educação Pública e Democracia:
A resistência contra a necropolítica

Confira também a versão eletrônica no site: www.revistamatria.com.br

A CNTE autoriza a reprodução do conteúdo desta revista com a devida citação da fonte.

98 GIRO

99 INTERAGINDO

100 SUGESTÃO DE ATIVIDADES

Mulher acolhida, democracia fortalecida

A Matria que chega às suas mãos não pede leitura apressada. Ela exige pausa, atenção e posicionamento. Em um país onde a violência contra as mulheres alcançou níveis históricos, inclusive dentro de instituições de ensino, como no caso do duplo feminicídio no Cefet-RJ, esta edição reafirma o compromisso da CNTE em nomear injustiças, denunciar omissões e defender a vida.

A pergunta que atravessa estas páginas é direta: por que denúncias não são ouvidas? A resposta, sabemos, envolve instituições que falham, alertas ignorados e um ambiente de trabalho que se torna território de medo. Para a CNTE, enfrentar essa realidade é parte da luta por uma escola pública segura, democrática e livre de misoginia.

A revista amplia esse olhar ao abordar a presença das mulheres na ciência, mostrando que acesso não basta: o desafio é permanecer, ser reconhecida e disputar espaços de poder em um ambiente ainda marcado por desigualdades profundas.

Mostra também o peso das mulheres que sustentam mais da metade dos lares brasileiros, muitas vezes em jornadas exaustivas, acumulando trabalho, cuidado e resistência cotidiana. Essas mulheres, majoritariamente negras e periféricas, também sustentam a escola pública e a democracia.

Em 2025, a Marcha das Mulheres Negras levou 300 mil mulheres às ruas de Brasília com uma pauta urgente de reparação histórica, justiça racial e bem viver. Suas vozes ecoam nas escolas e no movimento sindical: não há democracia possível sem enfrentar o racismo estrutural.

Tudo isso acontece em um ano simbólico: em 2026, a CNTE elegeu sua segunda presidenta mulher, reafirmando uma trajetória construída com luta, participação e protagonismo. Não é apenas representatividade: é projeto político: educação pública forte, igualdade de gênero, democracia viva e direitos garantidos.

A Matria reflete esse caminho. É uma revista feita por muitas mãos, que recusa neutralidade diante das desigualdades e que escolhe sempre o lado de quem educa, cuida e transforma.

Ler esta edição é aceitar um convite necessário: enfrentar a violência, fortalecer a organização coletiva e defender uma educação pública que acolhe todas as mulheres — e que persiste em um futuro mais digno para elas.

Boa leitura!

Diretoria Executiva da CNTE

UM HOMEM MATOU DUAS MULHERES DENTRO DE UMA ESCOLA



Esse homem era colega das duas mulheres que ele matou
Esse homem dizia que não queria ser chefiado por mulheres
Esse homem foi denunciado pela mulher que ele perseguia
O nome desse homem é João Antônio Miranda Tello Ramos Gonçalves
João Antônio Miranda Tello Ramos Gonçalves não é doente, nem monstro:
é um feminicida

Por: Amanda Vieira



Era uma sexta-feira, dia 28 de novembro de 2025, quando Allane de Souza Pedrotti Mattos e Layse Costa Pinheiro chegaram para trabalhar na unidade Maracanã do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ), zona norte do Rio de Janeiro (RJ), como faziam normalmente.

Allane era chefe da equipe pedagógica e acadêmica da Direção de Ensino do Cefet-RJ na Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Ensino. Layse era psicóloga e servidora pública federal no Cefet-RJ desde 2017, atuando na área de psicologia escolar. Mas neste dia 28 de novembro, elas tiveram suas vidas interrompidas pela misoginia extrema: o feminicídio.

O técnico-administrativo da instituição, João Antônio Miranda Tello Ramos Gonçalves, tirou a vida delas e depois tirou a própria vida. Ele já havia ameaçado Allane Mattos anteriormente, que o denunciou. Em nota, o Cefet-RJ informa que João Antônio foi afastado “por 120 dias, prazo máximo permitido pela legislação, entre setembro de 2024 e janeiro de 2025” e que “solicitou perícia médica oficial externa, que considerou que o servidor estava apto a retornar às suas atividades laborais”.

Para a Revista *Mátria*, o Cefet-RJ explicou ainda que a perícia médica teve o objetivo de comprovar a aptidão de retorno ao trabalho do servidor João Antonio Miranda Tello Ramos Gonçalves, que estava afastado por motivos de saúde. E que o servidor não foi exonerado porque havia um processo de investigação em tramitação junto à Corregedoria do Cefet/RJ e que estava dentro dos prazos legais.

Uma morte anunciada

“Há, no mínimo, dois anos, minha irmã comentou comigo sobre a insegurança que sentia dentro do Cefet/Maracanã, devido às ações persecutórias e assediadoras do feminicida João Antonio Miranda Tello Ramos Gonçalves. E não comentou somente comigo, mas com colegas de trabalho e com sua chefia, dezenas de vezes. Ele também ameaçou a Layse”, descreve a irmã de Allane, Alline de Souza Pedrotti, pesquisadora e linguista (UFSC), mestra e doutoranda em Linguística (UFSC). “Sempre que ia trabalhar, pedia para mudar de sala para que não fosse encontrada pelo assassino. Porque ele frequentemente perguntava para as pessoas onde ela estava, ou, quando não fazia isso, rondava, ele mesmo, pelo Cefet, à procura dela”, detalha.

Alline Pedrotti conta que fez uma simples busca na internet, em redes sociais e no Google, e descobriu que João Antônio tinha CAC [concessão para que Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador possa portar de arma de fogo] e, além disso, tinha como referência de vida o conceito *redpill*, um constructo misógino que endossa e perpetra, em ações práticas, a violência contra mulheres.

“Diante da seriedade da denúncia da minha irmã e de outras servidoras, o Cefet tinha o dever de ter procurado saber um pouco mais sobre a vida de João Antonio. Por que os/as responsáveis pela recepção e encaminhamento das denúncias não se ocuparam em fazer um trabalho tão elementar, simples? Porque não se importaram e não se importam”, avalia Mattos.

A CRONOLOGIA DE UMA TRAGÉDIA



Há dois anos, Allane já denunciava insegurança e perseguição pelo servidor, que possuía registro de CAC (armas) e seguia ideologias de ódio contra mulheres.



O servidor ficou afastado por 120 dias em licença médica enquanto respondia a processos administrativos, mas sem que houvesse exoneração ou medida preventiva definitiva.



Por iniciativa própria, ele solicitou perícia externa e foi declarado apto a retornar ao trabalho, decisão que ignorou o histórico de ameaças e o temor das vítimas.



Em uma sexta-feira, João Antônio foi à unidade Maracanã, cometeu o duplo feminicídio contra Allane e Layse e tirou a própria vida em seguida.

Foto: Renato Alves / Vinícius de Melo



“Parem de nos matar”: durante o 35º Congresso da CNTE, realizado em janeiro de 2026, a plateia se manifestou contra os feminicídios e em defesa da vida das mulheres

Justiça

“No caso dos servidores públicos, existem fundamentos jurídicos sólidos para a exoneração ou demissão de assediadores. A Lei nº 8.112/1990 já previa essas sanções, e o que vemos hoje é um avanço na padronização das respostas institucionais, reduzindo a margem para omissão, relativização ou tratamento informal de condutas que violam direitos fundamentais”, explica Patrícia Maeda, juíza do trabalho no TRT da 15ª Região (Campinas/SP), doutora em Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Além desse dispositivo, a procuradora do trabalho Luciana Marques Coutinho, vice-coordenadora nacional de Promoção da Igualdade Racial e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade) do MPT, menciona a Lei nº 14.540 de 03/04/2023, que instituiu o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual. “É fundamental que se adotem mecanismos efetivos para cobrança destas normas para que os empregadores cumpram efetivamente a legislação e eventualmente possam ser inclusive responsabilizados por negligência”, detalha Luciana Coutinho.

Para Alline Pedrotti, o Cefet/RJ falhou. “Sob outra direção, no passado, um servidor do Cefet/Maracanã foi exonerado por assédio. Já existiam

esses e outros precedentes para a exoneração de um servidor que colocava em risco a vida das mulheres com quem trabalhava e de todos/as os/as estudantes ali presentes”, analisa.

Alline Pedrotti conta que tem recebido dezenas de relatos de mulheres que têm passado por assédios morais, sexuais e ameaças de morte advindas de servidores homens das instituições onde trabalham ou estudam. “Elas me contam que temem por suas vidas, algumas há anos, porque já denunciaram pelas vias cabíveis formais e nada foi feito. E o sentimento de temor delas é legítimo e contextualizado, visto que minha irmã morreu porque nada foi feito, porque sua denúncia não foi levada a sério, porque o servidor não foi exonerado”, compartilha.

O crescente número de denúncias também é apontado pelo Monitor do Trabalho Decente, uma ferramenta da Justiça do Trabalho que monitora denúncias de assédio. A juíza Patrícia Maeda relata que os dados disponíveis indicam que as mulheres são maioria entre as pessoas que ajuízam ações por assédio sexual na Justiça do Trabalho, o que confirma o recorte de gênero desse tipo de violência e também revela um aumento da judicialização, impulsionado por maior conscientização e acesso à informação. “Ainda assim, sabemos que a subnotificação permanece elevada, especialmente por medo de retaliação e descrédito institucional”, pondera.

2025: O ANO DO RECORDE HISTÓRICO DE FEMINICÍDIOS NO BRASIL

MÉDIA DE

4 MULHERES

MORTAS POR DIA.

QUASE 3.000 ATENDIMENTOS DIÁRIOS PELO LIGUE 180.

AUMENTO DE

316 %

NO TOTAL DE ASSASSINATOS DE MULHERES EM 10 ANOS (COMPARATIVO 2015-2025).

MAIS DE

1.470

MULHERES VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO EM 2025.

RECORDE HISTÓRICO DESDE A TIPIFICAÇÃO DA LEI EM 2015.

(FONTE: MINISTÉRIO DAS MULHERES)

Por que as denúncias não são ouvidas?

“O assédio é uma coisa muito forte no ambiente de trabalho. E, geralmente, ele acontece principalmente sem testemunho. Isso é um processo muito complicado para as mulheres. E mesmo as pessoas testemunhando, ninguém acredita na fala da mulher”, reflete a ex-ministra das mulheres e feminista, Aparecida Gonçalves. Para ela, o grande obstáculo que está colocado para enfrentar a violência é dar crédito à fala da mulher. “Eu sempre digo que um dos desafios que nós temos é fazer com que a sociedade, de fato, acredite naquilo que diz a mulher”.

“Em segundo lugar, há o medo da retaliação. Em terceiro, é o processo do próprio encaminhamento no ambiente de trabalho. Nós avançamos na legislação, mas precisamos criar normativas para os encaminhamentos desses casos. Por exemplo, a mulher vai

continuar no mesmo espaço que o seu agressor? Ela vai ser transferida para um outro lugar? O que é que vai ser feito? E como vai ser feito?”, questiona a ex-ministra.

A procuradora do trabalho Luciana Marques Coutinho acredita que é essencial aperfeiçoar os mecanismos de responsabilização dos agressores e daqueles que no ambiente de trabalho deixam de adotar medidas para prevenção e combate. “Cabe ao empregador zelar pelo ambiente de trabalho, afastando e prevenindo riscos, sendo que a violência e assédio são ocorrências que precarizam as condições e o meio ambiente laboral”, reforça.

A juíza Patrícia Maeda, considera que é preciso “transformar esse arcabouço normativo e institucional em mudança cultural concreta, com ambientes de trabalho seguros, mecanismos de confiança para denúncia e respostas efetivas do Estado e das organizações”.

POR QUE ELAS CALAM?

CRIME INVISÍVEL

A ausência de testemunhas dificulta a comprovação do fato.

BARREIRA DO DESCRÉDITO

“Ninguém acredita na mulher”: a instituição invalida a denúncia.

MEDO DE RETALIAÇÃO

O temor de perseguição profissional silencia a vítima.

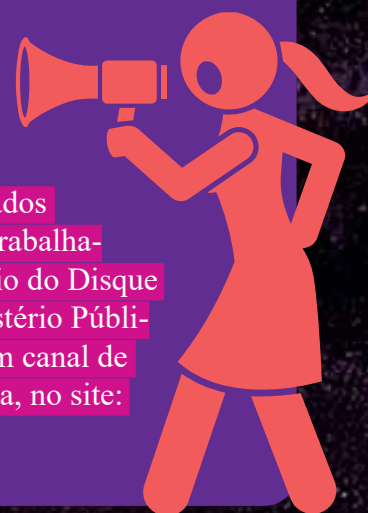
FALHA INSTITUCIONAL

Sem punição rápida ou normas claras, o ciclo se perpetua.

Conheça seus direitos!

Você sabia? Dentre os diversos regramentos de prevenção à violência contra a mulher em local de trabalho, há a Lei nº 14.457/2022, conhecida como **Programa Emprega + Mulheres**, com regras de prevenção e de combate ao assédio sexual que tornou obrigatória, dentre outras, condutas à fixação de procedimentos e canais corporativos para recebimento e acompanhamento de denúncias visando apuração dos fatos, proteção da vítima e responsabilização dos agressores. A mesma lei **alterou a regulamentação sobre a CIPA** – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho, que passou a ser também uma instância interna das empresas, responsável pela prevenção ao assédio.

Casos individuais de assédio moral/sexual praticados contra trabalhadoras(es), como também as condutas negligentes de empregadores, que não cumpram as normas de prevenção e combate ao assédio moral/sexual, **podem ser denunciados através dos Sindicatos de Trabalhadores da Categoria, por meio do Disque 100, Ligue 180 ou ao Ministério Público do Trabalho, que mantém canal de denúncia, inclusive anônima, no site: www.mpt.mp.br.**



Onda de violência

Nos meses de novembro e dezembro de 2025, uma sequência de crimes contra as mulheres ganhou repercussão nacional, além do caso do Cefet/RJ, houve casos em Brasília, em São Paulo e em Santa Catarina.

Em São Paulo, um homem atirou, usando duas armas, contra a ex-companheira na pastelaria em que ela trabalhava. Em Brasília, o corpo da cabo do Exército Maria de Lourdes Freire Matos, de 25 anos, foi encontrado carbonizado e o crime está sendo investigado como feminicídio, após o soldado Kelvin Barros da Silva, 21 anos, ter confessado a autoria do assassinato. Em Santa Catarina, foi registrado o caso de Catarina Kasten, que foi sexualmente violentada e assassinada quando saiu de casa para uma aula de natação.

Com o lema ‘Mulheres Vivas’, movimentos feministas realizaram um protesto em 20 estados e no Distrito Federal, como resposta a esses crimes contra mulheres e à crescente sensação de insegurança. A lista de reivindicações do movimento apresentou demandas históricas como delegacias da mulher 24h, casas-abrigo, proteção imediata para mulheres e filhos em risco, aceleração de medidas protetivas, combate à violência digital e discursos de ódio, e paridade de gênero no poder público.

Em 2025, o Brasil registrou mais de 1.470 feminicídios, um recorde histórico, e quase 3 mil atendimentos diários pelo Ligue 180, segundo o Ministério das Mulheres. Isso significa que quatro mulheres morreram por dia em crimes desse tipo — o maior número desde 2015, quando o feminicídio passou a ser tipificado como crime específico no nosso país. O índice pode ser ainda maior pois os dados do ano passado ainda não estão totalmente fechados, já que alguns estados não enviaram todas as informações de dezembro. Ainda assim, já é possível constatar que, em dez anos, o total de assassinatos de mulheres cresceu 316%.

Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom / Agência Brasil



Pacto Nacional Brasil de Enfrentamento ao Feminicídio

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participou, na manhã do dia 4 de fevereiro, no Salão Nobre do Palácio do Planalto, da cerimônia de lançamento do Pacto Nacional Brasil de Enfrentamento ao Feminicídio. O evento reuniu chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a ministra das Mulheres, Márcia Lopes, além de outros ministros, parlamentares, autoridades e convidados.

O Pacto formaliza um compromisso integrado entre os três Poderes para o enfrentamento da violência letal contra as mulheres, articulando ações de prevenção, proteção, responsabilização dos agressores e garantia de direitos. A iniciativa busca fortalecer a atuação coordenada do Estado diante de um problema estrutural que segue vitimando milhares de mulheres no país.

Durante a cerimônia, foi retomada a posição já expressa pelo presidente em dezembro, quando, em reunião com ministros do governo, integrantes do Supremo Tribunal Federal e outras autoridades, Lula defendeu o engajamento amplo do poder público no combate à violência de gênero. Na ocasião, afirmou ser necessário construir um movimento capaz de se transformar em um pacto nacional contra o feminicídio e todas as formas de violência contra a mulher, assumindo essa agenda como responsabilidade central do Estado brasileiro.

Congresso Nacional: “Precisamos de propostas que busquem não apenas punir, mas prevenir a violência”



Foto: Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

A deputada federal Luizianne Lins (PT/CE), assumiu em dezembro de 2025, a presidência da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher do Congresso Nacional (CMCVM). Nesta entrevista, ela conta quais são as prioridades no combate à violência na Câmara e no Senado.

Quais são os principais pilares que nortearão o seu mandato e os trabalhos da Comissão?

A CMCVM é uma comissão de pauta feminina, mas tem um foco específico, que é o combate à violência. Ela foi criada a partir de uma recomendação da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) que investigou a situação de violência contra a mulher no Brasil, no ano de 2012. Foi o relatório final desta CPMI que propôs a tipificação do crime de feminicídio. Portanto, trabalharemos para:

Consolidar a Política Nacional de Enfrentamento à Violência, fortalecendo as redes de proteção, para garantir a integração das áreas de segurança, justiça e assistência social. E garantir que a política chegue à diversidade das mulheres

brasileiras — negras, periféricas, do campo e da floresta, lésbicas, deficientes, idosas. Promover debates com a sociedade civil: esta é uma das motivações da comissão existir - ser um espaço de escuta ativa para movimentos de mulheres, entidades especializadas, academia e o poder público nas suas diversas esferas - Legislativo, Executivo e Judiciário.

Quais projetos de Lei ou mudanças normativas específicas a Comissão pretende priorizar? Há alguma proposta focada em aumentar a efetividade da Lei Maria da Penha ou da Lei do Feminicídio?

Atuaremos como uma ponte sólida entre a Câmara e o Senado para destravar pautas prioritárias e atualizar marcos legais, garantindo que o Congresso Nacional seja o

guardião intransigente dos direitos das mulheres. Na bancada feminina do Congresso já fazemos a defesa. No Congresso, temos uma infinidade de projetos, mas precisamos de propostas que busquem não apenas punir, mas prevenir a violência. Isto inclui garantir a efetividade da Lei Maria da Penha em todo o país, punição para o descumprimento de medidas protetivas, endurecimento e rigor contra o feminicídio e proteção aos órfãos; monitoramento de dados para que as políticas públicas sejam baseadas em evidências precisas e combate à misoginia.

Como autora da “Lei Lola” (que combate a misoginia na Internet), entendo que precisamos de projetos que criminalizem o ódio às mulheres e o assédio em ambientes digitais e físicos. Para isso, é fundamental o fortalecimento institucional da comissão, inclusive, buscar intercâmbio de experiências e apoio de organismos internacionais para o aprimoramento das políticas públicas brasileiras.

A Convenção 190 da OIT está em processo de ratificação no Brasil: em 2023, o governo federal enviou à Câmara dos Deputados o texto para avaliação (MSC 86/23), que só poderá entrar em vigor após aprovação pelas duas Casas do Congresso Nacional (Câmara e Senado). Qual a sua avaliação dessa convenção e a perspectiva de aprovação dessa pauta?

O Levante Mulheres Vivas realiza ato na área central de Brasília para denunciar o feminicídio e todas as formas de violência contra mulheres

A Convenção é um tratado internacional que define violência e assédio no trabalho, incluindo a dimensão de gênero e a proteção de trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores, incluindo informais, estagiários e voluntários. A ratificação é urgente, pois se trata de um instrumento necessário para o mundo do trabalho atual. Penso que é um passo inadiável para o Brasil, pois expande o conceito de proteção para além do ambiente doméstico, alcançando o espaço laboral e combatendo o assédio sexual e moral. A perspectiva de aprovação é positiva, mas exigirá “bons combates”. Vamos trabalhar para sensibilizar as duas Casas (Câmara e Senado), ter uma bancada feminina fortalecida e um ambiente político favorável para que o Brasil, finalmente, adote esse padrão internacional de proteção ao trabalho. A violência não escolhe lugar e o ambiente de trabalho tem sido, historicamente, um espaço de silenciamento e assédio para as mulheres. Aprovar esta lei

nas duas casas é garantir que a dignidade da mulher trabalhadora seja respeitada, consolidando o Brasil como uma democracia que não tolera o abuso em nenhuma de suas formas. O processo formal no Legislativo começou em março de 2023, quando o governo federal enviou o texto para ratificação. Tramita em regime de prioridade, foi designado a passar por cinco comissões permanentes: Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; Defesa dos Direitos da Mulher; Trabalho; Constituição e Justiça e de Cidadania.

O texto está na Comissão de Relações Exteriores (CREDN). Embora tenha recebido parecer favorável, a matéria enfrentou pedidos de retirada de pauta e resistência de setores mais conservadores, o que retardou o envio às comissões seguintes. Recentemente, em outubro de 2025, houve nova pressão da bancada feminina e de entidades sindicais para destravar a pauta. Seguiremos firmes, pois a nossa luta é todo dia!



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Foto: Reprodução Facebook

Beatriz Helena Matté Gregory

Feminista emancipacionista, Psicóloga, com Pós-graduação em Gestão de Pessoas no Serviço Público, foi Coordenadora-geral de Programas e Ações de Educação e Direitos do Trabalho das Mulheres na Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República de 2011 a 2016 e do Conselho dos Direitos da Mulher do DF por várias gestões. Atualmente é Secretária de Mulheres do PCdoB-DF e da Direção da União Brasileira de Mulheres-DF.

Enfrentar a violência política de gênero – desafio importante neste ano eleitoral

Este será mais um ano de acirramento e agravamento da violência política contra as mulheres. Temos visto se multiplicarem, nos últimos anos, os casos de tratamento machista, racista e misógino, com discursos e ações de ódio dirigidos às mulheres parlamentares brasileiras. Tem sido comum situações em que são ignoradas e se tenta barrar sua entrada nos espaços destinados às e aos parlamentares – em especial se forem negras, indígenas ou LBTs, como se aí não fosse o seu lugar. Também se multiplicam os ataques presenciais, com insultos, deboche e desqualificação de sua atuação. No entanto, nada se iguala ao crescimento estratosférico dos ataques virtuais, inclusive com o uso de inteligência artificial, incluindo

ameaças de morte e de estupro, não só a elas, mas também a suas filhas e familiares.

Com essas violências se busca intimidar, silenciar, destruir psicologicamente, aniquilar e afastar definitivamente essas mulheres da vida política. E esse fenômeno não se limita às que já compõem os parlamentos, mas se estende a candidatas e pré-candidatas. Embora de forma menos explícita e de um modo geral com menor gravidade, infelizmente pode-se dizer que, em qualquer situação onde se disputam espaços de poder, as mulheres sofrem algum grau de violência política. Afinal, esses espaços são histórica e tradicionalmente ocupados pelos homens.

A influência da cultura patriarcal

A violência política de gênero se dá inserida em um processo histórico que desvaloriza e oprime as mulheres e que atinge com mais peso as pobres, negras, indígenas, ciganas, havendo aqui um entrelace entre classe, gênero e raça/etnia. Tais ofensivas têm como base estruturante o patriarcado, que, segundo

“

A participação das mulheres na política é importante para as mulheres, mas também o é para a sociedade e para a própria democracia, hoje ameaçada.

”

Heleieth Saffioti¹, está em permanente transformação e cuja cultura ainda persiste, com seus valores já não se restringindo à família, mas alcançando e impregnando a sociedade como um todo, inclusive o Estado. O intuito é assegurar o controle de determinado grupo hegemônico no sistema político: o dos homens, brancos, heterossexuais, cristãos e de classe média/alta, características que, como se sabe, compõem o perfil dominante dos parlamentos brasileiros.

A legislação trouxe um alento, mas as diferenças ainda são gritantes

Mudanças na legislação, especialmente a partir de 2009, contribuíram para ampliar a participação das mulheres na política. A mais importante delas, que valeu a partir de 2018, refere-se a algo fundamental, o financiamento de campanha, que resultou num aumento significativo em sua participação nos parlamentos, elevando para 18% a representação das mulheres na Câmara de Deputados e para 19,75% a participação no Senado. Mas isso é muito pouco. As mulheres querem, precisam e têm direito a mais.

Esse aumento na representação se dá num tempo em que a sociedade brasileira avançou e compreende a importância da participação das mulheres na política. Ao mesmo tempo, se dá num contexto em que as mulheres, em sua maioria, não são e não querem ser vistas como “belas, recatadas e do lar”, como os setores conservadores ainda hoje tentam defender, com o intuito de que voltem para o espaço privado e deixem para os homens a esfera pública, onde as decisões maiores são tomadas.

As mulheres são hoje as principais responsáveis por mais da metade dos lares brasileiros, ocupam as mais diversas profissões, são lideranças importantes e reconhecidas em comunidades, assim como no meio sindical e político de um modo geral. Vieram para a luta por igualdade, justiça social e democracia, candidatando-se, vencendo eleições e assumindo seu papel no legislativo e no executivo e hoje também no judiciário. Numa

sociedade patriarcal e machista, isso passou a incomodar, podendo levar as mulheres a perderem inclusive suas vidas, como foram os brutais assassinatos de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, em 2018, e da Mãe Bernadete Pacífico, ativista da luta pelos direitos de quilombolas, em 2023.

As pressões pós assassinato de Marielle contribuíram para a aprovação da Lei nº 14.192, de 2021, que estabeleceu normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra as mulheres. Recentemente o TSE e a Procuradoria Geral Eleitoral firmaram um protocolo buscando disciplinar a aplicação da lei e garantir também a proteção das pré-candidatas, porém os desafios ainda são imensos.

As mulheres resistem e seguirão avançando

A violência política se dá em meio a um conjunto de outras violências. Se a mulher se insurgir e decidir lutar, como aponta a ativista, escritora e filósofa italiana, Silvia Federici², corre o risco de enfrentar violência ainda maior, como foi na idade média, numa alusão à caça às bruxas, quando as mulheres curandeiras, com conhecimento científico e principalmente, que não aceitavam a subordinação, eram queimadas vivas nas fogueiras.

A participação das mulheres na política é importante para as mulheres, mas também o é para a sociedade e para a própria democracia, hoje ameaçada. Silenciar as mulheres é silenciar a democracia. É fundamental que as mulheres sejam ouvidas e consideradas para a formulação de qualquer política pública ou qualquer projeto de país, estado, cidade. Assim, neste ano eleitoral, precisamos contribuir para a eleição de mulheres comprometidas com o avanço. A batalha será árdua, mas as mulheres estarão na linha de frente, na defesa de seus direitos, mas também de um país justo, democrático e soberano. Afinal, lembrando Silvia Federici, a caça às bruxas nunca terminou, pois as mulheres nunca deixaram de resistir!

1 <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/bancada-feminina-alcanca-91-deputadas-federais-1> e <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/bancada-feminina-do-senado>

2 Federici, S. (2004). “O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva”. Tradução: Coletivo Sycorax. SP: Elefante, 2017.

Ministra Márcia Lopes: prioridades e desafios na luta pela igualdade de gênero

À frente do Ministério das Mulheres, Márcia Lopes detalha avanços, metas e desafios para garantir direitos e combater violências em todo o país

Foto: ASCOM / Ministério das Mulheres

Natural de Londrina (PR), a ministra das Mulheres, Márcia Lopes, é assistente social com especialização na área de Criança e Adolescente e com Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Ao longo da vida profissional atuou intensamente em processos de formação em políticas para as mulheres e nas Conferências Estaduais e Municipais na área, em todo o Brasil.

Márcia foi ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2010, durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também foi secretária-executiva da pasta e secretária nacional de Assistência Social entre 2004 e 2007.

Em entrevista à revista *Mátria*, Márcia Lopes traçou um panorama das ações e prioridades da pasta para 2026, destacando a importância da execução orçamentária, da articulação federativa e do enfrentamento urgente ao feminicídio. Com a meta de aplicar os recursos com eficiência, seguindo o exemplo de 2025, quando foram executados 99,13% do orçamento, a ministra enfatiza que a prioridade é fazer o recurso chegar a quem precisa.

“

Nossa prioridade é simples e profunda: fazer o recurso chegar na vida real das mulheres.

”

Revista *Mátria* | Quais são as principais prioridades do Ministério das Mulheres para 2026 no enfrentamento às desigualdades de gênero?

Concluímos 2025 aplicando 99,13% do orçamento tanto discricionário como das emendas. Então essa é uma prioridade para nós, fazer o recurso chegar na ponta. Outra prioridade é a proposta que saiu da Conferência Nacional, que é construir um Plano Nacional de Política para as Mulheres. Vamos trabalhar para implantar o Sistema Nacional de Política para as Mulheres, que prevê incentivar que todos os estados tenham uma Secretaria de Estado para as Mulheres. Hoje nós temos em 17 estados - em outros 7 estados têm um nome, Mulheres, no nome de uma das secretarias, mas é junto com outras políticas,

não é um órgão exclusivo. Outra prioridade é consolidar o Plano Nacional de Cuidados, que tem 79 ações e tem uma previsão de R\$25 bilhões de investimento até 2027. Essas ações incluem diversos ministérios, estados e municípios, e isso também é uma prioridade: fazer a articulação intersetorial no nível federal, estadual e municipal para integrar as ações, sempre com essa perspectiva de ampliar o acesso das mulheres às políticas públicas em todos os lugares e de respeitar a diversidade. Nós falamos de meninas e mulheres em todas as suas diversidades, sejam étnicas, territoriais, sejam as LBTs, sejam mulheres que estejam em todo o território nacional. É difícil falar de prioridade, porque a gente tem aí uma lista de ações - e claro, é uma prioridade a gente enfrentar todas as violências sempre e já temos algumas ações previstas.



Cerimônia de transmissão de cargo do Ministério das Mulheres. Márcia Lopes, assume a pasta no lugar de Cida Gonçalves. Participam do evento autoridades de governo e representantes de movimentos de mulheres e de organizações da sociedade civil

Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom / Agência Brasil

Revista Mátria | Como a senhora avalia os avanços conquistados até agora?

O primeiro grande avanço foi a própria criação do Ministério das Mulheres, que no governo passado não existia. Era uma área associada que teve um desfinanciamento total. O segundo é que nós demos agilidade ao próprio orçamento, executando 99,13% do orçamento, aprimorando e melhorando a relação com o Congresso. Em relação às emendas, nós estamos com um diálogo muito franco com a bancada feminina, mostrando que as emendas são recursos da União, buscando qualificar a aplicação desses recursos. Nesse período estive em 20 estados, estabelecendo um diálogo

com todos os governadores, secretarias de Estado, parlamentares, movimentos sociais. E retomamos a construção das Casas da Mulher Brasileira - já temos 11 em

“
**Enfrentar o
feminicídio
exige mais que
políticas públicas
– exige mudar
mentalidades.**
”

funcionamento e vamos inaugurar agora seis casas - em Macapá (AP), Aracaju (SE), Vila Velha (ES), Belo Horizonte (MG), Foz do Iguaçu (PR) e Rio Branco (AC) - e outros seis centros de referência em municípios dos estados do Piauí, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Espírito Santo. Outro avanço são os fóruns das mulheres quilombolas, indígenas, catadoras, pescadoras, das centrais sindicais. A realização da nossa V Conferência Nacional de Política para as Mulheres também é um avanço, já que há 10 anos não existia mais conferência e o Conselho Nacional não se sentia valorizado, e aí nós realizamos uma grande conferência com a participação de 6 mil mulheres. Poderia falar de muitos avanços ainda, mas eu quero

encerrar aqui falando de mais dois: primeiro da retomada do Ligue 180. No governo passado houve uma fusão com o disque 100, 156 e isso gerou muita confusão. Agora comemoramos os 20 anos do Ligue 180, criamos um painel de dados e informações mais integradas. Em 2025 foram cerca de 3 mil atendimentos por dia no Brasil. E por fim, a aprovação ainda de várias leis importantíssimas, inclusive a Lei 14.611/2023, que trata da igualdade salarial. A lei é muito clara, para a mesma função, o mesmo salário, e a empresa que não cumprir, deve responder por isso. Outras leis, como a que trata da adultização das crianças e a que regulamenta a questão do uso dos celulares, também foram importantes para enfrentar a violência digital.

Revista Mátria | E quais são os maiores desafios que ainda persistem?

O desafio maior é a gente enfrentar uma história de determinações estruturais, que é do mundo, da história mesmo, de machismo, de autoritarismo, de misoginia. E isso gera violências. Enfrentar isso não é simples: não são só políticas públicas que se colocam à disposição para prevenir ou para combater ou para atender, que vão fazer essa mudança. A mudança é de mentalidade, é geracional, de hábitos e costumes que exige um aprendizado que vai desde o berçário até para lá do nível superior, com todas as categorias, com todos os grupos. O outro desafio é enfrentar a escala

“ Executamos 99,13% do orçamento em 2025. Isso mostra que o Estado pode, sim, funcionar para as mulheres. ”

nacional das demandas porque nós temos inúmeros programas e políticas públicas, mas se a gente não chegar em todos os lugares não cria o impacto necessário. E isso exige mais orçamento, mais visão, e às vezes tem um orçamento de bilhões para as emendas parlamentares que nem sempre se relacionam àquilo que é o planejamento do Ministério da Educação, da Saúde, das Mulheres,

do Trabalho, enfim, de todas as políticas públicas. Nós, felizmente, não tivemos nenhum corte no orçamento do Ministério das Mulheres. Os desafios de uma sociedade que está fazendo uma mudança de paradigmas passa por recuperar o Estado brasileiro, recuperar a Administração Pública Federal. Reconstruir o Brasil não tem sido simples em todos os aspectos, tanto o orçamentário, financeiro quanto na subjetividade. Uma sociedade que ouviu um presidente incentivar o uso de armas, ou de negar vacina, ou de não permitir que nas escolas se discuta igualdade de gênero, passa por um desafio imenso.

Revista Mátria | Qual é o papel da educação na promoção da igualdade de gênero e no combate à violência contra mulheres?

Participei de um grupo que tinha a presença da CNTE em que a gente fez um documento Inclusive falando da intersectorialidade Educação, Saúde e Assistência Social.

31/07/2025 - A ministra das Mulheres, Márcia Lopes, participa do programa Bom Dia, Ministra



Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom / Agência Brasil



Foto: Tânia Régio / Agência Brasil

A ministra das Mulheres, Márcia Lopes, participa do Evento de Alto Nível. Desenhando o futuro: mulheres, clima e justiça, no Pavilhão Brasil, na Blue Zone

Quando fui chamada pelo presidente Lula para ser ministra dessa pasta, eu disse a ele que seria muito importante essa articulação, esse comando do governo do presidente Lula para que, de fato, as áreas trabalhassem em conjunto.

Imediatamente marquei uma audiência com o ministro Camilo e com todos os órgãos. A escola continua sendo um espaço democrático de participação, de aprendizado, de formação. Nós temos aí necessidade da implementação da Lei 14.164/2021, que trata dos conteúdos de enfrentamento à violência nos currículos do ensino fundamental;

“
**Feminicídio não
 é um fenômeno
 isolado. É resultado
 de uma história
 que normalizou
 a violência contra
 mulheres.**
 ”

temos a Lei 14.986/2024 que trata da inclusão obrigatória dos conteúdos sobre igualdade de gênero e valorização das mulheres e propõe a criação de uma semana de valorização das mulheres que fizeram essa história. Trazer essa memória ajuda muito na mudança da mentalidade. Outro programa importante para estimular a igualdade de gênero é o Asas pro Futuro, que prioriza jovens mulheres para formação em áreas que geralmente são consideradas masculinas, como ciência, tecnologia, engenharias e matemática, os STEM [sigla em inglês para Ciência (Science), Tecnologia (Technology),

Engenharia (Engineering) e Matemática (Mathematics)]. Esse programa oferece oportunidade de formação nessas áreas, com bolsa de 300 reais por mês e parceria com 12 institutos federais. Além disso, estamos consolidando uma articulação com todas as universidades federais, institutos federais e universidades estaduais para que a prevenção à violência contra mulheres e o atendimento a elas seja feito a partir das universidades. Vamos assinar um protocolo entre o Ministério da Educação e o Ministério das Mulheres, para assumir esse compromisso de implementar nas universidades um programa amplo, com a criação de núcleos de atendimento e prevenção à violência, campanhas permanentes, introdução de conteúdos nos currículos de todas as carreiras, da área de saúde, educação, etc. É muito importante que um arquiteto, um engenheiro e todas as carreiras profissionais sejam formados com uma visão de igualdade de gênero. É importante que as campanhas dos ministérios e sindicatos coloquem a questão das mulheres na centralidade porque, de fato, as mulheres são impactadas e, ao mesmo tempo, elas são as protagonistas de processos educativos e formativos que são essenciais. Estamos tentando investir em novas tecnologias para fazer isso, utilizando as redes sociais e cursos de ensino à distância.

Revista Mátria | Há planos para ampliar programas de formação sobre gênero e diversidade nas escolas públicas?

Sim, há um compromisso do ministro Camilo Santana com essa pauta, e nós nos colocamos, inclusive, à disposição para ajudar nessa formação. Temos um grupo de pelo menos 20 grandes especialistas, para colaborar com o letramento de gênero. Temos projetos específicos de formação, e esse compromisso nós temos do ministro Camilo, para fazer isso do ensino fundamental ao ensino superior, inclusive de envolver as universidades comunitárias e privadas. Já temos muito material elaborado e estamos distribuindo isso em todos os espaços. No mês de março nós queremos todas as escolas do Brasil com uma programação intensa de formação, tanto para os professores, diretores, enfim, para os funcionários, quanto para as crianças. Assegurar formação no currículo de quem estuda pedagogia, medicina, serviço social, psicologia, todos os cursos, vai trazer um avanço para o processo de romper o conservadorismo e a discriminação.

“
**É impossível
reconstruir o
Brasil sem colocar
a igualdade de
gênero no centro do
projeto nacional.**
”

Revista Mátria | O Brasil ainda enfrenta índices alarmantes de feminicídio. Quais medidas concretas estão sendo adotadas para reduzir esses números?

Até o momento, temos 1.450 feminicídios em 2025 até dezembro [até o fechamento da matéria alguns estados não haviam encaminhado os dados de dezembro, então esse número pode aumentar]. Nós nos pautamos sempre todos os nossos dados com base no Ministério da Justiça, na Secretaria Nacional de Segurança Pública. Desde que o presidente Lula assumiu, em 2023, nós temos campanhas de feminicídio zero, nós temos programas de formação com a juventude, nós temos inúmeros programas, a própria Casa da Mulher Brasileira, o Centro de Referência, tudo para prevenir e para atender às mulheres vítimas de violência. Também é importante a gente ressaltar que nessa leitura de dados, quando o Ligue 180 faz esses três mil atendimentos por dia, eu tenho um dado aqui que mostra que 43% das violências atingem as mulheres negras, então também quando se planeja é preciso considerar as diversas realidades, onde estão as mulheres negras, onde elas vivem, onde estão as mulheres indígenas e assim por diante. Cerca de 73% das violências acontecem dentro de casa, então esse é um outro dado que a gente precisa ter em conta, as mulheres sentem medo na própria casa, é uma situação limite da sociabilidade humana; 46% das violências são cometidas por parceiros atuais ou ex-parceiros e esse processo. Esse aumento dos



Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

As ministras da Igualdade Racial, Anielle Franco, das Mulheres, Márcia Lopes, e da Gestão, Esther Dweck, durante ato do Levante Mulheres Vivas, na área central de Brasília, para denunciar o feminicídio e todas as formas de violência contra mulheres

feminicídios não é só do Brasil, isso é do mundo. Nós participamos de um evento no México e, toda vez que a gente reúne os países - teremos agora a maior comissão sobre as mulheres, a CSW, que vai acontecer em março lá em Nova Iorque - o mundo inteiro tá discutindo isso. Nós estamos vivendo uma situação de guerra e se os governantes de países não considerarem a responsabilidade que têm no apaziguamento, na prevenção contra todo tipo de violência, isso vai se reproduzir, porque há uma raiz histórica que foi sendo assimilada.

Se uma criança vê o pai gritar com a mãe, o pai xingar a mãe ou a madrasta ou o namorado, seja quem

for, a referência dessa criança vai ser isso. Claro que é um processo de formação, processo educacional e aí nós estamos trabalhando nessas perspectivas, analisando como é que as redes sociais se comportam, tipo de compromisso as emissoras têm nesse sentido de fazer prevenção, como é que os próprios prefeitos, governadores e governadoras têm dito. Tenho falado com prefeitos de todos os estados e eu tenho dito isso, se cada prefeito todos os dias falar: “nesta cidade nós não vamos admitir violência”, claro que isso muda, porque há um aliado para esse processo. Na véspera de Natal eu comecei a ligar para os governadores pedindo

que eles gravassem vídeos dizendo mulheres vivas, festa sim, violência não. Tenho viajado para me reunir exatamente para entender os processos de violência de cada estado, que são diferenciados. Fui para um município que disse “nós estamos há 102 dias sem feminicídio” - então nós temos sim situações de avanço. O presidente Lula chama para ele essa responsabilidade de dialogar com os homens e de fazer uma campanha permanente contra o feminicídio, contra todo tipo de violência. Em dezembro fizemos uma reunião com o legislativo, com o judiciário, com o executivo e estamos preparando uma minuta de um Pacto Brasil do

Enfrentamento ao Feminicídio, que deve acontecer no início de fevereiro, então se constitui um comitê interinstitucional que vai estabelecer planos de trabalho.

O Brasil tem um corpo de lei consistente, nós precisamos integrar e, de fato, dar a escala necessária, criando estratégias para mudar as consciências. As posições não podem ser autoritárias, conservadoras, machistas, senão a gente vai continuar banalizando a violência e achando que racismo é normal, que transfobia é normal. Então esse me parece que é um desafio imenso, porque a gente tem que se perguntar até que ponto a sociedade está decidida a romper com esse processo.

Quem de nós nunca repetiu aquela máxima, né, em briga de marido e mulher ninguém mete a colher? Nós fomos reproduzindo isso, as piadas, as músicas, os filmes, toda forma de comunicação, os próprios livros didáticos, inclusive, fazendo essa discriminação racial, étnica, etária, as mulheres idosas pedem muita atenção, as mulheres com deficiência, as mulheres em todas as suas necessidades e diversidades. Penso que é uma tarefa que não é simples, e não é de um governo, mas é de governos que têm ética, que têm sentido de democracia e de valorização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Revista Mátria | Como o Ministério pretende fortalecer a rede de proteção às mulheres, especialmente em regiões mais vulneráveis?

A gente vai lançar uma plataforma que já tem todas as propostas que saíram das conferências municipais de política para as mulheres, estaduais, e que chegou aqui na Nacional. Vamos trabalhar com essa plataforma para escrever o Plano Nacional de Política para as Mulheres, que vai corresponder a toda a diversidade das mulheres que se reuniram nos municípios. Nós temos o compromisso de implantar o Sistema Nacional de Política para as Mulheres. Também vamos pautar o Carnaval e o mês de março. Nós vamos inaugurar novos serviços das Casas da Mulher Brasileira. Vamos trabalhar de maneira transversal, com todas as políticas que têm agentes locais: nós temos agentes comunitários de saúde que vão para as casas das mulheres, nós temos os médicos de família, temos agentes territoriais da cultura, da economia solidária, as técnicas

que fazem assistência técnica no campo. Estamos organizando e escrevendo protocolos para que esses agentes que visitam as famílias possam observar sinais. Porque um feminicídio, ele geralmente não acontece de um dia para o outro, ele é resultado de um processo violento, abusivo, de uma relação abusiva. Nós estamos intensificando esse processo com os estados e municípios e com o Ministério da Saúde, todos os ministérios que tenham agentes territoriais para fazer isso. Esse é o fortalecimento da rede. E aí, claro que esse Comitê Interinstitucional dos Três Poderes é para isso, é para fortalecer a rede, é para a gente cobrar. Nós temos de tudo, desde casos exemplares dessa rede de proteção até casos absurdos, de delegacias que não querem registrar casos de violência contra a mulher. Então vamos fortalecer a rede, aumentar as medidas de proteção, divulgar mais as medidas de proteção, qualificar essas medidas, isso é uma forma fundamental de prevenção.

É preciso promover apoio técnico, a formação permanente das equipes, a articulação, a comunicação e a mídia. Entendo que a mídia tem um papel fundamental. Uma revista, que seja uma boa revista como a de vocês, ela tem que chegar, ela faz a diferença, quando ela anuncia as medidas de proteção, quando ela estimula a leitura e a divulgação, as rádios, as TVs, as emissoras todas. Então, acho que a gente tem aí um caminho pra andar, mas a gente já acumulou bastante.

“
Participei de um grupo que tinha a presença da CNTE: fizemos um documento sobre Educação, Saúde e Assistência Social.
”

Por: Nanci Silva e Amanda Vieira



Fátima Silva

Da sala de aula na periferia do Brasil para o mundo, a educadora que agora lidera a CNTE

A trajetória de uma incansável lutadora social

Foi na fronteira Brasil-Paraguai — no chamado Brasil profundo, uma região que não se define por linhas geográficas fixas e rígidas, mas por um espaço vivo de encontros, trocas culturais e identidades diversas — que a professora e pedagoga Fátima Silva, carregando muitos sonhos, iniciou suas atividades como educadora.

Em Coronel Sapucaia, no interior de Mato Grosso do Sul, em 1985, Fátima entrou pela primeira vez em uma sala de aula como professora. Nessa época, os pais faziam filas para conseguir vaga para os filhos nas escolas públicas, e muitos ficavam de fora. Um tempo em que os salários dos profissionais da Educação eram pagos com quatro, cinco e até mais meses de atraso. Foi assim que percebeu que era preciso agir para mudar as condições de trabalho e a qualidade social da Educação. Não bastava escrever lições de cidadania no quadro-negro, sabia que era preciso dar um passo além. E ela deu: ingressou no movimento sindical da categoria.

De lá para cá, já cruzou o mundo diversas vezes, representando as trabalhadoras e os trabalhadores em Educação. Esteve em regiões de conflito, de guerra civil, em salas de aula improvisadas, conferências e audiências com líderes e chefes de estado. Por onde passa, reafirma a certeza do que aprendeu com Paulo Freire: “Ensinar exige alegria e esperança (...) Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível”. E complementa o ensinamento do patrono da

Educação com as palavras de Angela Davis: “Eu não estou aceitando as coisas que eu não posso mudar, estou mudando as coisas que eu não posso aceitar”.

Com determinação, convicções firmes e abertura para novas aprendizagens, valorizando a escuta ativa, dedicou sua vida à causa da Educação, ao movimento sindical das(os) trabalhadoras e trabalhadores do Brasil e da América Latina, à luta pela igualdade de gênero, pelos direitos sociais e humanos.

Fátima Silva é a nova presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), eleita no Congresso Nacional da entidade, ocorrido de 16 a 18 de janeiro de 2026, em Brasília (DF). É a segunda mulher a ocupar a presidência na história da confederação. “O que me move é a luta para transformar a Educação e a sociedade. Mesmo diante de um cenário mundial marcado por crises e incertezas, carrego sonhos e esperança e me renovo a cada marcha e a cada mobilização. Vim do chão da escola, e foi lá que descobri muito cedo que ser educadora é um ato de coragem, que exige acreditar na potência do outro, da outra e na possibilidade de transformação social. Fui me construindo no movimento, na resistência, na celebração das conquistas, na diversidade cultural do nosso país e do mundo, na solidariedade das(os) trabalhadoras e trabalhadores e na certeza de que a luta pode mudar para melhor a vida das pessoas”, afirma.

Um legado de lutas, coragem e resistência

Fátima Silva explica que começou sua trajetória no movimento sindical, logo após seu ingresso no magistério. A primeira greve de que participou, na década de 1980, tinha como slogan “Dia 19 de abril não haverá aula no Brasil!”. “O movimento foi convocado pela antiga Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Era um período de muita efervescência política. Vivíamos a transição da ditadura militar para a democracia”, recorda.

Com outros educadores, ajudou a formar a Associação dos Professores de Coronel Sapucaia — depois se transformou em sindicato —, da qual foi presidente. “Tenho um grande orgulho de ter construído, ao lado da professora Fátima Silva, a maior entidade sindical de Mato Grosso do Sul”, lembra Antônio Carlos Biffi, professor, fundador e presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS), ex-secretário de estado de Administração e de Educação e ex-deputado federal (PT/MS).

“Eu presidia a Federação dos Trabalhadores em Educação quando a conheci, numa plenária sindical da categoria em Coronel Sapucaia, ainda nos anos 1980. A intervenção dela naquele encontro nos marcou profundamente. Ficou evidente que ali estava uma liderança em ascensão. Naquele momento, buscávamos novas lideranças para fortalecer o movimento, e não tivemos

dúvidas em convidá-la para integrar a gestão da federação”, afirma Antônio.

Fátima traz na bagagem larga experiência no movimento sindical. Foi vice-presidente regional da FETEMS, depois secretária de comunicação e presidenta da entidade por dois mandatos consecutivos. Seu trabalho ficou reconhecido nacionalmente e a levou para a Secretaria de Relações de Gênero da CNTE, fortalecendo as lutas das mulheres por mais participação e representação sindical e política. Depois assumiu a Secretaria de Relações Internacionais, cargo que ocupou por três gestões e por meio do qual construiu uma rede de solidariedade com as lutas das (os) trabalhadoras (es) em Educação de diversas partes do mundo, especialmente da América Latina, do Caribe e da África.

“Já estive em todos os continentes, caminhei ao lado de pessoas que não falavam o mesmo idioma que o meu, mas tinham o mesmo ideal de justiça, de defesa da Educação de qualidade para todos e todas, dos direitos humanos, da paz, da democracia e contra todas as formas de opressão. Nessa caminhada pelo mundo, vivenciei a força transformadora da solidariedade internacional”, revela.

Sua experiência e trajetória levaram-na à Secretaria-Geral da CNTE e à vice-presidência da Internacional da Educação para a América Latina.

Fátima Silva construiu sua trajetória no movimento sindical da educação a partir da base, unindo militância, formação política e compromisso com a democracia

“

O que me move é a luta para transformar a Educação e a sociedade. Mesmo diante de um cenário mundial marcado por crises e incertezas, carrego sonhos e esperança e me renovo a cada marcha e a cada mobilização.

”



Foto: Acervo pessoal

TERESA LEITÃO

Professora e senadora (PT/PE), foi deputada estadual, presidente do Sintepe e diretora de Assuntos Educacionais da CNTE.

Fátima Silva é uma mulher determinada, professora, que tem na luta pela Educação sua opção de vida e de militância, da qual, em parte, eu sou testemunha. Atuou em sala de aula, conhece os territórios em que a Educação é realizada, com suas bonitezas e seus enormes desafios. Construiu uma caminhada de liderança e respeitabilidade, como uma firme sindicalista, comprometida com a democracia e a defesa intransigente da Educação.

A professora Fátima Silva sempre teve seu rosto, sua voz e inteligência política mobilizados pela defesa da valorização dos profissionais da Educação, de todos e todas, e da Educação em seu conjunto e em toda a América Latina.

Por ter se dedicado e ser reconhecida no plano nacional e internacional como grande líder, Fátima ratifica um vínculo global muito interessante, que vai reforçando a condição da Educação como instrumento de resistência aos regimes autoritários. Portanto, teremos uma mulher, uma líder e dirigente, talhada para trabalhar na reafirmação da democracia partindo de compromissos internacionais de direitos humanos e dos compromissos com a plena fruição dos direitos educacionais.

Acredito, também, que seguiremos fortes lutando pela valorização da carreira e, também, no combate à terceirização, na defesa inabalável da escola pública, gratuita, democrática e de qualidade. Como mulheres, seguiremos na resistência às políticas de desmonte da Educação e atuando nas redes globais, com a IE e intercambiando pautas educacionais estratégicas, como a plataforma, a Educação a distância (ensino remoto) e a uberização."

A força estruturante da Educação Pública

A nova presidenta da CNTE teve participação ativa nas grandes lutas da categoria pela criação das bases do financiamento da Educação, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), ainda em 1996. Depois, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que passou a abranger toda a Educação básica: creche, pré-escola, ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos (EJA). Foi uma voz importante na defesa da Lei do Piso Salarial Nacional, do Plano Nacional de Educação e da Lei que assegura a valorização dos profissionais das redes públicas da educação básica.

Ela enfatiza que, nos últimos 40 anos, a Educação Pública melhorou em vários aspectos no país, e isso se deve à luta do movimento sindical, dos estudantes e dos pais. “Compreendo a Educação como uma política estruturante, porque sustenta o desenvolvimento social, combate desigualdades, fortalece a democracia e cria as condições para que todas as outras políticas públicas avancem. Já evoluímos nas nossas conquistas, mas para chegar até aqui foram muitas lutas empreendidas. Tivemos momentos na nossa história em que fazíamos

mobilizações pela construção de escolas para garantir o acesso universal à Educação e combater o déficit de vagas. Em outros momentos, os pais nos doavam alimentos, porque os nossos salários estavam há vários meses atrasados. Em nossas pautas de reivindicações, constavam desde merenda escolar até pagamento em dia dos salários”, relembra Fátima Silva.

Os indicadores demonstram que o país avançou no acesso e na permanência do aluno, na oferta da alimentação escolar — política pública fundamental e estratégica contra a fome, atuando em segurança alimentar, saúde, educação e desenvolvimento local —, materiais pedagógicos, na valorização profissional, na infraestrutura e nas condições de trabalho.

“Os investimentos na Educação e nos educadores, com o Fundeb e o piso salarial, resultaram em avanços na profissionalização. Hoje temos um quadro de profissionais muito mais capacitados, com acesso à formação continuada, pós-graduação, mestrado e doutorado. O Ministério da Educação (MEC) possui hoje a mais ampla política pública do mundo de distribuição de livros didáticos. A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, em 2000, era de 13,6%. Em 2024, caiu para 5,3%. Mas precisamos avançar mais”, afirma.

“

Compreendo a Educação como uma política estruturante, porque sustenta o desenvolvimento social, combate desigualdades, fortalece a democracia e cria as condições para que todas as outras políticas públicas avancem. Já evoluímos nas nossas conquistas.

”





Foto: Acervo pessoal

HUGO YASKI

Presidente da IEAL, secretário-geral da Central dos Trabalhadores da Argentina e membro do Conselho Consultivo da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI). Foi secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA).



A educação pública como política estruturante do Estado brasileiro: Fátima Silva defende o financiamento permanente, a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento de políticas que ampliem o acesso, a permanência e a redução das desigualdades sociais

Foi uma grande honra ter percorrido este caminho junto com a companheira Fátima Silva que, em sua trajetória, deixou inúmeras marcas e ensinamentos.

Fátima participou por pelo menos 20 anos do movimento sindical da Educação no âmbito da IEAL (Internacional da Educação para a América Latina), integrando o Comitê Regional da IEAL durante esse período.

Também participou da organização da Rede de Trabalhadoras da Educação na América Latina, com incidência na perspectiva política, na articulação e na organização dessa rede. Além disso, participou da organização do Movimento Pedagógico Latino-Americano, promovendo múltiplas atividades regionais e nacionais.

Participou ainda de inúmeras reuniões, organização por organização e país por país, em que apoiou as entidades na resolução de diversos conflitos políticos e promoveu diferentes assessorias para o desenvolvimento das organizações. Fez parte de várias reuniões com a Cooperação Sindical Internacional para formular e desenvolver projetos de caráter regional, como parte de sua atuação no comitê político regional.

Por fim, Fátima e eu caminhamos juntos por pelo menos duas décadas no Comitê Executivo da IEAL, onde conquistou reconhecimento por sua destacada atuação, em âmbito internacional, no marco da Internacional da Educação mundial.

Orgulhoso de ter feito parte de sua enorme e imprescindível trajetória!



Desafios e urgências da educação

No período marcado pelo golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff e, depois, pela eleição de Jair Bolsonaro, a CNTE consolidou-se como uma das principais vozes da resistência democrática. Fátima Silva exerceu papel importante, tanto na mobilização nacional como internacional, fortalecendo a organização de professores(as) e funcionários(as) da Educação para enfrentar políticas de desmonte da Educação Pública, denunciando retrocessos, cortes orçamentários e ataques à democracia e à liberdade de cátedra. Agora, com a eleição do presidente Lula, todos os esforços têm sido empreendidos na representação da CNTE nos espaços estratégicos de debate e formulação de políticas públicas e nas mobilizações pelo Plano Nacional de Educação.

“A CNTE se consolidou como uma entidade forte, plural, combativa, que congrega mais de 1 milhão de sindicalizados e 64 sindicatos filiados. Enfrentou o autoritarismo, reconstruiu pontes institucionais e ampliou sua influência política e social no Brasil e no mundo. Mas os desafios seguem enormes. Entre eles, impedir que o Congresso Nacional aprove a reforma administrativa que, se avançar, desmontará o Estado brasileiro,

precarizando vínculos de trabalho, reduzindo salários e abrindo caminho para a privatização de serviços essenciais, como a Educação”, alerta a nova presidenta da CNTE.

Outra pauta central da nova gestão é o cumprimento integral do Piso Salarial Profissional

Nacional em todas as redes e carreiras, com reajuste anual automático e efetiva vinculação à carreira. A luta também é pelo piso dos funcionários de escola, concurso público, redução da sobrecarga de trabalho, pelo estabelecimento de limites de alunos por turma, por condições adequadas de infraestrutura e pela construção de uma política nacional de saúde docente, que assegure cuidado com a saúde mental e a prevenção de violências, além do fim da taxação previdenciária dos aposentados.

Fátima também reafirma que, num contexto de avanço da extrema direita e ataques a instituições e estados democráticos, a Educação precisa ser afirmada, com todo o vigor, como fundamento para o pleno exercício da cidadania e da participação política e como elemento fundamental para a consolidação de uma sociedade democrática, plural e igualitária.

“

A CNTE se consolidou como uma entidade forte, congrega mais de 1 milhão de sindicalizados e 64 sindicatos filiados. Enfrentou o autoritarismo, reconstruiu pontes institucionais e ampliou sua influência política e social no Brasil e no mundo. Mas os desafios seguem enormes.

”

Com trajetória marcada pela atuação internacional, a presidenta da CNTE, Fátima Silva, reafirma que a soberania dos povos é inegociável, critica a ganância imperialista e defende o fortalecimento da articulação com a Internacional da Educação e com centrais sindicais de todo o mundo

Foto: Renato Braga



Foto: Ricardo Stuckert





Foto: Ricardo Stuckert



Foto: Acervo pessoal

ANTÔNIO CARLOS BIFFI

Professor, fundador e presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems). Foi secretário de estado de Administração e de Educação e deputado federal (PT/MS).



Foto: RAcervo pessoal / Fátima Silva



Tenho grande orgulho de ter construído, ao lado da professora Fátima Silva, a maior entidade sindical de Mato Grosso do Sul. Eu presidia a Federação dos Trabalhadores em Educação quando a conheci numa plenária da categoria em Coronel Sapucaia, ainda nos anos 1980. A intervenção dela naquele encontro nos marcou profundamente. Ficou evidente que ali estava uma liderança em ascensão. Naquele momento, buscávamos novas lideranças para fortalecer o movimento, e não tivemos dúvidas em convidá-la para integrar a gestão da federação.

Com determinação, coragem e dedicação, Fátima fez a diferença. Trouxe novas pautas para o debate, especialmente a participação das mulheres no movimento sindical, e presidiu a Federação com responsabilidade e impressionante capacidade de articulação estadual e nacional. Sua atuação contribuiu de forma decisiva para que a categoria conquistasse uma política salarial que hoje nos coloca em primeiro lugar no ranking dos salários.

Profunda conhecedora das questões educacionais do Brasil e da América Latina, Fátima tem trajetória marcada pela defesa da democracia, dos direitos sociais e pela busca permanente de transformação da sociedade.

Fátima vai liderar a CNTE com firmeza, visão estratégica, capacidade de diálogo e muita disposição para mobilizar as trabalhadoras e os trabalhadores em Educação em defesa da qualidade social da Educação, da valorização e dos direitos da categoria, além de fortalecer outras grandes lutas, como a pela democracia.

Igualdade de gênero e combate à violência

A eleição de uma mulher para a presidência da CNTE representa mais do que um marco simbólico, é uma conquista política no movimento sindical da Educação. Essa conquista não é individual, mas fruto de lutas acumuladas por igualdade e reconhecimento. “Ao ocupar a presidência, uma mulher amplia referências, produz identificação e fortalece trajetórias coletivas. Ela contribui para que as pautas de gênero ganhem centralidade política, especialmente numa categoria que é composta majoritariamente por mulheres. Sempre me lembro do que nos diz Conceição Evaristo: ‘O importante é abrir caminhos’. E ao abrir caminhos, incentivamos outras mulheres a ocuparem espaços estratégicos. Assim, o sindicalismo se renova e se aproxima da realidade social da categoria que representa”, fala com entusiasmo Fátima.

A dedicação de Fátima Silva à luta pela igualdade de gênero é ressaltada pela professora e senadora Teresa Leitão (PT/PE), que também foi dirigente de Assuntos Educacionais da CNTE e presidente do Sindicato do Trabalhador e da Trabalhadora em Educação de Pernambuco (Sintepe): “Posso afirmar que a caminhada ao lado da Fátima nos educou para um olhar cuidadoso para o papel da Educação, compreendida em sua mais ampla abrangência, na humanização e na conscientização das pessoas, preparando-as para um mundo complexo. Por isso mesmo, preparando e organizando as pessoas para a luta, incluindo sempre a defesa da igualdade de gênero em todos os espaços e a inclusão de mais mulheres, especialmente

negras, indígenas, periféricas nas frentes de luta e nos espaços de poder”.

Para Fátima, a CNTE tem papel essencial na luta contra as desigualdades e a violência de gênero no Brasil, um país que registrou aproximadamente 1.450 casos de feminicídio em 2025 — cerca de quatro mulheres assassinadas por dia. Além disso, pesquisas mostram que mais de um terço das mulheres no Brasil sofreram algum tipo de violência de gênero em um ano, revelando um problema estrutural e generalizado.

“O feminicídio é a face mais extrema de um ciclo de violência que ainda marca a vida da mulher. Cada mulher assassinada representa uma história interrompida e um chamado urgente para fortalecer a prevenção, a proteção e a responsabilização. Ao combater a misoginia, a violência e a discriminação, a CNTE fortalece a defesa da vida de meninas e mulheres e contribui para uma cultura de igualdade e respeito”, afirma.

Ela também destaca que recaem sobre as mulheres a dupla e até tripla jornada de trabalho, além das doenças desenvolvidas pelas péssimas condições de trabalho que provocam exaustão, adoecimento físico e mental. “A própria desvalorização da docência é fruto do machismo estrutural, que historicamente associa o cuidado e a educação — atividades majoritariamente exercidas por mulheres — a um trabalho naturalizado, pouco reconhecido socialmente e mal remunerado. Lutar contra isso é enfrentar as desigualdades de gênero”, alerta Fátima Silva.

“
Ao ocupar a presidência, uma mulher
amplia referências, produz identificação
e fortalece trajetórias coletivas.”

Em seu discurso de posse, Fátima rejeitou a leitura de que sua posse seja apenas uma mudança administrativa. “Não se trata apenas de ocupar um cargo, mas de reafirmar que as mulheres têm voz, têm história e têm papel central na luta sindical e na construção da educação pública brasileira”, afirmou.

Foto: Renato Alves

Foto: Renato Alves



Foto: Renato Braga

JUÇARA DUTRA VIEIRA

Professora, presidenta da CNTE por dois mandatos e vice-presidenta da Internacional da Educação

No debate sobre a constituição da CNTE prevaleceu a tese que a organização que sucederia a CPB, agregando os/as profissionais da educação básica pública, assumiria o conceito de classe de “trabalhadores em educação”. Foi uma decisão ousada para os anos 1990, quando o neoliberalismo se instalava no país sob estruturas sociais ainda fortemente marcadas pelo patriarcado, pelo patrimonialismo e pelo machismo.

De lá para cá, a CNTE tem dado passos fundamentais para garantir direitos para a população, a começar pela sua própria função social: a educação. Entretanto, persistem desafios, entre eles, a ampliação dos espaços políticos das trabalhadoras em educação nas escolas, nas universidades, nos parlamentos e na própria Confederação.

Por isso, é fundamental estimularmos o protagonismo das mulheres na CNTE e nas entidades filiadas, onde continuamos a ser maioria. A possibilidade de termos uma presidenta pela segunda vez em mais de três décadas da existência da CNTE será uma conquista das mulheres e das pessoas comprometidas com as lutas emancipatórias. Além disso, o histórico de Fátima Silva é de persistente trabalho em defesa e promoção das mulheres, da FETEMS à CNTE, à IEAL e à Internacional da Educação.

Incentivadora de primeira hora da formação da Rede de Mulheres da América Latina tem sido protagonista dessa importante – e continuada – luta que envolve não somente a educação, mas a sociedade e movimentos correlatos. Da mesma forma, sua atuação na articulação com as entidades e os movimentos sociais tem contribuído para que a CNTE mantenha e amplie seu protagonismo nas grandes lutas que o país enfrenta: no combate ao fascismo, na promoção da democracia, na defesa da soberania.

Juçara Dutra Vieira:

a primeira presidenta da CNTE

A professora aposentada da rede pública estadual do Rio Grande do Sul, Juçara Maria Dutra Vieira, que também é pesquisadora, gestora pública e militante política, foi a primeira mulher a comandar a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) nas gestões 2002-2005 e 2005-2008. Formada em Letras, com doutorado em Políticas Públicas e Gestão da Educação pela Universidade de Brasília, Juçara iniciou sua carreira docente no interior do do RS, em São José do Ouro e Cacique Doble, no início dos anos 1970. Nos anos 1980, foi diretora do 30º Núcleo do CPERS, em Vacaria, onde também atuou na educação superior.

Em sua trajetória, foi presidenta do Cpers-Sindicato por duas gestões, foi vice-presidente da Internacional da Educação (IE), integrou diversos conselhos, entre os quais o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República e o Conselho Internacional do Fórum Mundial de Educação. Juçara Dutra Vieira conta, à Revista Mátia, as principais conquistas de sua gestão e também fala sobre os desafios

da atual diretoria, sobretudo para as trabalhadoras em educação.

Revista Mátia: Professora Juçara, como a senhora avalia a trajetória das mulheres na liderança sindical da educação, especialmente considerando que foi a primeira presidenta da CNTE?

Juçara: A própria organização da sociedade fez com que as mulheres assumissem a educação e a saúde como os primeiros espaços de vida pública. Então a história profissional da mulher também é uma história de superação dentro dessas duas áreas. Por isso a grande maioria dos sindicatos que se formaram começaram com as professoras primárias, que eram a grande maioria da área profissional. Isso, porém, não significava que elas, automaticamente, fossem eleitas presidentas dos sindicatos. Então a superação desse paradigma foi lenta, um processo da mulher ir avançando, dirigindo o movimento em nível municipal, estadual. E na CNTE também foi um processo moroso, tanto que eu fui a única presidenta até

esse momento. Então eu entendo que a minha trajetória expressa um pouco dessa afirmação coletiva. Na medida em que eu cheguei à presidência, todas as mulheres da educação chegaram à presidência da CNTE.

Revista Mátria: Quais foram as principais conquistas para a categoria durante sua gestão?

As lutas ganharam mais visibilidade. A CNTE, na época em que eu fui presidenta, teve um protagonismo muito grande relacionado à possibilidade de fazer uma luta para avançar porque, por coincidência, nós tivemos um governo do campo democrático e popular. O papel do movimento sindical sempre consiste em lutar, seja com governos do campo democrático e popular, seja em governos que são adversos às lutas da classe trabalhadora. Mas há uma diferença no sentido de que, em determinadas circunstâncias a luta é de resistência a retrocessos e, em outras, a luta é para garantir direitos e buscar avanços. Nesse sentido, tive o privilégio de ver concretizada, por exemplo, a histórica conquista do Piso Salarial Profissional Nacional, que teve um enorme engajamento da categoria, sendo consolidado durante minhas gestões e transformado em lei no ano em que deixei a presidência. Outra grande conquista coletiva foi a valorização do segmento dos funcionários da educação, que não estavam incluídos na LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional).

Durante o período em que fui secretária de Assuntos Educacionais, dediquei-me à construção/consolidação da política editorial da CNTE,

elaborando a primeira edição dos Cadernos de Educação. Destaco, também, a própria revista Mátria, que nasceu com a contribuição da Fátima Aparecida da Silva, do sindicato do Mato Grosso do Sul, que publicava um material muito criativo, sobre o Dia Internacional da Mulher. Inspirada nesse material, a começamos, na CNTE, a dar esse formato à revista Mátria, que é publicada, anualmente, até hoje. Na linha editorial da Confederação, julgo importante destacar o papel da revista Retratos da Escola, pela sua contribuição à reflexão pedagógica, destacando o protagonismo da própria categoria e a parceria com colaboradores/as acadêmicos militantes.

Revista Mátria: Quais são os maiores desafios atuais para as mulheres e profissionais da educação em tempos em que enfrentamos uma onda de conservadorismo?

O impeachment da presidenta Dilma teve uma simbologia muito grande. Uma mulher alcançou a presidência da república, e os setores conservadores nunca aceitaram isso. A presidenta foi golpeada e isso tem um impacto muito grande nas lutas das mulheres até hoje. Além disso, um dos grandes desafios que nós vivemos é o caso da violência contra as mulheres, que recrudescer com crueldade, atingindo também as escolas – alunas, professoras e funcionárias. Não é só essa violência explícita e física, é uma outra violência, também, como, por exemplo, as propostas de usar câmeras em sala de aula, que chegam junto com o discurso reacionário do “escola sem

partido”. São iniciativas que visam controlar o pensamento crítico e a atuação das mulheres, majoritárias na educação básica. Também precisamos enfrentar a desvalorização profissional, agravada por tendências como a uberização e a pejotização, que precarizam a jornada – já extensa e não contabilizada – das educadoras. Você sai da escola, volta para casa e já tem que preparar a aula do dia seguinte: a jornada não contabilizada da educação precisa ser revista.

Revista Mátria: E quais devem ser as prioridades da nova gestão da CNTE a partir de 2026?

Temos que promover uma maior interação com as nossas juventudes, que serão as profissionais e os profissionais do futuro. Além disso, temos um desafio muito grande, que é a privatização por dentro da escola, promovido por governos que compram material produzido por bancos, material didático, material escolar. Esse resgate do conceito de “público” é muito importante, porque a educação é um direito público. Também é preciso consolidar a valorização dos funcionários da educação, garantindo os avanços legais e de formação. É fundamental manter o avanço e o resgate de valores de solidariedade e companheirismo, de valorização das lutas das mulheres, de negros e negras e em defesa da diversidade. Vamos continuar vivendo na sociedade capitalista, mas precisamos superar, nas lutas estratégicas e nas vivências cotidianas, tudo o que ela traz de nocivo e perverso: a misoginia, a homofobia, o racismo, agora letalmente contaminados pelo o fascismo.

Conheça as novas diretoras da CNTE

Foto: Renato Alves



Marlei Fernandes de Carvalho

Vice-presidente da CNTE

Marlei Fernandes de Carvalho é professora de Língua Portuguesa da rede estadual do Paraná, pedagoga e mestra em políticas públicas pela Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais - FLACSO. Vice-presidenta da CNTE, também é secretária de Assuntos Jurídicos da APP Sindicato. Foi presidenta da App Sindicato, ex-dirigente da CUT Paraná, militante da Marcha Mundial das Mulheres, coordenadora da Comissão de Mobilização do Fórum Estadual de Educação FEE/PR e Ex-coordenadora do Fórum das Entidades Sindicais.

Atua no sindicalismo desde os anos 2000 (como representante de base, participando de conselhos, dirigente sindical regional e depois dirigente estadual da App Sindicato e CNTE).

“Entreí no Sindicalismo por acreditar na luta coletiva, entender a educação como um processo permanente de transformação e de necessidade de lutar para

as melhorias de carreira, salário e condições de trabalho das educadoras e educadores. E, principalmente: a defesa da escola pública universal, laica, de qualidade e referência social para todas e todos”, destaca Marlei.

Para a próxima gestão, ela avalia que espera poder avançar nas diversas pautas de direitos, na consolidação da democracia e de direitos sociais. “Vamos atuar para consolidar e ampliar os direitos educacionais, e para que a CNTE seja a referência para todas as educadoras/es. A perspectiva é que a luta das mulheres se amplie contra todas as formas de violência, que ensinem nossas meninas que elas podem sempre e que os meninos não sejam violentos nunca”, ressalta.

Para Marlei, a recondução à vice-presidência da CNTE representa um referendo do país para um novo ciclo de muitas lutas, em defesa da soberania, da democracia, do desenvolvimento, por uma escola pública de qualidade universal. “Continuaremos lutando por uma escola gratuita, laica, não militarizada, não privatizada, pelo piso e carreira dos funcionários e professores, pelo concurso público, o não-adoecimento”, avalia Marlei.

Rosilene Corrêa (DF)

Secretária de Finanças da CNTE

Rosilene Corrêa é pedagoga, iniciou sua carreira como professora na rede pública de Goiás e, posteriormente, ingressou na rede pública do Distrito Federal. Atualmente, é professora aposentada, dirigente da CUT Nacional e vice-presidenta da TV Comunitária do DF.

Consolidou reconhecimento pela defesa da educação pública, pela militância social e pelo compromisso permanente com a categoria. Foi dirigente do Sinpro-DF (Sindicato dos Professores do Distrito Federal), ex-vice-presidenta do PT-DF, candidata ao Senado pelo DF, obtendo mais de 350 mil votos - 2022. Sua trajetória sindical no Distrito Federal teve início em 2004, quando integrou uma chapa eleita no Sinpro-DF, consolidando-se como dirigente a partir de 2006.

Possui diversas publicações pela CNTE, pelo Sinpro-DF e em produções acadêmicas, voltadas à valorização

dos profissionais da educação e à defesa de políticas públicas educacionais.

Desde o início da carreira docente em Goiás, Rosilene relata que admirava o trabalho do Sinpro e via no movimento sindical um espaço essencial para defender a escola pública e a valorização profissional. “Ao ingressar na rede do DF, encontrei na organização coletiva a força necessária para lutar por melhores condições de trabalho e direitos da categoria. A partir de 2006, ao assumir uma secretaria no Sinpro-DF, consolidei meu compromisso permanente com a defesa e a proteção dos trabalhadores/as da educação”.

Sobre a nova gestão, Rosilene destaca o fortalecimento da unidade e ampliação de ações de valorização da educação pública. “Acredito na importância de expandir a participação da base, promover maior diálogo e assegurar conquistas estruturantes para todos os profissionais da educação. Confio que a gestão avançará na luta por justiça social, qualidade educacional e respeito aos trabalhadores e trabalhadoras da educação”.



Foto: Renato Alves

Berenice D'arc Jacinto (DF)*Secretária de Relações de Gênero da CNTE*

Pedagoga formada pela Universidade de Brasília (UnB) e pós-graduada em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos, Berenice D'arc Jacinto construiu sua trajetória na interseção entre educação, sindicalismo e luta política. Militante desde o movimento estudantil, ingressou no sindicalismo em 2004, impulsionada pela atuação de base e pelo compromisso com a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação.

Atualmente, Berenice é secretária de Relações de Gênero da CNTE, diretora de Política para Mulheres do Sinpro-DF, conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, diretora da CTB e dirigente do PCdoB no Distrito Federal. Sua atuação se destaca pelo fortalecimento dos coletivos de gênero da CNTE, que hoje dialogam com mais de 52 sindicatos e alcançam milhões de educadoras e educadores em todo o país.

Para ela, a luta por igualdade de gênero é histórica e indissociável de uma perspectiva pedagógica emancipadora. A CNTE, afirma, tem papel estratégico na desconstrução da cultura patriarcal, machista e racista, levando o debate de gênero para o cotidiano das escolas e para a formulação de políticas públicas, currículos e diretrizes nacionais.

Na nova gestão da CNTE, Berenice aponta desafios centrais: consolidar a participação das mulheres nos espaços sindicais e políticos, fortalecer a unidade da classe trabalhadora, defender o Piso e a carreira docente e avançar na construção de uma educação antimachista, antirracista e livre de violências. Para ela, não há emancipação da sociedade brasileira sem a emancipação das mulheres.

Ieda Leal (GO)

Secretária de Imprensa e Divulgação da CNTE



Iêda Leal (61 anos), filha de Maria, mãe de Naomi, Júlia, Nuala, Naila e avó de Luara. Educadora e sindicalista, é ativista do Movimento Negro Unificado – MNU, educadora e sindicalista. É graduada em Pedagogia pela PUC/GO, Especialista

em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Salgado de Oliveira. Em sua trajetória, foi Coordenadora Nacional do MNU, ex-secretária de Comunicação da CUT e ex-secretária de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial/MIR. É militante desde a juventude, atuando em frentes do movimento estudantil, e logo buscou o mundo do trabalho: “Quando concluí a faculdade, procurei meu sindicato e me filiei pois o resultado da minha atuação na educação se deu porque meu sindicato garantiu concurso público e eu havia passado. Não é apenas um reconhecimento, mas a crença nítida de que o sindicato trabalha por nós. Segui participando e me tornei presidenta do Sindicato”. Iêda destaca que a nova gestão tem dado mais esperança para continuar o trabalho e está mais perto das pautas que movem nosso país. “São desafios em tempos difíceis, mas o time convocado para essa nova gestão tem a capacidade de continuar a luta e lutar para vencer”.

Guelda Cristina de Oliveira Andrade (MT) *Secretária de Assuntos Educacionais da CNTE*



Mestra em Política Educacional e especialista em Gestão Escolar pela UFMT, Guelda Cristina Andrade é funcionária da rede estadual de Mato Grosso desde 2000. Com trajetória iniciada em 2002, acumula vasta experiência no Sinte-

p-MT e na Secretaria-Geral da CUT-MT, unindo a prática como ex-diretora de escola ao rigor técnico em pesquisas sobre formação docente. Para a nova gestão, Guelda foca na luta para que o Estado garanta a estrutura necessária à execução do novo PNE, assegurando o acesso, a permanência e a terminalidade na educação básica sob princípios democráticos. Sua atuação prioritária exige que o Estado assegure valorização profissional, dignidade humana e reconhecimento social para todos os trabalhadores da educação pública.

Ivonete Alves Cruz Almeida

Secretária de Políticas Sociais da CNTE



Ivonete Alves Cruz Almeida é licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe e pós graduada em História Econômica do Brasil. Foi vice-presidenta e presidenta do Sindicato dos Professores do Estado de Sergipe (Sintese), de 2013

a 2016 e Presidenta de 2016 a 2022. Atua há 21 anos no movimento sindical e representa o Sintese, a CUT-Sergipe e a CUT Brasil. Atualmente atua nas secretarias: geral do Sintese, formação da CUT Sergipe, executiva da CUT Brasil e de Políticas Sociais da CNTE. Sobre a nova gestão, destaca: “Temos muitos desafios pela frente na luta pela garantia dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores da educação e na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todas as pessoas”.

Marília Cibelli Vicente de Oliveira Santos Mões (PE)*Secretária de Relações Internacionais da CNTE*

Licenciada em Letras pela UFPE e em Pedagogia, Marília Cibelli Mões é professora de Língua Espanhola nas redes estaduais de Pernambuco e da Paraíba. Com 18 anos de atuação sindical, integra a diretoria do Sintepe desde

2021 e ocupa atualmente a Secretaria de Relações Internacionais da CNTE. Especialista em educação, Marília é voz ativa no debate sobre a Reforma do Ensino Médio em fóruns como a Redestrado, tendo sido homenageada pela Câmara do Recife em 2023 e 2025. Ingressou no movimento pela convicção de que só a luta garante direitos e, na nova gestão, busca ampliar a voz da categoria mundialmente, combatendo a mercantilização do ensino e defendendo uma educação pública, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

Maria da Conceição Holanda Oliveira (PA)*Secretária de Política Sindical*

Maria da Conceição Holanda Oliveira, a Conceição Holanda, é professora das séries iniciais e atua há mais de 30 anos no movimento sindical. Atual Coordenadora Geral do Sintepp, já exerceu cargos de secretária geral, de finanças

e de formação, além de Secretária Nacional de Opressões da Intersindical. Por sua atuação na defesa da educação pública e dos direitos da categoria no Pará, foi homenageada com medalhas de honra ao mérito pela Câmara Municipal de Belém e pela Assembleia Legislativa do Pará.

SECRETARIA EXECUTIVA**Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (CE)***Secretária Executiva da CNTE*

Ana Cristina é formada em pedagogia, é mestre em educação espacial e tem pós-graduação em psicopedagogia, em educação especial de deficiência auditiva e psicomotricidade. Atua na direção do Sindiute (Fortaleza-CE) desde

2008. Foi eleita presidenta, em 2024, para a gestão 2025-2029. Entrou para o sindicalismo por influência familiar: o pai de Ana Cristina foi cassado no golpe de 1964, no ano em que ela estava nascendo. Ela conta que ele era militar pois na família dele, que tinha 10 irmãos, não havia dinheiro para fazer faculdade então ele foi para o exército. “Nasci em 1965, um ano depois do golpe. E aí acontece que a minha vida foi essa, de questionamento político, de defesa da justiça social, dessa militância no meio familiar, depois militância estudantil e cheguei ao movimento sindical”.

Claudir Mata Magalhães de Sales (RO)*Secretária Executiva da CNTE*

Claudir é pedagoga, pós graduada em metodologia do ensino e Gestão pública. Ex-presidenta do Sintero Rondônia e ex-diretora de Gestão da SEMED de Ji-Paraná (RO). Atua no sindicalismo desde 1997 e é representante do Sintero/RO.

“Entrei no sindicalismo por acreditar que através da união e ação na luta coletiva conseguiremos uma Educação pública com qualidade social e valorização dos profissionais da Educação. Esperamos que a nova gestão tenha a capacidade de organizar a luta por uma sociedade mais justa e igualitária com educação pública com qualidade social”.

Girlene Lázaro da Silva (AL)
Secretária Executiva da CNTE



Girlene Lázaro da Silva é pedagoga formada pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), com especialização em orientação educacional, professora da rede estadual, alfabetizadora e professora de educação especial (crianças com deficiência intelectual e surdas). Está no movimento sindical desde 1994, quando atuou na diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (Sintead), onde já ocupou o cargo de vice-presidenta por duas vezes e onde atualmente é secretária adjunta de Assuntos Educacionais. Girlene espera que a nova gestão dê continuidade às políticas de valorização de trabalhadores e trabalhadoras. “Que a escola pública venha a se tornar, de fato, um espaço público de conhecimento e que nós possamos ter a garantia do direito a essa política para todos e todas”, acrescenta.

Izabel Cristina Gomes da Costa Paolino (RJ)
Secretária Executiva da CNTE



Doutora em História pela UFF com pós-doutorado pelo CPDOC/FGV, Izabel Costa Paolino é professora aposentada da rede municipal e docente da Universidade Candido Mendes. Com trajetória iniciada em 1993, inspirada pela militância estudantil e católica, atua hoje como coordenadora-geral do SEPE-RJ. Integra o Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Especialista na análise das esquerdas e do socialismo, Izabel traz o rigor acadêmico para a luta sindical e partidária no PT-RJ. Para a nova gestão, foca na unidade com movimentos sociais, no fortalecimento dos direitos de mulheres e negros e no combate à violência política de gênero.

Kátia Cilene de Mendonça Almeida (AP)
Secretária Executiva da CNTE



Professora da rede pública do Amapá e especialista em Educação Popular, Kátia Cilene de Mendonça Almeida acumula mais de 20 anos de militância sindical e no movimento de mulheres da Amazônia. Atualmente, preside o SINSEPEAP e integra a direção da CNTE, com uma trajetória consolidada na defesa da gestão democrática e da segurança alimentar. Sua entrada no sindicalismo foi impulsionada pela vivência direta no chão da escola, acreditando na luta coletiva para garantir condições dignas de trabalho. Para a nova gestão, Kátia projeta uma atuação combativa e democrática, focada em ampliar a unidade nacional e a participação feminina no enfrentamento aos ataques à educação pública.

Maria Inez dos Santos (SC)
Secretária Executiva da CNTE



Educadora e sindicalista com 15 anos de trajetória, Maria Inez dos Santos, a Dandy, é graduada em Pedagogia com especializações em Psicopedagogia, Gestão Escolar e Comunicação Social. Atualmente, integra a direção executiva do SINTE/SC, onde ocupa a Secretaria de Organização. Sua entrada no movimento sindical foi motivada pela convicção de que a organização dos trabalhadores é o único caminho para a conquista de direitos. Para a nova gestão, Dandy defende uma atuação combativa, mantendo a entidade na linha de frente pela valorização de todos os profissionais que constroem a educação pública no dia a dia.

Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)
Secretária Executiva da CNTE

Foto: Arquivo Pessoal



Paulina Pereira Silva de Almeida é professora formada em Letras - Português com Especialização em Gestão Pública pela UESPI e em Sindicalismo e Trabalho pelo Dieese/CUT. É a atual Presidente do SINTE/PI Estadual,

sede em Teresina (PI), mandato 2025/2029. É Conselheira Estadual de Educação do Piauí com mandato até 2028. Foi presidenta do Sinte/PI regional da cidade de Oeiras (PI). Atua no sindicalismo desde 1999. Recebeu a medalha de Comendadora na cidade de Oeiras (PI). Atualmente é presidenta do Sinte/PI (2025/2029) e da diretoria da CNTE. “Espero da nova gestão a continuidade do trabalho que a CNTE tem feito ao longo dos anos, lutando pela valorização dos profissionais de educação baseada na carreira, formação e condições de trabalho”.

Vanda do Pilar Santos Bandeira Santana (PR)
Secretária Executiva da CNTE

Foto: Arquivo Pessoal



Mestra em Políticas Públicas com licenciatura em História, Vanda Bandeira Santana atua no sindicalismo desde 1998, acumulando 28 anos de experiência na base da APP-Sindicato. Atualmente preside o Núcleo Sindical da

APP de Paranaguá e compõe a Direção Nacional da CUT. Possui produção intelectual sobre questões educacionais como Plataformização Digital na educação e gestão democrática, tendo coordenado edições da CONAE e CONAPE. Ingressou no movimento atraída pelo método cutista de organização no local de trabalho, da concepção classista e de massa do sindicato. Para a nova gestão da CNTE, projeta uma atuação que dê continuidade ao processo coletivo, propositivo e articulado com movimentos sociais em defesa da educação pública como direito universal e emancipador da classe trabalhadora.

**SECRETARIA EXECUTIVA
ADJUNTA**

Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)
Secretária Executiva Adjunta da CNTE

Foto: Arquivo CNTE



Com 36 anos de dedicação ao movimento sindical, Francisca Pereira da Rocha Seixas, a Professora Francisca, é graduada em História e Direito. Atualmente, ocupa postos estratégicos como diretora da Apeoesp, além de compor o

conselho fiscal da CTB Nacional e a direção do PCdoB-SP. Sua trajetória em defesa do magistério foi reconhecida em 2023 com a Medalha Theodosina Rosário Ribeiro. Para a nova gestão da CNTE, Francisca defende o aumento massivo de investimentos na educação básica, cumprimento da lei do Piso Salarial Profissional Nacional e a consolidação da gestão democrática em todo o país como pilares para a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação.

Marilda de Abreu Araujo (MG)
Secretária Executiva Adjunta da CNTE

Foto: Renato Alves



Marilda de Abreu Araujo é pós-graduada em Matemática. É militante no movimento sindical desde 1979, quando participou da primeira greve do Estado de Minas Gerais. Representa na CNTE o Sindicato Único dos

Trabalhadores em Educação do Estado de Minas Gerais (Sind-UTE/MG). É diretora adjunta da CNTE. “Entrei no sindicalismo por entender a necessidade da valorização dos profissionais da Educação. Espero que nesta gestão possamos intensificar a luta por uma Educação pública de qualidade e na valorização dos seus profissionais.

Odisséia Pinto de Carvalho (RJ)
Secretária Executiva Adjunta da CNTE

Foto: Arquivo Pessoal



Odisséia Pinto de Carvalho é graduada em Pedagogia e pós-graduada em Educação Brasileira. Iniciou sua trajetória profissional por meio de concurso público em 1986, atuando como professora alfabetizadora. Em 1988, lecionou

na Faculdade de Filosofia de Campos, no curso de Pedagogia, e, no ano 2000, assumiu a Presidência da Fundação Jornalista Osvaldo Lima. Foi convidada pela Ministra Nilcéa Freire para assumir a Assessoria Especial da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), onde atuou no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à qualificação profissional e ao empoderamento das mulheres. Em 2009, foi eleita vereadora em Campos dos Goytacazes pelo PT. Atualmente, integra o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, o COMDIM/RJ e exerce o cargo de Coordenadora-Geral do SEPE Campos, dando continuidade ao trabalho da CNTE, com foco na defesa de melhores condições de trabalho e na promoção da justiça social.

Rosana Sousa do Nascimento (AC)
Secretária Executiva Adjunta da CNTE

Foto: Arquivo Pessoal



Mestra em Desenvolvimento Regional pela UFAC e licenciada em Geografia, Rosana Sousa do Nascimento possui uma trajetória de liderança consolidada no Acre. Com a experiência de ter presidido a CUT por três mandatos,

Rosana está em sua quarta gestão à frente do SINTEAC e atua como diretora da CNTE. Atualmente, também coordena a FACEASA, unindo a pauta educacional ao desenvolvimento rural da região amazônica. Movida pela crença na justiça social e no poder de pressão da classe trabalhadora, ela ingressou no sindicalismo para transformar realidades. Na nova gestão, sua perspectiva é enraizar a CNTE nas bases municipais e estaduais para fortalecer o avanço dos direitos sociais e trabalhistas.

Soraya Maria Cordeiro de Sousa (PB)
Secretária Executiva Adjunta da CNTE



Soraya Maria Cordeiro de Sousa possui licenciatura em orientação Educacional e é especialista em educação infantil. Ao longo de sua trajetória, foi diretora da CUT Paraíba na secretaria de mulheres. Representante da

Paraíba no coletivo nacional de mulheres da CUT, e hoje atua na diretoria do Sintep/PB. Foi vice-presidenta do PT em Campina Grande (PB), secretária Estadual de mulheres da CUT PB; gerente de políticas para mulheres no governo municipal em Campina Grande e secretária do orçamento participativo no governo municipal de Campina Grande. “O que me fez entrar no sindicalismo foi o desejo de contribuir na construção de um mundo mais justo, para os/as trabalhadoras, uma educação pública de qualidade, não desconsiderando outras frentes de luta porque entendo que só teremos um mundo justo e Paz quando todo comportamento que envolve discriminação e opressão não mais existir”.

Suzane Teixeira Barros (RS)
Secretária Executiva Adjunta da CNTE

Foto: Arquivo Pessoal



Graduada em Educação Artística pela FURG e especialista em Pedagogia Gestora, Suzane Teixeira Barros é professora concursada no Rio Grande (RS). Sua trajetória na coordenação do SINTERG iniciou-se em 2005, permanecendo até

2015, e sendo retomada em 2019, quando foi novamente eleita para a coordenação geral. Atuante na direção da CNTE desde 2014, Suzane também possui forte presença no controle social como presidenta do Cacs-Fundeb e conselheira de Previdência e de Direitos das Mulheres. Medalha de Mérito Educacional, ela foca sua atuação na unidade da categoria e na conquista do piso salarial para funcionários da educação, visando fortalecer a base municipal junto à Confederação.



Macaé Evaristo

Professora e assistente social, Macaé Evaristo é referência em gestão pública. Primeira mulher negra secretária de Educação em BH e MG, liderou a Secadi no MEC. Defensora de cotas e do ensino plural, licenciou-se como deputada estadual em 2024 para assumir o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Educação Pública e Democracia:

A resistência contra a necropolítica

Direitos humanos, sustentabilidade socioambiental e o papel central do/a educador/a na construção da soberania nacional

Pensar a educação pública de qualidade é pensar a própria democracia brasileira. Onde a educação é fragilizada, a democracia também o é. Onde a educação é fortalecida, a democracia se amplia.

Não há democracia sem educação pública, diversa, inclusiva e comprometida com os direitos humanos.

A luta pela educação é coletiva e estruturante para qualquer projeto de soberania nacional.

Falar de diversidade e de sustentabilidade socioambiental é, necessariamente, falar de educação. Mas é preciso fazê-lo com seriedade política. Direitos humanos não podem ser reduzidos a slogans. Eles só se concretizam quando assumidos como política pública estruturante, permanente e transversal, capaz de incidir sobre a vida real das pessoas.

Vivemos um tempo marcado por profundas contradições. A globalização econômica avançou, mas junto com ela se intensificaram fronteiras raciais, sociais e territoriais. O capital circula livremente, sem compromisso com povos, territórios ou direitos, enquanto pessoas — especialmente as mais pobres, negras, migrantes e refugiadas — têm sua circulação criminalizada.

Esse cenário revela processos contínuos de desumanização e silenciamento de

saberes, nos quais não apenas vidas são descartadas, mas também os conhecimentos produzidos por sujeitos historicamente marginalizados são deslegitimados para justificar sua exclusão. Trata-se de um projeto político que nega humanidade a determinados grupos para legitimar desigualdades históricas.

Vemos isso nas políticas anti-imigração, nas guerras, no esvaziamento dos fóruns multilaterais de direitos humanos e no uso seletivo da ideia de soberania. A soberania é evocada para negar direitos, mas é esquecida quando se trata da exploração de territórios, da destruição ambiental e da violação do direito dos povos à autodeterminação.

É nesse contexto que não podemos ignorar os **ataques sistemáticos às escolas públicas e às professoras e professores**, que precisam ser compreendidos como parte de uma lógica mais ampla de **necropolítica**. Quando o Estado — ou projetos autoritários que o capturam — decide quais vidas merecem ser protegidas e quais podem ser descartadas, a escola pública torna-se um dos alvos centrais. O desfinanciamento da educação, a criminalização do trabalho docente, a perseguição ideológica, o cerceamento da liberdade pedagógica e a produção deliberada do medo operam como tecnologias de

controle que negam a professores e estudantes o direito à existência plena, crítica e digna. Silenciar educadoras e educadores é administrar a morte simbólica do pensamento, da autonomia intelectual e da possibilidade de futuro para milhões de crianças e jovens, majoritariamente negros, pobres e moradores das periferias. Esses ataques não são neutros: recaem com mais força sobre a escola pública e sobre docentes comprometidos com o enfrentamento do racismo, do autoritarismo e das desigualdades, atingindo especialmente professoras negras, professores negros, mulheres e pessoas LGBTQIA+. Defender a escola pública e a autonomia docente é, portanto, resistir à necropolítica, afirmar os direitos humanos e proteger a democracia.

Diante desse cenário, nós, professoras e professores, precisamos assumir de forma consciente nosso papel como defensores da dignidade humana. Precisamos reconstruir nossa leitura sobre os direitos humanos e articulá-la a uma concepção ampliada do direito à educação, que inclua pensamento crítico, permanência, pertencimento e condições reais de acesso ao espaço escolar.

Precisamos pensar o direito à educação a partir da experiência concreta dos sujeitos das classes populares. Quando esquecemos que trabalhamos com seres humanos concretos, esquecemos da nossa própria humanidade. Crianças, adolescentes, jovens e adultos chegam à escola atravessados por histórias de desigualdade, mas também de resistência e luta.

Negar a educação bancária é afirmar uma educação que forme sujeitos sociais, políticos, culturais e éticos. É reconhecer que nossas escolas públicas são majoritariamente frequentadas por crianças e

jovens negros e negras. Portanto, raça, classe e gênero estruturam a experiência escolar, e o antirracismo precisa estar no centro do projeto educativo.

Essa compreensão é central quando falamos de educação em direitos humanos e de educação socioambiental. Precisamos rever a própria ideia de conhecimento e reconhecer povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades tradicionais como produtores de saberes fundamentais para a sustentabilidade da vida.

Experiências como o Programa Escola Integrada mostram caminhos possíveis. Ao reconhecer o território como espaço pedagógico, ao dissolver os muros simbólicos da escola, afirmamos que a cidade inteira educa quando valoriza seus saberes populares, seus mestres e mestras da vida.

No Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, temos buscado articular educação, direitos humanos e sustentabilidade, reafirmando que justiça social e justiça climática caminham juntas.

Não há soluções fáceis. O enfrentamento da emergência climática, das desigualdades e do autoritarismo exige força coletiva, políticas públicas baseadas em evidências, participação social e defesa intransigente da democracia.

Defender os direitos humanos, a educação pública e a sustentabilidade socioambiental é apostar na participação popular como vacina contra o ódio, a ignorância e a exploração. Sem enfrentamento ao racismo, ao sexismo e às desigualdades estruturais, não há futuro possível.

Um país que não reconhece professoras e professores como autoridades fundamentais compromete o próprio futuro.

Viva a luta organizada.

Viva a educação pública.

Viva a democracia brasileira.



ELAS MOVERAM FRONTEIRAS: PODER FEMININO E AS FISSURAS DA DEMOCRACIA LATINO-AMERICANA

O protagonismo feminino na política latino-americana avança, mas enfrenta ataques, vigilância e as fissuras de um sistema que ainda resiste a dividir poder

Por: João Paulo Rabelo

Por muito tempo, o poder na América Latina carregou rostos masculinos, mas, nas últimas duas décadas, o continente assistiu a algo novo e profundamente transformador: mulheres chegaram à presidência de países marcados por autoritarismo recente, desigualdade social persistente e estruturas patriarcais.

Não foi uma ascensão suave. Cada vitória abriu portas, mas também trouxe ondas de resistência, tentativas de deslegitimar mandatos, campanhas de desinformação e ataques com claros recortes de gênero: quando mulheres assumem o topo, o sistema é posto à prova.

Esse movimento, segundo a cientista política Vanilda Chaves, que pesquisa *cotas de gênero, democracia paritária na América Latina, financiamento eleitoral e trajetória de legisladoras*, revela um processo mais profundo: “A presença de mulheres no centro das decisões expõe tensões estruturais das democracias latino-americanas. São democracias que avançaram no voto, na institucionalidade, mas que ainda não incorporaram plenamente o princípio da igualdade política entre homens e mulheres”.



Vanilda Chaves

Ela explica que esses avanços sempre caminham ao lado de tentativas de contenção: “As mulheres que chegam ao poder são constantemente testadas. Seus mandatos são marcados por vigilância ampliada, questionamentos sobre competência e ataques que, muitas vezes, não recaem sobre seus projetos políticos, mas sobre sua presença enquanto mulheres em espaços historicamente masculinos”.

O enfrentamento às mulheres no poder não é apenas simbólico. Um estudo recente da América Latina detalha como essa violência se organiza em ciclos — do mapeamento à institucionalização — e mostra os mecanismos que ameaçam líderes femininas:

Nesta reportagem especial, revisitamos as trajetórias de cinco líderes que reescreveram a

história política do continente: Claudia Sheinbaum (México), Xiomara Castro (Honduras), Cristina Fernández de Kirchner (Argentina), Dilma Rousseff (Brasil) e Michelle Bachelet (Chile) e revelamos como suas jornadas iluminam não apenas o avanço democrático, mas também seus limites.

O recente triunfo de Claudia Sheinbaum no México, primeira mulher eleita presidenta do país, oferece o gancho ideal para revisar essas histórias sob um olhar contemporâneo.

Vanilda reforça que a ascensão dessas lideranças precisa ser entendida dentro de um processo mais amplo: “A democracia paritária na América Latina não se limita apenas a garantir mais mulheres eleitas. Ela exige transformar as regras do jogo político — financiamento, estrutura partidária, cultura institucional — para que mulheres possam disputar em condições minimamente equitativas”.



Presidenta eleita do México,
Claudia Sheinbaum

O CICLO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NA AMÉRICA LATINA

A visibilidade levou a mais cobertura e respostas institucionais: entre 2020 e 2024 houve aumento das notícias sobre violência política de gênero no Brasil, por exemplo, casos noticiados no mês anterior às eleições municipais, passaram de **29 em 2020** para **50 em 2024**.

Fonte: Câmara dos Deputados — relatório De Olho Nas Urnas (2024).



Resultado prático do mapeamento: em 11 de junho de 2025 foi publicado o Guia de Direitos diante da Violência Política contra Mulheres (UFSC/Ministério das Mulheres), orientações para prevenção, responsabilização e amparo jurídico. Números para destacar: Guia lançado 11/jun/2025 (PDF disponível)

Fonte: Guia UFSC / Ministério das Mulheres (PDF).



Informações: Ministério das Mulheres / UFSC (Guia 2025), Ministério dos Direitos Humanos — Disque 100 (outubro/2024), Câmara dos Deputados — De Olho Nas Urnas (2024).

Em 2024 o Ministério das Mulheres, em parceria com a UFSC, lançou projeto “Participação política e enfrentamento às violências de gênero e raça na América Latina e Caribe” de 12 meses, para mapear violência política de gênero na América Latina e Caribe, etapa inicial do ciclo: identificar mecanismos, padrões e dados.

Fonte: Ministério das Mulheres / UFSC — Projeto lançado (maio/2024).



No Brasil (2024), o serviço Disque 100 registrou 387 denúncias categorizadas como “violência política de gênero e contra as mulheres”, quase 70% das denúncias de violência política recebidas naquele período. Números para destacar: 387 denúncias (violência política de gênero) — Disque 100, 2024

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (comunicado Disque 100 — out/2024).



Em suas pesquisas, ela identifica padrões recorrentes:

- mulheres recebem menos recursos de campanha, o que limita sua competitividade;
- enfrentam resistências internas dentro dos partidos, especialmente em estruturas hierárquicas;
- sofrem ataques com base em estereótipos de gênero, que questionam sua legitimidade, moralidade ou capacidade de liderança;
- são pressionadas a performar papéis tradicionais, mesmo quando ocupam cargos de alta autoridade;

- têm sua trajetória constantemente comparada à dos homens, como se precisassem provar o dobro para receber metade do reconhecimento.

Vanilda afirma que essas dinâmicas ficaram nítidas nos mandatos de Dilma, Cristina e Bachelet. “Quando analisamos essas trajetórias, percebemos que o que se enfrenta não é apenas a política institucional, mas um conjunto de expectativas sociais que ainda associam poder ao masculino. Isso produz fissuras profundas nas democracias latino-americanas, que ainda não se acostumaram com o poder compartilhado”.

Foto: Schuma Schumacher / Acervo Pessoal



Schuma Schumacher

Para a escritora e ativista feminista antirracista Schuma Schumacher, autora do livro *Mulheres no Poder*, o avanço da presença feminina na política latino-americana é resultado direto da resistência das mulheres diante de um cenário ainda marcado por ameaças conservadoras e violência de gênero. “O que mais me chama atenção é que, apesar de tantas ameaças, de uma onda conservadora que usa as mulheres para ‘defender as famílias’, de alguns retrocessos, as mulheres da América Latina seguem resistindo e abrindo veredas.

Há uma nova geração de lideranças que já nasce com consciência feminista e antirracista, que fala de poder compartilhado, de bem viver, de sustentabilidade e justiça social. Mesmo diante da violência política e da misoginia, seguimos transformando o modo de fazer política”, afirma.

Segundo Schuma, o poder feminino ainda provoca incômodo porque desmonta estruturas que sempre foram pensadas para os homens mandarem e as mulheres obedecerem. “O patriarcado não aceita dividir o poder, ele entende o mundo público como propriedade masculina e um espaço dos homens. Quando uma mulher chega lá, ela rompe essa lógica e expõe o que muitos ainda não suportam: que somos cidadãs plenas, competentes, com direito a decidir, a comandar e a ser respeitadas. Quando exercemos poder com autonomia, ética e compromisso coletivo, desafiamos um sistema inteiro que se alimenta da nossa subordinação”, explica.

Ao analisar as experiências de lideranças como Dilma Rousseff, Cristina Kirchner e Michelle Bachelet, a escritora afirma que as trajetórias dessas mulheres escancaram o limite das democracias patriarcais. “Elas foram julgadas não por seus atos políticos, mas por serem mulheres que ousaram ocupar o espaço do mando. Isso revela o limite das democracias

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil



Brasília -
A presidenta
afastada, Dilma
Rousseff, faz
sua defesa
durante sessão
de julgamento
do impeachment
no Senado



Foto: Agência de Notícias RedAction

patriarcais, quando o poder muda de rosto e de corpo, o sistema reage”, diz.

Schuma também aponta que a violência política de gênero segue sendo um dos principais obstáculos à participação feminina plena. “As instituições ainda são dirigidas por homens e moldadas pela lógica machista. A violência política de gênero é tratada como ‘exagero’ ou ‘mimimi’, quando na verdade é uma forma de manter as mulheres fora do jogo. Falta vontade política, mas também uma cultura democrática que entenda o poder como um bem comum e não como propriedade masculina.”

Sobre o marco histórico da eleição de Claudia Sheinbaum, no México, Schuma destaca o simbolismo e o desafio que esse momento representa. “Num México que lidera índices de feminicídio, a vitória de uma mulher, cientista, progressista, traz enormes desafios e carrega um grande simbolismo. Mas também é um teste de até onde um governo liderado por uma mulher poderá enfrentar as violências e as estruturas de poder que o próprio Estado reproduz? O desafio é imenso, mas a esperança também.”

Para ela, a representatividade tem peso determinante na transformação social. “Quando uma menina vê uma mulher negra, indígena ou trans em um cargo de poder, algo muda no imaginário coletivo. *Mulheres no Poder* fala exatamente de como a presença transforma a história. A representatividade não é um detalhe, é uma chave para abrir portas que estiveram trancadas por séculos.”

Ao refletir sobre o futuro, Schuma reforça que a mudança depende de uma nova cultura política. “É preciso mudar a cultura política, o financiamento das campanhas, as regras do jogo e o modo como o poder é exercido. Queremos deixar de ‘ocupar espaços’ e passar a construir outros modos de poder. Estamos num tempo de travessia. Entre o velho poder que insiste em nos calar e o novo que estamos gestando, plural, coletivo, feminista, antirracista, anticapacista, antilesbos transfóbico e para todas as gerações. Essa luta é por todas nós, mas também por uma democracia viva, que reconheça o valor da vida, do cuidado e da justiça social.”



Sonia Alesso

Conversamos também com a dirigente sindical e educadora Sonia Alesso, secretária-geral da CTERA, que reforça que as conquistas das mulheres na política latino-americana foram construídas em meio a enfrentamentos históricos. Segundo ela, “muitas mulheres que pertenciam a organizações sindicais, sociais e feministas somam à luta por mais direitos para o povo, porque vem de um período de ajuste que marcaram os anos 1990 na Argentina e na região.”

Alesso lembra que a chegada de Cristina Fernández de Kirchner ao poder simbolizou mais do que uma vitória eleitoral. “Cristina foi a primeira mulher Presidenta da Argentina e encarnou os sonhos e utopias de milhares de militantes que lutaram contra a ditadura e o ajuste neoliberal. As leis de Educação, o casamento igualitário e a lei de identidade de gênero representaram avanços que eram defendidos nas ruas e que se transformaram em direitos sociais e políticos.”

Ela destaca que presidentas como Dilma Rousseff, Michelle Bachelet e Cristina Kirchner enfrentaram ataques que ultrapassaram a disputa política tradicional. “Elas sofreram ataques não só por seus pensamentos políticos, mas também por suas condições de mulheres que representaram ideais progressistas na região. A perseguição que sofreram foi particularmente violenta, misógina e machista.”

Esse processo, ela afirma, teve impacto profundo nas mulheres que as viam como referência: “Isso não afetou apenas elas, mas milhares de militantes que se viam refletidas nessas mulheres, que alcançando a máxima autoridade de um país podiam falar como nós e demonstrar que era possível representar nosso povo.”

Para Alesso, ainda há muitos desafios. Ela cita a atuação da Rede de Mulheres Trabalhadoras em Educação da América Latina, promovida pelo Comitê Regional da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL) como espaço estratégico de formação e fortalecimento político. “Acreditamos que articular as lutas, nos formar e compartilhar experiências das docentes da América Latina nos fortalece para continuar a luta por nossos direitos.”

Ela conclui dizendo: “As mulheres têm a responsabilidade de ampliar o debate político, fortalecer as lutas e construir uma unidade desde baixo para impedir que as direitas triunfem. Está em jogo a democracia, os direitos humanos, a educação pública, a proteção do ambiente e a paz na nossa região. Não tenho dúvidas de que precisamos construir um presente e um futuro melhor para nossos povos.”





Claudia Sheinbaum: Da ciência à Presidência — a jornada rumo ao Poder

No México, onde sete mulheres são assassinadas por dia e o feminicídio tornou-se uma ferida nacional, a ascensão de Claudia Sheinbaum à presidência, em 2024, foi mais do que uma vitória eleitoral: representou uma ruptura cultural. Cientista, doutora em engenharia ambiental e pesquisadora com carreira internacional, Sheinbaum chegou ao poder fora da lógica tradicional das elites políticas, apoiada na credibilidade técnica, na defesa de políticas públicas baseadas em evidências e em um vínculo histórico com movimentos sociais e ambientais.

Filha de acadêmicos e integrante do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que recebeu o Nobel da Paz

coletivo, Sheinbaum construiu sua trajetória pública a partir da combinação entre conhecimento científico e compromisso social. À frente do governo da Cidade do México, demonstrou que gestão pública e visão social podem caminhar juntas, adotando políticas de mobilidade sustentável, segurança pública orientada por dados e ampliação de direitos sociais. Sua formação acadêmica moldou um estilo de governo marcado pelo planejamento, pelo pragmatismo e por um discurso menos emocional, em um país historicamente atravessado por conflitos, violência e instabilidade política.

Esse perfil técnico e racional passou a ganhar ainda mais relevância no plano nacional. Desde que assumiu a presidência, os indicadores de segurança e aprovação popular colocaram Sheinbaum no centro do

debate político. Sua popularidade alcançou 85% entre os mexicanos, um patamar sem precedentes, impulsionado tanto pela postura firme na relação com os Estados Unidos quanto por resultados concretos na área da segurança. Um dos dados mais simbólicos foi a queda de 40% nas apreensões de fentanil em território americano, que, segundo a própria presidente, com base em dados dos EUA, está diretamente associada ao reforço das ações de combate ao tráfico no México — um dos principais pontos de pressão do governo Trump.

No campo interno, os efeitos dessa estratégia também aparecem nas estatísticas. Em nível nacional, os homicídios caíram 16%, acompanhados pela apreensão de dezenas de toneladas de fentanil, pela destruição de laboratórios clandestinos e pela prisão de chefes do narcotráfico. Sheinbaum aposta na ampliação do modelo aplicado quando foi prefeita da capital, período em que a incidência de crimes caiu 58% e os homicídios dolosos foram reduzidos em 51%. Ainda que a violência siga como um problema estrutural e crônico, esses números ajudam a sustentar a narrativa de que sua gestão imprime um novo ritmo à política de segurança e explicam, em parte, o amplo apoio popular de que ela desfruta.

Ao mesmo tempo, sua ascensão ocorre em um ambiente profundamente contraditório: se sua vitória simboliza um avanço histórico para as mulheres, sua liderança segue sendo permanentemente testada por expectativas patriarcais e pela herança de violência política de gênero que marca o país.

Claudia Sheinbaum: eleita a primeira presidenta do México

Linha do tempo

- **1962** — Nasce na Cidade do México (México)
- **2000** — Secretária do Meio Ambiente da capital
- **2007** — Contribui para o Nobel da Paz do IPCC
- **2018-2023** — Primeira mulher governante da Cidade do México
- **2024** — Primeira presidenta do México



Foto: Wikipédia

Xiomara Castro: Do golpe ao comando: a insurgente que virou presidente

Xiomara Castro emerge como figura política em um dos momentos mais traumáticos da história recente de Honduras, o golpe de 2009 que destituiu o então presidente Manuel Zelaya, seu marido. De primeira-dama discreta, ela se transformou em líder nacional ao ocupar as ruas, articular resistências e enfrentar um aparato militar, midiático e político disposto a silenciar vozes femininas no poder. Sua trajetória nasce do colapso democrático e justamente por isso carrega a marca da insurgência.

Ao cofundar o partido LIBRE, Castro deu forma institucional ao clamor das ruas e ergueu uma plataforma política centrada em justiça social, inclusão e soberania popular. Tentou a presidência, perdeu, foi ridicularizada por setores políticos e midiáticos, e voltou a disputar até vencer, em 2021, com discurso de restauração democrática e combate à violência sistêmica que assolava o país.

Sua administração enfrenta dilemas profundos, um Estado permeado pelo crime organizado, instituições fragilizadas e um cenário regional que frequentemente marginaliza mulheres no poder. Castro governa sob supervisão permanente e com resistência aberta de elites políticas que sempre comandaram o país. Ainda assim, sua liderança simboliza um divisor de águas, pois o poder feminino não chegou por consenso, mas pela luta.

A trajetória de Xiomara Castro revela o quanto a democracia latino-americana avança pela insistência e como o gênero nunca deixa de ser arma política para deslegitimar mulheres que rompem cercas historicamente masculinas.

Primeira mulher presidenta de Honduras, Xiomara Castro

Linha do tempo

- **1959** — Nasce em Tegucigalpa (Honduras)
- **2009** — Lidera manifestações contra o golpe
- **2011** — Cofunda o partido LIBRE
- **2013** — Primeira candidatura presidencial
- **2021** — Primeira presidenta de Honduras



Foto: Wikipédia

Cristina Fernández de Kirchner: poder, enfrentamento e a batalha pela narrativa

Cristina Fernández de Kirchner, advogada, militante estudantil no pós-ditadura e líder política com trajetória longa ao lado do peronismo (movimento político que combina elementos de justicialismo, nacionalismo, trabalhismo e populismo), Cristina alcançou a presidência em 2007 e tornou-se a primeira mulher reeleita na Argentina. Sua passagem pelo governo deixou marcas: expansão universitária, políticas de proteção social, integração regional e enfrentamento intenso com conglomerados midiáticos e financeiros.

Ao mesmo tempo, Cristina transformou a política argentina em arena permanente de disputa narrativa. Enfrentou processos judiciais controversos, atentado frustrado, campanhas de difamação e um escrutínio que muitas vezes ultrapassou as fronteiras do debate institucional para atingir sua identidade de mulher, mãe e líder.

Sua presença no poder, como presidenta e depois vice-presidenta, revela mais que trajetória individual, expõe o uso político do sistema judicial, a força dos meios de comunicação como atores políticos e o papel das emoções no debate público. Cristina elevou o patamar do protagonismo feminino, mas, ao mesmo tempo, pagou o custo de desafiar pactos de poder historicamente masculinos.

Sua história é, antes de tudo, sobre legitimidade conquistada, atacada e defendida. Cristina não apenas ocupou o poder, ela desnudou os mecanismos que tentam barrar mulheres quando chegam ao topo.

Linha do tempo

- **1953** — Nasce em La Plata (Argentina)
- **1980** — Inicia carreira política no pós-ditadura
- **2007-2015** — Primeira mulher presidenta reeleita da Argentina
- **2019-2023** — Vice-presidenta

As presidentas do Brasil, Dilma Rousseff (2011-2016), e da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015)



Foto: Wilson Dias / Agência Brasil



Dilma Rousseff: Quando a democracia estremece diante de uma mulher

A trajetória de Dilma Rousseff passa pelo núcleo mais duro da história política brasileira. Militante contra a ditadura civil-militar, presa e torturada, Dilma tornou-se símbolo da resistência e da expertise técnica ao ocupar ministérios e a Casa Civil antes de ser eleita, em 2010, a primeira mulher presidenta do Brasil. Não chegou ao Planalto como herdeira de oligarquias políticas, mas como gestora reconhecida e figura central na consolidação de políticas sociais e econômicas do período.

No governo, Dilma deu seguimento às pautas do governo Lula. Ampliou investimentos sociais, universidades e institutos federais, expandiu programas de combate à pobreza e adotou políticas de desenvolvimento industrial e energético. No entanto, enfrentou um ambiente político em combustão, crise econômica global, queda de *commodities*, polarização crescente e um Congresso hostil, onde o machismo não apenas existia de forma discreta, mas era usado ativamente como arma política.

O impeachment sem prova de crime tornou-se marco da política brasileira e referência internacional sobre o enfraquecimento institucional e o uso político do gênero. Dilma sofreu ataques violentos, sexualizados e humilhantes, reflexo de um país que nunca havia visto uma mulher ocupar o centro do poder e preferiu desmanchar o tabuleiro a conviver com isso.

Sua trajetória pós-Planalto — como presidenta do Banco dos BRICS — reforça sua dimensão histórica: mulher que enfrenta, cai, levanta e refaz caminhos. Dilma não foi apenas removida do poder; ela revelou como o poder reage quando percebe que pode ser transformado por uma mulher.

Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff ampliou investimentos sociais, universidades e institutos federais, expandiu programas de combate à pobreza e adotou políticas de desenvolvimento industrial e energético

Linha do tempo

- **1947** — Nasce em Belo Horizonte (Brasil)
- **1960-1970** — Militante; presa e torturada
- **2003-2005** — Ministra e chefe da Casa Civil
- **2011-2016** — Primeira mulher presidenta do Brasil
- **2023** — Presidenta do Banco dos BRICS

Michelle Bachelet: Democracia, memória e direitos humanos como projeto de país

Michelle Bachelet é a síntese do Chile moderno e de suas cicatrizes. Filha de general leal ao governo Allende, perseguida e torturada durante a ditadura Pinochet, refugiou-se no exterior e retornou ao país para

reconstruir uma vida e uma nação. Médica, militante e figura progressista, ela não apenas chegou à presidência, como o fez duas vezes, em mandatos marcados por expansão de direitos sociais, políticas de igualdade de gênero e reformas educacionais.

Primeira mulher ministra da Defesa na América do Sul, Bachelet construiu liderança não pelo enfrentamento agressivo, mas pelo diálogo, empatia e simbolismo democrático. Sua figura representa o Chile que busca transformar seus traumas do passado em força para o futuro e que entende política como ferramenta de memória e de reparação histórica.

Após deixar o comando do país, Bachelet levou sua pauta para o mundo ao assumir o cargo de Alta Comissária da ONU para Direitos Humanos. Ali, continuou seu trabalho pela defesa da democracia global, enfrentando regimes autoritários, denunciando violações e reafirmando que direitos humanos não são ideologia, são base civilizatória.

Bachelet é símbolo do poder que se fortalece sem abandonar a vulnerabilidade e a ideia de que mulheres não apenas ocupam espaços, mas redefinem suas regras e sentidos.

Linha do tempo

- **1951** — Nasce em Santiago (Chile)
- **1975** — Exilada após perseguição da ditadura
- **2006-2010** / **2014-2018** — Primeira mulher presidenta do Chile
- **2018-2022** — Alta Comissária da ONU para Direitos Humanos

Michelle Bachelet, primeira mulher presidenta do Chile

Foto: Wikipédia

Depois delas, o continente não será o mesmo

Essas cinco mulheres mudaram a política latino-americana. Mas o que suas trajetórias revelam não é apenas o avanço institucional, é o choque entre democracia e patriarcado. Os números reforçam a magnitude do problema, em 2024, centenas de casos de violência política de gênero foram registrados, variando de ameaças a assassinatos. O panorama completo é mostrado no gráfico abaixo:

Os dados reforçam o que as trajetórias de Sheinbaum, Castro, Kirchner, Dilma e Bachelet

já mostraram: o avanço do poder feminino na política latino-americana é concreto, mas nunca linear. Cada vitória encontra resistência, cada conquista é testada. E, ainda assim, essas mulheres continuam a abrir caminhos, redefinir regras e inspirar novas lideranças. O futuro da democracia na região dependerá não apenas de quem chegue ao poder, mas de como a sociedade, as instituições e os próprios sistemas políticos se adaptam a essa transformação histórica.

PAINEL DE DADOS:
NÚMEROS E TIPOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

Violência Política no Brasil — Panorama 2024

TOTAL
DE CASOS
(2024)
558
casos de
violência
política

ASSASSINATOS			27
ATENTADOS			129
AMEAÇAS			224 (40% DO TOTAL)
AGRESSÕES			71
OFENSAS			81
CRIMINALIZAÇÃO			16
INVASÕES			10

Fonte: Dados da pesquisa Violência Política e Eleitoral no Brasil, Terra de Direitos & Justiça Global — 3ª edição (2024).

Direitos sexuais de crianças e adolescentes: ensaios na Mátria educadora

Dra. Estela Márcia Rondina Scandola¹

- ¹ Assistente social, escritora fronteiriça, quadrívio e feminista. Vive no centro da Ameríndia e, envelhecendo pendula entre pressa e paciência em fazer dos mundos lugares de justiça, democracia e alegria. Indignada com desigualdades e discriminações é sujeita de muitas histórias no movimento popular e sindical. Trabalhadora do SUS, integra a Rede Feminista de Saúde e a Rede de Educação Popular.

NOSSAS CONQUISTAS EM LETRAS ESCRITAS

*Nos olhos o fogo e o afago
denunciam desejos,
labaredas cozinham
pacientemente a espera
(Conceição Evaristo, 2021)*

Sim, somos nós que construímos a Mátria, e por ação dos movimentos populares e sindicais temos a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, aquela que denominamos de “Cidadã”. Em seu Artigo 1o. inscreveu que os nossos direitos com o fundamento da dignidade das pessoas e que essa está engendrada no tecido social que deve nos acolher com justiça junto com a soberania, a cidadania, os valores sociais do trabalho e o pluralismo político (Brasil, 1988). Isso é instituinte, é caminho, é signo da existência do país.

É nessa aura inscrita em palavras que se configura uma gestação prenha de nações que fazem pulsar as contradições das tratativas legais e das práticas do Estado de Direitos. E no feminino destinou-se à República, consignado no Artigo 3o. da Carta Magna, a missão de operar políticas no ensejo de uma sociedade livre, justa e solidária, cuja finalidade é o bem de todas as pessoas, sem preconceitos e quaisquer discriminações (Brasil, 1988).

Ainda no fervor do processo de redemocratização do país que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (Brasil, 1990) foi aprovado por unanimidade no Congresso Nacional. O conjunto do movimento “Criança Prioridade Absoluta”, inclusive com forças antagônicas em alguns debates, chancelou duas afirmações que se mantêm desafiantes até hoje: as crianças e adolescentes são *sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento*.

Do ponto de vista da “Política Pública”, a mudança estruturante foi conferir o cuidado às crianças e aos adolescentes no fundamento de responsabilidade ampliada. Excluiu-se a ideia da culpa (sempre ela na formação judaico-cristã que formou nossa hegemônica representação social brasileira) que geralmente é conferida às famílias – na figura das mães – e à própria criança. Com base no ECA, a promoção de direitos, prevenção de riscos e agravos, vigilância da realidade, atenção integral, recuperação e reparação de direitos violados passam a ser “dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público”. Daí por que estamos todas implicadas: como destinatárias de direitos e como operadoras deles.

As conquistas históricas, no entanto, não passaram impunes no período seguinte. Os movimentos que estavam coletivamente nas conquistas da Constituinte também foram afetados pelos marcos do neoliberalismo e, naquela conjuntura, como afirma Florestan Fernandes (2015, p. 58), “impossíveis principiarem a balançar e apontassem em outra direção, a do esboçoamento”. Esse processo foi tão forte que muitos movimentos passaram a focar suas lutas em detrimento de questões gerais da sociedade brasileira. Os marcos dos enfrentamentos e das pautas passaram a ser por políticas, por temas, por grupos sociais, sendo cada qual em trincheiras diversas e afrouxamento sobre as essências opressoras e fundantes das desigualdades e discriminações.

Esse fracionamento também impactou os direitos de crianças e adolescentes e as lutas por educação. Em algumas situações parecia uma prática antagônica os direitos de trabalhadores em educação e os direitos de crianças e adolescentes, o que, evidentemente não o

é. Se ambos se juntam podem tornar-se uma touceira forte de cipó difícil de ser rompida.

Um dos exemplos de resposta conjunta de movimentos foi a conquista da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que inscreveu que a educação é processo, ou seja, não está pronta nunca e que ocorre “na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. E, ainda, registra que educação, por meio das escolas, deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Brasil, 1996, Art. 1o.).

Se nos alicerçarmos na Constituição Federal, ECA e LDB, já temos os fundamentos legais para garantir direitos sexuais de crianças e adolescentes, aportes jurídicos, políticos, ideológicos e, sobretudo, pedagógicos. Esse universo do viver, a sexualidade, que a todas as pessoas pode garantir conhecimento, sabedoria, prazer e cuidado, já estaria no chão da escola. No entanto, é sabido que a existência das leis, em si, não promove mudanças no mundo real. É na esfera da Política mais ampla que se constroem os impulsos para as mudanças conjunturais, quiçá estruturais. As mudanças avançadas nas legislações, ao mesmo tempo em que constroem consensos públicos, também oferecem instrumentos aos movimentos para avançar na defesa de práticas emancipadoras, principalmente questionando as desigualdades de classe, gênero, geração, raça, etnia e outras que vão emergindo por obra dos grupos que seguem em luta.

Se o reconhecimento acima está posto, o desafio é colocar a educação escolar como os *lóci* de sonância do viver e, nessa possibilidade de irradiação, atinja não apenas o “alunado” – como algumas pessoas costumam designar –, mas seja um território de construção de sabedoria para todas as trabalhadoras envolvidas, gestoras, mulheres e homens da comunidade do entorno e das ruas eletrônicas, das organizações geograficamente cercanas e daquelas que influenciam e são influenciadas pelo mundo.

É desse modo de agir no mundo, como sujeita dessa história e implicada em seguir teimando ao lado daquelas movimentações que acreditam no devir de

justiça construída na ameríndia, que proponho objetivar aproximações aos debates sobre os direitos sexuais de crianças e adolescentes.

Reconheço que foi um debate não realizado por nós, os estatutistas entre os anos de 1980-90, e que nós, trabalhadoras e trabalhadores da educação, temos desviado, muitas vezes, o percurso sem enfrentar a centralidade e as arestas das questões que envolvem a sexualidade e os temas do entorno, mesmo reconhecendo que constituem o bordado da trama da educação. A complexidade do viver sexualidades e as polissemias conceituais também não se esgotarão, mas é possível considerar pistas para seguir o debate. E é isso a que me comprometo sem nenhuma neutralidade, sobretudo com meu corpo histórico que fez muitos trieiros de avanços em direitos humanos.

E OS DIREITOS SEXUAIS, COMO PAUTAMOS?

*A mulher quedou-se
e na quietude
encontrou a sua nova veste
que suavemente se desfaz
em corpos iguais
que se roçam
(Conceição Evaristo, 2021)*

Sendo a sexualidade um dos universos da vida e por ser construída sócio-historicamente traz, em cada singularidade e particularidade, as marcas tatuadas desde as ancestralidades, ao modo de sociabilidade *capetalista* e matizes dos territórios constituídos na contemporaneidade.

É nesse jogo imbricado de valores, regras, resistências, anúncios e denúncias que se apresentam as das formas de viver e se expressar em classe, gênero, geração, raça, etnia, com deficiência, diversidades de orientação sexual, territórios de produção, fugas e aproximações de possibilidades humanas plenas de identidades singulares. Em cada sociedade, as representações sociais sobre os modos de expressão e exercícios da sexualidade guardam movimentos que se explicitam mais ou

menos direitos a depender dos sofrimentos e/ou liberdades que se apresentam a cada lócus de vida.

Para além da diversidade de realidades, é possível observar em cada território posicionamentos como: a) negação da existência da sexualidade; b) extrema desigualdade de liberdade de expressão sexual entre meninos e meninas; c) cerceamento da diversidade sexual na infância; c) proibição de acesso ao saber sexual; d) impedimento do acesso aos direitos reprodutivos de meninas, e e) afastamento de adultos ao seu papel educativo do viver com respeito e liberdade sexual. Assim, valores que cruzaram séculos vão se mantendo por força dos fundamentalismos assentados na primazia dos valores patriarco-*capetalistas*, como binômio de barbárie a ser desvelado, dimensão a dimensão, camada a camada.

E como obra da própria sociedade, muitas vezes feita de muros ladeados por arames farpados, há significativos movimentos que afirmam direitos sexuais e direitos reprodutivos congregando os esforços com base no enfrentamento das violências sexuais manifestadas e mantidas no mercado sexual, nos ambientes familiares, nas comunidades, nas igrejas, nos ambientes virtuais, nos serviços públicos... inclusive nas escolas.

São os movimentos feministas e LGBTQIAPN+ os que têm empurrado os debates da sexualidade para dentro das políticas públicas. Uma das afirmações certeiras, por exemplo, é que os direitos sexuais e direitos reprodutivos estão colocados desde antes da notícia de uma gestação, na medida em que homens e mulheres, na decisão de ter ou não ter filhos, explicitam motivações para que se nasçam meninas ou meninos e entabulam papéis sociais desse ou daquele sexo e, como regra, jamais imaginam seus rebentos como não sendo heterossexuais. Ou, para além da identidade de gênero, vão disciplinar o trabalho de homens e de mulheres, seus apreçamentos e suas inserções no mundo.

Daí se deriva a ideia de que os direitos sexuais e direitos reprodutivos estão na estruturação da sociedade e o modo de garantia ou violação de direitos

está configurada por valores econômicos, culturais e sociais. É apequenar nossa capacidade de garantia dos direitos se dualizamos a compreensão das violações – vítima e violador(a) – e nos alienamos das causas enraizadas na sociedade.

Há violências sexuais que são mais evidenciadas e outras que são necessários olhos sensíveis e capacitados para identificá-las. Na atualidade o que se tem mais dados e notícias são: os estupros (duais, corretivos, coletivos) de meninas e meninos; as gestações na infância advindas de violência ou da não prevenção (mantidas sob o jugo da crueldade de adultos e adultas que decidiram a vida de meninas); a erotização precoce perpetrada pelas mídias, músicas e naturalizadas pela sociedade; a violência obstétrica que faz meninas sofrerem física e psiquicamente; o assédio sexual nos ambientes de trabalho de meninos e meninas; o não acolhimento de crianças e adolescentes que estão se manifestando em diversidade de gênero e orientação sexual pelas famílias, comunidade e políticas públicas; a exploração sexual de meninos e meninas ocorridas mediante paga em repasse financeiro, bens e serviços e capital simbólico; a pornografia com mercantilização de corpos e fantasias; a importunação sexual que impõe medo do simples “estar” em diversos ambientes do viver; a não acolhida por adultos e adultas diante de uma pergunta, uma queixa, de um sofrimento advindo de incertezas sexuais; a segregação de identidades sexuais em descortinações de cada idade... E, para não esquecer: a falta de vacinação de HPV visando uma vida sexual e reprodutiva saudável na fase adulta, a facilitação de acesso aos métodos contraceptivos e à prevenção das ISTs...

Poder-se-ia seguir enumerando a cada encontro que se tem com crianças e adolescentes, pois a forma como se percebe a violência tem a ver com o território que se vive, com a idade das pessoas em desenvolvimento e com o ambiente democrático de expressão sobre o viver, seja pelos sonhos e/ou pelos sofrimentos. Como afirma o ECA em seu artigo 30., os direitos fundamentais do ser social que a Mãria deve assegurar incorrem em responsabilidades para que “todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento

físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (Brasil, 1990).

As marcas das violações físicas e psíquicas, mesmo com a melhor qualidade dos atendimentos, seguem indelévels. Então, no exercício de produzir educação, entre os desafios está que em nossas lembranças e das crianças que compartilhamos sabedoria esteja a acolhida por adultos e adultas diante do sofrimento, da curiosidade e das descobertas. Mesmo não sabendo muito bem como tratar o assunto, sentiram-se olhos acolhedores, ouvidos não julgadores e a certeza que se iria caminhar junto. Re-significar as violências e seguir mais preparadas para enfrentá-las não incorre em esquecimento, mas em aprendizagem para si e para os que cercam as crianças e adolescentes. E todas as pessoas adultas tiveram experiências na infância que também disciplinam as formas de atuar, ou seja, o que vivemos nos ensina o que hoje podemos fazer de melhor: reproduzir o que foi bom e nunca mais cometer os erros que cometeram conosco.

Nesse posicionamento metodológico a singularidade de cada situação impõe a identificação das particularidades, isto é, o contexto territorial em seus aspectos físicos e simbólicos e, ainda, mais profundamente, pelas relações de dominação e resistência aos poderes instituídos nas relações familiares, nos jugos religiosos, nas cadeias produtivas lícitas e ilícitas e os movimentos contra-hegemônicos que se apresentam, sejam eles formais ou nas esquinas resistentes aos preconceitos e discriminações.

Entre conceitos, pré-conceitos e preconceitos há que se considerar que esses são datados e territorializados. Não há conceito certo ou errado, mas construções que realizamos com base em marcos teóricos e jogo de forças ideológicas na sociedade. O primeiro que o movimento da infância se debruçou e questionou foi sobre exploração sexual. Desde os anos 1980, com o trabalho da pedagogia da aproximação com meninos e meninas em situação de rua, o visível do mundo prostitucional foi inquirido por militantes e pesquisadores e aí se chancelou que nenhuma criança ou adolescente é prostituto(a), mas explorado(a) sexualmente. Foi decisiva, para compreensão da forma como ocorre tal crueldade, a consideração

de que na sociedade *capetalista* o mercado e as relações de produção, consumo e trabalho estão em um processo permanente de recriação da sociedade de consumidores, nela incluída a sexualidade. Nessa perspectiva, crianças e adolescentes são consumidoras, trabalhadoras e, também, consumidas na forma de mercadorias.

Em 2016, no esforço de pesquisadoras/es, construiu-se o conceito de que a exploração sexual “em sua manifestação visível se dá pelo trabalho de crianças e adolescentes cuja sexualidade é utilizada no mercado sexual, em suas diferentes formas de organização, no qual a paga pode ser financeira, e/ou material e/ou simbólica, associadas ou não” (Rondina Scandola *et al.*, 2016, p. 56).

Somente a partir do Primeiro Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, aprovado no Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes – CONANDA – (Brasil, 2002), o debate sobre violência sexual no âmbito das estruturas familiares entrou na agenda dos movimentos. Extirpou-se a ideia de problema privado e elevou-se à categoria de público. A esse tipo de barbárie denominou-se inicialmente de abuso sexual, e é um conceito que ainda perdura em vários ambientes acadêmicos, jurídicos e sociais. Ao se tratarem as violências como questão pública e, portanto, exigência de atuação do Estado, conforme afirma Alves da Silva (2013), impõe-se a pesquisadores e movimentos que há o equívoco de denominar uma tipologia de violação como sendo abuso sexual, pois incorre-se na ideia de que é permitido o uso da sexualidade de crianças e adolescentes.

O termo “pedofilia” é outro conceito de difícil enfrentamento, especialmente nas mídias, pois é utilizado como sinônimo de quase todas as violências de adultos contra crianças. Ele se infiltrou e se expandiu nas discussões decorrentes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) denominada “Pedofilia”. Tal CPI, além de arregimentar forças religiosas conservadoras em relação aos direitos sexuais de crianças e adolescentes, carimbou a pedofilia como sinônimo de violência sexual e, na sequência, todos aqueles que cometem violência sexual como “pedófilos”.

O uso impróprio e estendido das expressões pedofilia e pedófilo desconsidera que a primeira é uma parafilia

relacionada à perversão sexual e, por outro lado, desvia a discussão de suas verdadeiras raízes, ou seja, as assimetrias de poder econômico, machismo, adultocentrismo, heterossexismo e etnocentrismo. Mas o maior perigo desse desvio conceitual é que o/os autor/es da violência sexual passam a ser considerados “doentes” e, com isso, a responsabilização pela violência decresce e, inclusive, pode terminar na absolvição do/s réu/s.

Entre os debates mais difíceis dos direitos sexuais e direitos reprodutivos está o abortamento legal. A sociedade que condena moralmente a sexualização de crianças e adolescentes é a mesma que impõe o consumo de sexualidades infantis por meio da violação de seus corpos ou pelo consumo de bens e serviços. E, na ocorrência de gestação, tanto pelas violências quanto pela desinformação, a sociedade em sua hipocrisia condena meninas à manutenção de gravidezes em 95% das situações brasileiras, ou seja, nega-lhes direito de interrupção e lhes impõe maternidade. Essa ação é realizada por adultos e adultas, responsáveis por protegê-las e que, ao decidirem por elas, violam-lhes os direitos (Rede Feminista de Saúde, 2021).

Ainda nas disputas conceituais que se traduzem em garantia ou violação de direitos, temos as situações de diversidade de gênero e orientação sexual em que a principal atitude pública (não sem contestação) é a negação dessa diversidade na infância e adolescência. Incorre nessa realidade o agravante da discriminação imposta aos meninos e meninas integrantes das particularidades LGBTQIAPN+. As violações vão da crueldade do estupro corretivo, há indução à entrada no mundo do mercado sexual como uma forma de sociabilidade, já que aos seus corpos e corações são negados afetos e sexualidades comuns aos heterossexuais. A solidão imposta pela heteronormatividade pode desencadear diferentes sofrimentos físicos, emocionais, psíquicos e sexuais, inclusive a culpa introjetada por “ser quem são”. Nessa particularidade, com mais ênfase às pessoas trans, é possível que esses seres em desenvolvimento não se reconheçam como sujeitos de direitos ou em situação de violação e, muito menos, de exploração sexual.

O jogo de forças que vai pautando conceitos e movimentos da sociedade tem se aprofundado na

relação patriarco-capitalista como jugo estrutural e, nessa conjunção, a regra de mercadorização da sexualidade. O mercado não está somente no mundo prostitucional ou na pornografia. Ele incide sobre toda a sociedade na medida em que a sexualidade foi transformada em bens de produção e consumo e, nessa relação, os detentores do mercado auferem lucro com o universo da sexualidade.

Sim, todo trabalho é sexuado (inclusive o da educação), na medida em que os corpos como detentores de força de trabalho e, na sociedade patriarcalizada, há uma determinação do modo de produção com base nas relações de gênero. E o mercado sexual, compondo essa organização societária, insere-se nas teias sociais causando curiosidade, fascínio e medo e, por tabu, afastado dos debates públicos. Nas aproximações do real, ou seja, do mundo com mais explicitação sexual, percebe-se que o mercado é muito diverso, pois pode ir desde a tradicional venda de produtos na perspectiva da satisfação sexual até a utilização de produtos erotizados e exasperados sexualmente em outras cadeias produtivas como o entretenimento, a produção musical, as indumentárias, os meios de comunicação, as redes sociais, entre tantas criações contemporâneas, cujos apelos sexuais produzem mais venda das mercadorias.

Ao normalizar a utilização da sexualidade de crianças e adolescentes na sociedade mercantilizada, parece exigir gradação, escalonamento de sofrimentos para considerar o que é violência e o que não é. Essa compreensão retoma o debate aqui já colocado sobre como delimitar o que são direitos sexuais e que são violações. Como afirma o mestre Wanderlino Nogueira Neto (2009, n.p.), as posturas contraditórias que os adultos tomam, cuja responsabilidade negligenciada beira a própria violência, pendulam entre dois extremos: a) a proteção integral com o significado de desconsideração da criança e do adolescente como pessoa e com direitos emancipatórios e, portanto, tutela-a em nome da proteção e viola exatamente os direitos fundamentais; b) por outro lado, de forma também irresponsável, jogam meninos e meninas ao seu próprio processo educativo, retirando-se o papel educador dos adultos, família, comunidade, sociedade em geral e Estado.

Os debates realizados internamente na Matria brasileira são alimentados também internacionalmente. A Associação Mundial para a Saúde Sexual (WAS, World Association for Sexual Health) afirma que os direitos sexuais são essenciais para alcançar altos níveis de saúde sexual e, ao publicar a sua Declaração, propõe um exercício não somente de complexificar o debate, mas, sobretudo, de pensar todos os direitos humanos. Assim, elenca 16 direitos:

- O direito à igualdade e à não discriminação.
- O direito à vida, à liberdade e à segurança da pessoa.
- O direito à autonomia e à integridade física.
- O direito de estar livre de tortura e de tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante.
- O direito de estar livre de todas as formas de violência e coerção.
- O direito à privacidade.
- O direito ao mais alto padrão de saúde possível, incluindo a saúde sexual, com a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras.
- O direito de usufruir dos benefícios do progresso científico e sua aplicação.
- O direito à informação.
- O direito à educação e o direito à educação sexual abrangente.
- O direito de contrair, formar e dissolver o casamento e outros tipos de relações semelhantes com base na igualdade e no consentimento livre e pleno.
- O direito de decidir se quer ter filhos, o número e o intervalo entre os filhos, e de ter acesso às informações e aos meios para fazê-lo.
- O direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão.
- O direito à liberdade de associação e reunião pacífica.
- O direito à participação na vida pública e política.
- O direito de acesso à justiça, a recursos e à reparação. (WAS, 2014, tradução livre)

Em todos esses direitos que cobrem todas as pessoas, estão as crianças e adolescentes como detentoras deles e, com todas as especificidades de serem pessoas em desenvolvimento, ou seja, o acesso ao conhecimento e a autonomia de cada faixa de idade devem ser balizadores de suas vivências e aprendizados. E a não

garantia desses e de outros que vierem a ser declarados significa violação dos direitos sexuais e, portanto, violência ao desenvolvimento saudável, prazeroso e seguro. Se considerarmos ainda o Capítulo II do ECA (Brasil, 1990), temos como defesa da prática pedagógica o libelo de que todas as crianças têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, valores e princípios éticos que fazem cumprir a tratativa internacional já consagrada na legislação brasileira. Isso, se colocado ao nosso dispor, pode converter-se em direitos de todas as forças político-pedagógicas envolvidas na educação e o dever de velar pela dignidade, “pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (Brasil, 1990, Art. 18). É a educação cumprindo a missão de transformar pessoas que transformam o mundo, nas palavras de Freire (1992).

É TEMOS TRIEIROS PARA ESSE CONVERSÊ!

*Maria e Maria,
espelho único
onde a outra face
é ela e ela*

(Conceição Evaristo, 2021, p.72)

A postura de negar-se ao debate, à acolhida, de colocar-se na condição de trabalhadores e trabalhadoras do Estado brasileiro, demonstra uma prática abusiva e violadora na medida em que não considera os direitos sexuais e a autonomia crescente de crianças e adolescentes com seus corpos, suas aprendizagens, suas capacidades de autoprotger-se, de procurar apoio e realizar-se em sociedade. Como somos operadores(as) das realizações da Mátria brasileira, então somente temos um caminho: colocar-nos à disposição para a garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das crianças, adolescentes, jovens e nossos mesmos.

O medo das forças malvadas não pode chegar até nós e tomar nossos corpos singulares e nossos movimentos coletivos. Pelo contrário, é imperativo que seja a esperança a mover o nosso viver. Assim como descreve Saramago (1998, citado por Aguilera, 2010, p. 46), “se não nos movermos para onde

está a dor e a indignação, se não nos movermos para onde está a proposta, não estamos vivos, estamos mortos”.

O desvelamento da realidade causa dor, como um pungente mundo que nos ataca, mas essa descoberta não liberta o mundo de suas chagas. Como afirma Freire (1992), estamos a “um passo para superá-la desde que se engajem na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão”. Freire ainda nos esperaneia, ponderando que é possível mudar a realidade a partir do reconhecimento que já “carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura; a memória, às vezes difusa, às vezes nítida, clara, de ruas da infância, da adolescência” (Freire, 1992, p. 15).

As mudanças ocorrerão por dentro da oficialidade da educação: no chão das escolas, nos projetos político-pedagógicos, nos regimentos internos, nos colegiados de classe, nas Associações de Pais e Mestres (APMs), nos Fóruns e Conselhos de Educação, nas organizações estudantis, na formação de trabalhadores em educação, nas Conferências, nos Congressos ou quaisquer outros *lóci* em que as pelejas pela justa medida estejam em questão.

É possível que o que conquistamos de espaços democráticos esteja em permanente disputa e acolha os debates e avanços na garantia dos direitos sexuais na educação para o viver. Mas será por obra da articulação com os movimentos populares e democráticos de “fora” do Sistema que poderão os ventos arejar e fortalecer as frestas existentes no seu interior. O Sistema não muda girando em si. Somente espiralando com esperanças inundantes poderá desenhar outros eixos de sustentação no mundo em permanente jogo entre desafios e possibilidades.

É nossa profunda humanidade amorosa que constrói DEMOCRACIA todos os dias e que não deixa ninguém para trás que nos faz disputar projetos de sociedade: manter a denúncia, anunciar as mudanças possíveis, necessárias e já a caminho. É juntar o que está fazendo a vida mais risenta, tecer carandás e seguir buscando sempre outras tantas antas para acelerar a germinação, sobreviventes nas quedas e energizadas pelas cachoeiras de esperança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILLERA, Fernando Gómez. José Saramago nas suas palavras. Alfragide-PT. Caminho S/A, 2010.

ALVES DA SILVA, Maria Aparecida. Alforria pelo sensível: corporeidade da criança e formação docente. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. UFG, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/teseserver/api/core/bitstreams/88a05811-c-223-489e-9231-d939c013e767/content>>. Acesso em 10 jan. 2026.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 13 jan. 2026.

BRASIL. Lei no. 8069/1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 13 jan. 2026.

BRASIL. Lei no. 9394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 13 jan. 2026.

BRASIL. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil. Ministério da Justiça. Brasília, 2002. Disponível em: <<https://www.movimentodeeamaus.org/data/material/plano-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes.pdf>>. Acesso em 11 jan. 2026.

EVARISTO, Conceição. Poemas da recordação e outros movimentos. Rio de Janeiro, Malê, 2021.

FERNANDES, Florestan. A contestação necessária. 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. Promoção e defesa/proteção dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, na perspectiva dos direitos humanos: generalidades e consensos mínimos, 2009. Disponível em <<http://wanderlino-nogueira-neto.blogspot.com.br/2011/10/sexualidade.html>>. Acesso em 10 jan. 2026.

REDE Feminista de Saúde, 2021. Estupro presumido no Brasil: estudo sobre meninas mães em um período de 10 anos no Brasil. Disponível em: <<https://redesaude.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Estudo-meninas-maes.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2026.

RONDINA SCANDOLA, Estela Márcia; MAIA LIMA, Antonio Henrique; COSTA, Giany da Conceição; ALMEIDINHA MAIA, Maria Beatriz; SANTOS DE OLIVEIRA, Rosana; COMERLATO, Tânia Regina. Posicionamento (político) conceitual da exploração sexual de crianças e adolescentes. (ESCA). Infâncias escoadas: estudos no setor sucroalcooleiro, nas fronteiras e na BR-163. Disponível em: <<https://livros.uems.br/index.php/Editora/catalog/book/11>>. Acesso em 10 jan. 2026.

WAS (World Association for Sexual Health). Declaração da WAS sobre Direitos Sexuais, 2014. Disponível em: <<https://www.worldsexualhealth.net/was-declaration-on-sexual-rights>>. Acesso em 10 jan. 2026.



Dra. Estela Márcia Rondina Scandola

Assistente social, escritora fronteiriça, quadrivó e feminista. Vive no centro da América e, envelhecendo, pendula entre pressa e paciência em fazer dos mundos lugares de justiça, democracia e alegria. Indignada com desigualdades e discriminações é sujeita de muitas histórias no movimento popular e sindical. Trabalhadora do SUS, integra a Rede Feminista de Saúde e a Rede de Educação Popular.

Elas sustentam o país

Por: Gisele Fernandes

Mulheres que chefiam lares, educam gerações e carregam, quase sozinhas, o peso do cuidado no Brasil contemporâneo

“**Q**uem sustenta o Brasil são as mulheres”. A frase, tantas vezes repetida, ganhou contornos estatísticos recentes. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que 52% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres.

O dado representa uma mudança estrutural na sociedade: cada vez mais, são elas as responsáveis não apenas pelo sustento financeiro, mas também pela condução emocional e

organizacional da família. Muitas vezes acumulando jornadas duplas ou triplas de trabalho, dentro e fora de casa.

Esse fenômeno se reflete com força na escola pública, espaço em que mulheres que lideram seus lares também se tornam referências de cuidado, disciplina e resistência para centenas de estudantes. São educadoras que inspiram não só pelos conteúdos que ensinam em sala de aula, mas pela forma como conduzem a própria vida.



O retrato de um país em transformação

Segundo o IBGE, em 2012 o Brasil registrava 1,9 milhão de mulheres chefes de família casadas e sem filhos. Em 2024, esse número triplicou, chegando a 6,1 milhões. As mães solo já representam 30% do total da pesquisa. A concentração é maior no Sudeste, mas estados como Pernambuco despontam com índices ainda mais altos: 58% dos lares pernambucanos são liderados por mulheres.

Para a economista Cristina Vieceli, do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a tendência é resultado de mudanças demográficas e sociais: “O crescimento das famílias chefiadas por mulheres acontece tanto pelo aumento dos arranjos monoparentais femininos, quanto pela priorização das mulheres no recebimento de programas sociais como Bolsa Família e BPC. Culturalmente, elas são vistas como as principais responsáveis pelo cuidado e pela administração do lar”, explica.

Cristina Vieceli lembra ainda que essas mulheres estão mais expostas à pobreza de tempo — conceito que descreve a sobrecarga entre trabalho remunerado, tarefas domésticas e cuidados com filhos ou idosos. “As mulheres acumulam, em média, dez horas a mais de trabalho não remunerado por semana do que os homens. A presença de filhos ou dependentes amplia ainda mais essa diferença”, afirma.

De acordo com a técnica de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa, esse reconhecimento não é exatamente novo: as mulheres

“
As mulheres acumulam, em média, dez horas a mais de trabalho não remunerado por semana do que os homens. A presença de filhos ou dependentes amplia ainda mais essa diferença.
”

sempre foram referência na organização familiar. “O que mudou nos últimos anos foi a declaração formal nos censos e pesquisas, acompanhada pelo aumento da escolaridade, queda da fecundidade

e maior participação feminina no mercado de trabalho. Atualmente, 58% das mulheres chefes de família são negras ou indígenas, e mais de 80% têm ao menos o ensino médio completo”, afirma.

Ainda segundo Ana Luiza, enquanto os homens dedicam em média 10 a 11 horas semanais aos cuidados e afazeres domésticos, as mulheres ultrapassam 22 horas — praticamente o dobro. Essa desigualdade reforça a sobrecarga e o estresse que acompanham a dupla e a tripla jornada.

O presidente do IBGE, Marcio Pochmann, reforça que a chefia feminina é parte de um processo mais amplo de mudança social: “O século XXI é o século das mulheres, porque elas vivem mais. Sociedades em que a expectativa é mais alta, como o Japão, uma população com 100 anos ou mais, quase 90% dela é formada por mulheres. Essa é a trajetória que o Brasil vai ter. Mulheres vivendo mais, porém sozinhas. O Censo 2022 mostrou que há uma expansão de pessoas vivendo sós”, explica.

De acordo com dados do IBGE, a população cresceu 6,5%, mas o número de domicílios cresceu mais de 20%. “Alguns fatores estão relacionados a essas mudanças, como o isolamento da população. Também o que se entende como união familiar, casamento, e isso indica justamente uma outra sociedade na qual a gente ainda conhece relativamente pouco”, conclui Marcio Pochmann.

Mônica, 38 anos:
"Sou a cabeça da
casa mas conto
com o apoio do
meu marido e
do meu filho



Foto: Arquivo pessoal

“

A maior mudança
pra mim foi assumir
que, se eu não desse
conta, ninguém
daria. Hoje a carga
de sustentação ficou
quase toda em mim.

”

Quatro histórias que revelam a estatística

Se os números explicam a tendência, as histórias mostram sua concretude. **Mônica, Juliana, Flora e Gercyjalda** são exemplos de mulheres que sustentam suas casas e, ao mesmo tempo, dedicam-se à educação e à comunidade.

Mônica Noernberg tem 38 anos e trabalha há mais de duas décadas na área da educação. Entre plantões, reuniões e atividades externas, a carga horária parece nunca terminar. Em casa, administra sozinha as contas, os cuidados com o filho adolescente e três animais de estimação. “Se não fosse pelo amor ao que faço, não estaria firme e forte. O meu sonho era ser veterinária ou trabalhar na área florestal. A faculdade era cara, então fui fazer contabilidade. Casei aos 20 anos e aos 21 fui mãe. Meu foco passou

a ser dar qualidade de vida para o meu filho. Fui aprendendo aos trancos e barrancos, e aprimorando o serviço que eu me empenhei a realizar. Sei que sou a cabeça da casa, a última que bate o martelo. Mas também conto com o apoio do meu marido e do meu filho. Ainda assim, é cansativo.

Muitas mulheres vivem a mesma realidade, e algumas ainda são mães solo que lutam para dar qualidade de vida aos filhos.”

Juliana Marques Kussler, 37 anos, é professora de Artes e vice-diretora de uma escola de tempo integral no Rio Grande do Sul, e vive uma rotina semelhante. Com o marido desempregado desde que a empresa em que ele trabalhava fez demissões em massa e um filho de 7 anos que tem autismo e precisa de acompanhamento terapêutico, ela carrega sozinha a maior parte do sustento

da família. “São 60 horas de trabalho na escola, além de toda a rotina da casa e dos cuidados com meu filho. Têm dias que sinto que vivo só apagando incêndios. A maior mudança pra mim foi assumir que, se eu não desse conta, ninguém daria. Hoje a carga de sustentação ficou quase toda em mim. Isso mexe muito com os sonhos, com a saúde e até com o jeito que a gente passa a se ver. Eu já sofri preconceito por ser a principal provedora, como se fosse estranho uma mulher assumir esse papel. Mas essa é a realidade de milhares de nós.”

Já Gercyjalda Rosa da Silva, de 70 anos, professora da rede estadual na Bahia e ativista na área de Igualdade Racial, também representa essa maioria. Pós-graduada em História, ela divide seu tempo entre o trabalho, reuniões e o Conselho de Alimentação Escolar. Em casa, mora com a

filha, duas netas e uma bisneta, às quais ajuda a sustentar. “Administro muito bem o meu dia e me sinto feliz no que faço. Nunca senti preconceito em ser chefe de família, porém o maior preconceito é por ser mulher negra e do Candomblé. Nos últimos anos minha vida melhorou, adquirindo mais conhecimentos. Me sinto realizada como profissional, mãe e avó. Tenho fins de semana para descansar, viajar e interagir com amigos e familiares. Conheço muitas mulheres com histórias parecidas com a minha.”

A aposentada Flora Maria de Mattos traz outro olhar. Viúva desde os 48 anos, criou filhos e netos conciliando trabalho e vida doméstica. Hoje, aos 81 anos de idade, tem quatro filhos morando em sua casa (um sempre morou com ela por uma deficiência intelectual, dois se separaram e o outro ficou viúvo), além

“

Sei que sou a cabeça da casa, a última que bate o martelo. Mas também conto com o apoio do meu marido e do meu filho. Ainda assim, é cansativo.

”



Foto: Arquivo pessoal

Juliana Marques Kussler, 37 anos, é professora de Artes e vice-diretora de uma escola de tempo integral no Rio Grande do Sul

de netos e bisnetos que circulam diariamente. “Com a idade, minha rotina ficou mais leve. Gosto do que faço e sempre encontro tempo para mim. Mas sei que, ao longo da vida, precisei tomar as rédeas: pagar contas, comprar carro, organizar a casa. Aprendi muita coisa sozinha, indo atrás das burocracias. Eu tenho muitas amigas que viveram o mesmo depois de ficarem sozinhas.”

O peso e a potência da chefia feminina

A presença dessas mulheres à frente das famílias não se limita ao espaço privado. Como educadoras, trabalhadoras, gestoras escolares ou cuidadoras, elas transformam vidas para além dos próprios lares. Tornam-se referência para estudantes que as veem como espelho de força e resiliência.

O desafio, no entanto, é também estrutural. A economista Cristina Vieceli, do DIEESE, reforça a necessidade de políticas públicas que redistribuam a carga do cuidado: “Enquanto não houver medidas efetivas, como ampliação da licença paternidade e maior participação dos homens nas tarefas domésticas, as mulheres continuarão penalizadas com jornadas exaustivas. É preciso romper com a lógica cultural que coloca o cuidado apenas sobre os ombros delas.”

Já Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa, do Ipea, acrescenta que a recém-sancionada Política Nacional de Cuidados, em dezembro de 2024, é um passo importante para reconhecer o cuidado como um trabalho essencial e um direito de todas as pessoas. Mas a técnica de Planejamento e Pesquisa alerta: a sociedade ainda naturaliza o cuidado como uma responsabilidade feminina, o que perpetua desigualdades estruturais.

Gercyjalda Rosa da Silva, 70 anos, professora da rede estadual na Bahia e ativista na área de Igualdade Racial

Foto: Arquivo pessoal





Um futuro que se constrói em sala de aula e em casa

Ao contar a história de mulheres que ensinam e sustentam, o Brasil também olha para o futuro. O dado de que mais da metade dos lares brasileiros são liderados por mulheres não é apenas estatística: é sinal de uma sociedade em transformação.

Entre provas corrigidas, reuniões pedagógicas, rotinas de trabalho, casa cheia, contas pagas e refeições improvisadas, Mônica, Juliana, Flora

e Gercyjalda mostram que liderar um lar é também um ato pedagógico. Ensinar, afinal, vai além do currículo: é resistir, cuidar e transformar.

O preconceito com mulheres que chefiam os lares ainda é estrutural. Ele se sustenta em normas sociais que atribuem papéis rígidos de gênero. Apesar disso, a presença cada vez maior de mulheres liderando famílias e comunidades mostra que essa realidade está em constante mudança.

A aposentada Flora Maria de Mattos, 81 anos: criou filhos e netos conciliando trabalho e vida doméstica

Foto: Arquivo pessoal



Entre fórmulas e fronteiras: a ciência que ainda não é para todas

Por: Wesley Ricardo

Mulheres são maioria nas universidades, mas minoria nos espaços de poder. Desigualdades de gênero, raça e maternidade seguem como barreiras invisíveis na produção científica brasileira

A pesar de representarem mais da metade da população brasileira e serem maioria nas universidades e centros de pesquisa, as mulheres ainda enfrentam barreiras profundas para alcançar posições de destaque e acesso igualitário às bolsas de pesquisa.

Esses desafios se intensificam quando os recortes de gênero, raça, classe, território e maternidade se cruzam, ampliando desigualdades estruturais que impactam diretamente a vida acadêmica e profissional dessas mulheres.

Dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) mostram que elas são maioria entre os bolsistas de mestrado (54%) e doutorado (53%). No entanto, essa presença diminui nos níveis mais altos da carreira científica. Nas bolsas de produtividade — as mais prestigiadas e determinantes para o avanço acadêmico — apenas 35,5% são concedidas a mulheres. Em áreas como Engenharia e Tecnologia da Informação, a desigualdade é ainda mais evidente: somente 15,7% das estudantes são mulheres.

O recorte racial aprofunda o abismo. Levantamento da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) aponta que apenas 18% dos

investimentos em bolsas chegam à população negra; menos de 4% contemplam pessoas autodeclaradas pretas e somente 0,25% alcançam indígenas. Esses dados revelam que a desigualdade racial impõe obstáculos ainda mais severos do que a de gênero, afetando diretamente mulheres negras e indígenas que desejam seguir carreira científica.

BÁRBARA NASCIMENTO

Para a pesquisadora indígena Bárbara Nascimento Flores (foto ao lado), liderança do povo Borum-Kren, o problema não está apenas no acesso à ciência, mas na permanência, no reconhecimento e na redistribuição de poder. “Embora sejamos maioria na pós-graduação, seguimos minoria nos cargos de liderança e nos espaços onde o conhecimento é legitimado. O sistema científico ainda premia trajetórias lineares, descoladas da vida real”, afirma.

Segundo Bárbara, essa exclusão está relacionada a uma lógica científica eurocentrada e colonial, que historicamente deslegitima epistemologias não hegemônicas. “Quando pesquisamos nossos povos, nossas terras e nossas memórias, muitas vezes ouvimos que isso ‘não é ciência’. O problema não é ausência de mérito, é ausência de reconhecimento”, destaca.



Foto: Suelen Goyá-Tapuya

DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA NA CIÊNCIA BRASILEIRA

Como barreiras estruturais moldam o caminho de mulheres — especialmente negras e indígenas — na pesquisa científica.

ACESSO E FORMAÇÃO

As mulheres são maioria na pós-graduação brasileira, mas isso não garante acesso igualitário a oportunidades futuras. No mestrado, elas representam 54% das bolsistas; no doutorado, 53%. Entretanto, quanto mais prestigiada a bolsa, menor a presença feminina.



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).
www.gov.br/mcti

DESIGUALDADE NA PRODUTIVIDADE E NAS ÁREAS EXATAS

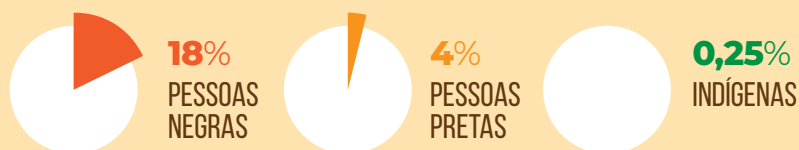
Apenas 35,5% das bolsas de Produtividade em Pesquisa (as mais valorizadas do sistema) são destinadas a mulheres. Em áreas como TI, somente 15,7% das estudantes são mulheres.



Fonte: MCTI — Estatísticas de Ciência e Tecnologia.
www.gov.br/mcti

O CORTE RACIAL

A desigualdade racial é ainda mais acentuada que a de gênero. Apenas 18% dos investimentos em bolsas vão para pessoas negras e só 4% para pesquisadoras(es) pretas(os). Entre indígenas, o índice é de 0,25%.



Fonte: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN).
www.abpn.org.br

SUELI DE SOUZA

Histórias que comprovam as estatísticas

Esses números se materializam na trajetória de mulheres como Sueli de Souza Santos (foto ao lado), professora da Escola Estadual Rosmay Kara José, em Novo Horizonte do Norte (MT). Antes de se tornar professora, Sueli trabalhou na roça, criou os filhos e atuou como merendeira, enquanto tentava continuar estudando.

“Ainda falta muito incentivo, e o preconceito é enorme. É luta todos os dias”, afirma. O desestímulo, conta ela, muitas vezes vinha de dentro de casa: “A minha mãe dizia: ‘isso não é pra vocês’. Sem conhecimento, as pessoas acabam desincentivando. Mas eu tinha algo dentro de mim que queria vencer”.

Ao chegar ao ensino superior, Sueli percebeu uma mudança profunda em si mesma e no olhar da sociedade: “O olhar muda, o pensamento muda e as portas se abrem. As pessoas são obrigadas a respeitar o título, o conhecimento”.

Ela defende que a formação transforma vidas, mas ainda não chega a todos. “Quem não tem recurso se perde pelo caminho. Eu mesma parei várias vezes, tive filhos, voltei mais tarde, mas não desisti. Tem que tentar, tentar e tentar, como dizia a mãe do presidente Lula: ‘tem que teimar’”.



Foto: Acervo pessoal

REGINA MARQUES

Mas essas histórias ficam ainda mais evidentes quando observamos a trajetória da pesquisadora Regina Marques de Souza Oliveira (foto abaixo), também conhecida como Regina Suama Ngola Marques. Hoje professora visitante na Universidade da Califórnia, Regina pesquisa há décadas sobre saúde mental da população negra e relações étnico-raciais, muito antes de o tema ganhar visibilidade no país.

Sua trajetória foi marcada por um percurso atípico, atravessado pela ausência de referências teóricas e institucionais. Atuou em instituições de saúde, educação e justiça antes de ingressar definitivamente na pesquisa e encontrou na psicologia social e na psicanálise caminhos para investigar temas ignorados pela academia. Autoras como Neusa Santos Souza, Izildinha Baptista Nogueira e Virginia Leone Bicudo circulavam mais no movimento negro do

que nas universidades, revelando uma ciência que historicamente excluiu pesquisadoras negras.

Para Regina, além das barreiras raciais, o território pesa enormemente: “estar no Nordeste, ser mulher e negra é estar na periferia da ciência”. Universidades do Sudeste e Sul concentram recursos, redes e comissões avaliadoras, tornando quase impossível competir em igualdade de condições. Soma-se a isso o etarismo: muitas mulheres negras chegam mais tarde à carreira acadêmica devido a trajetórias atravessadas por trabalho, maternidade e cuidado.

Mesmo com currículos robustos, pesquisadoras como Regina seguem pouco reconhecidas. Para ela, é ilusório acreditar que ações afirmativas funcionem plenamente sem acompanhamento contínuo, apoio institucional e políticas que também valorizem as mulheres negras mais velhas.

A experiência de Sueli dialoga com o que Bárbara aponta como o peso da maternidade, do cuidado e das responsabilidades comunitárias na trajetória das mulheres na ciência. Mãe de três filhos, a pesquisadora indígena teve sua trajetória acadêmica atravessada por períodos de licença-maternidade e interrupções que impactaram o tempo formal de pesquisa, mas ampliaram sua visão crítica e seu compromisso político.

Para ela, o problema está em um modelo universitário que ignora o cuidado como dimensão legítima da vida científica. “A academia foi criada por homens brancos, urbanos e de classe média alta. Mulheres negras e indígenas entram nesse sistema como exceção”, analisa.



Foto: Acervo pessoal

Políticas, ciência e o papel do incentivo

Nos últimos anos, programas públicos e universitários têm buscado reduzir desigualdades históricas, sobretudo na participação de meninas e mulheres em áreas STEM. No entanto, Bárbara avalia que essas iniciativas ainda são fragmentadas e dependentes de editais pontuais. “Falta transformar ações isoladas em políticas de Estado”, afirma.

Projetos como o Futuras Cientistas (MCTI) oferecem mentorias e experiências em laboratório. Para a professora Rosy Isaías (foto ao lado), coordenadora do projeto Construindo Olhares Botânicos (UFMG), essas iniciativas despertam pertencimento: “Muitas meninas descobrem a carreira quando percebem que aquele espaço também é delas”.



Foto: Acervo pessoal

ROSY ISAÍAS

Outras ações, como o Meninas Negras na Ciência (Fiocruz) e o Guardiãs das Águas (UFU), ampliam o acesso de meninas negras à pesquisa. Para Sueli, esses projetos ajudam a impedir que jovens desistam por acreditarem que “não pertencem” à ciência.

Regina alerta, porém, que o incentivo inicial não basta. Sem formação política e enfrentamento do racismo institucional, corre-se o risco de formar cientistas que reproduzam práticas excludentes. Bárbara reforça que, sem políticas de permanência, muitas jovens entram na ciência, mas não conseguem permanecer.

No Congresso Nacional, a Comissão de Educação da Câmara aprovou o Projeto de Lei 840/2021, que cria o Programa Meninas na Ciência e Tecnologia (Meninas Tec) e prevê critérios mais justos para avaliar pesquisadoras que foram mães ou cuidadoras. Para a relatora, deputada Franciane Bayer, excluir mulheres dessas áreas é “um entrave ao desenvolvimento do país”.

A proposta segue para a CCJ e para o Plenário. Se aprovada, poderá representar um avanço importante rumo à igualdade de oportunidades e ao reconhecimento do papel das mulheres — especialmente negras, indígenas e mães — na ciência brasileira.

Avanços legislativos e desafios

No Congresso Nacional, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 840/2021 que busca promover a inclusão de mulheres na ciência e tornar mais justos os critérios de avaliação de pesquisadoras que foram mães ou responsáveis por cuidados familiares. O texto cria o Programa Meninas na Ciência e Tecnologia (Meninas Tec) e prevê palestras, oficinas e ações de divulgação científica nas escolas.

O projeto altera cinco leis — incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei de Inovação — e amplia em dois anos o prazo de avaliação da produção acadêmica de professoras visitantes que tenham sido mães ou cuidadoras. Para Bayer, excluir mulheres da qualificação acadêmica e profissional nessas áreas não é apenas injusto, “é um entrave ao desenvolvimento do país”.

Para Regina, no entanto, políticas públicas só serão realmente eficazes quando incorporarem outras dimensões que têm sido negligenciadas. Ela acredita que ações afirmativas precisam incluir acompanhamento constante, suporte emocional, formação continuada, estratégias de fortalecimento institucional e, sobretudo, políticas de equidade também voltadas às pesquisadoras negras mais velhas que, segundo ela, foram fundamentais para construir os campos hoje acessados pelas mais jovens, mas permanecem invisibilizadas.

Rosy Isaías reforça que políticas afirmativas são fundamentais: “Bancas e comissões diversas são

essenciais. Editais específicos, como os do Instituto Serrapilheira para pesquisadores pretos, pardos e indígenas, fazem diferença. E o bônus para mães nos editais de produtividade do CNPq representa um avanço importante.” Ela destaca ainda que a representatividade tem impacto concreto, “onde chego, levo comigo esse compromisso.”

Sueli concorda que políticas públicas abrem portas, mas afirma que a valorização pessoal também é essencial, “quando queremos ser valorizadas, primeiro precisamos nos valorizar. A formação é contínua, todos os dias temos que buscar conhecimento.”

A proposta agora segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, depois, do Plenário da Câmara. Se aprovada e sancionada, poderá representar um avanço importante rumo à igualdade de oportunidades e ao reconhecimento do papel das mulheres — especialmente negras, indígenas e mães — na produção científica brasileira.

O que o Brasil perde quando mulheres negras e indígenas ficam fora da ciência

A reflexão de Regina amplia o debate para o impacto nacional e global da ausência dessas mulheres na ciência. Com experiências internacionais na França e nos Estados Unidos, ela afirma que as universidades do mundo reproduzem modelos eurocêntricos e colonialistas, e que o Brasil, por sua própria diversidade, tem potencial único para renovar métodos, paradigmas

e formas de pensar. “Apenas os corpos da diferença são capazes de trazer novas linguagens e soluções para o mundo do século 21”, afirma.

Para ela, quando mulheres negras e indígenas são excluídas, o país perde inovação, diversidade epistêmica, novas tecnologias sociais e ambientais, e a possibilidade de produzir conhecimento comprometido com a vida, com os territórios e com o futuro. Perde também a chance de enfrentar crises globais com perspectivas plurais e fundamentais diante dos desafios ambientais, climáticos e sociais.

Construir futuro exige olhar para o passado e para quem abriu o caminho

Um ponto decisivo levantado por Regina diz respeito ao etarismo dentro da ciência. Ela aponta que muitas das mulheres negras pioneiras da academia — aquelas que abriram espaço para o debate racial, criaram metodologias originais e enfrentaram universidades que as rejeitavam — hoje são tratadas como figuras ultrapassadas. Para ela, isso impede a construção verdadeira de equidade, porque rompe a transmissão de conhecimento entre gerações e apaga a história dessas lideranças.

Regina defende que políticas nacionais robustas de equidade precisam incluir bolsas sênior específicas para mulheres negras mais velhas, reconhecimento público de suas contribuições, valorização de suas trajetórias e mecanismos para que elas possam orientar, formar e fortalecer as novas gerações.

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2025 SEMEIA O BEM VIVER, UM NOVO PROJETO DE PAÍS

Manifestação reuniu mais de 300 mil mulheres negras na Esplanada dos Ministérios para reivindicar reparação histórica e um novo pacto civilizatório que inclua o bem viver da população negra e vulnerabilizada



“O Brasil deve uma vida livre de violência para as mulheres negras; deve a nós a construção da noção de cidadania que não seja uma cidadania de segunda classe”, afirma Janira Sodré, integrante do Comitê da Marcha de Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver 2025. O movimento reuniu, em Brasília (DF), no dia 25 de novembro, 300 mil mulheres negras de todos os estados, trabalhadoras, quilombolas, indígenas, jovens, artistas e lideranças comunitárias, além de representantes de mais de 40 países.

“Nós somente recuperaremos a dívida histórica produzindo reparação e apontando para perspectivas de Bem Viver. É preciso um novo pacto civilizatório que coloque a vida das populações, das mulheres e meninas negras, das pessoas mais vulneráveis, no centro de um projeto de envolvimento, não de desenvolvimento - o negro bispo diz isso”, destaca Janira Sodré. Ela explica que precisamos de

um projeto de envolvimento em que possamos “produzir conexões significativas com biomas, arranjos econômicos que coloquem no centro o bem-estar e a vida, a fartura e a justiça para as pessoas, produzindo outras formas e outras possibilidades para além das ruínas do capital”.

No dia da Marcha, uma comitiva de 12 representantes do Comitê Nacional da Marcha foi recebida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin, em um encontro histórico. Na ocasião, foram apresentadas as principais demandas institucionais, incluindo o acesso público a arquivos do Judiciário relacionados à escravidão, a criação de protocolos específicos para monitorar processos envolvendo agentes de segurança pública, a celeridade em casos de violência contra mulheres negras e seus familiares e o reconhecimento formal do projeto político defendido pelas mulheres negras organizadas.



Foto: Dino Santos - CUT

Mais de 300 mil pessoas participaram da Marcha das Mulheres Negras, em Brasília

“Lutamos para que a população negra possa, de fato, ter oportunidades. Reunimos, na Marcha, mulheres da educação de todo o país, porque sabemos que a educação faz a diferença. E isso significa vencer o racismo e discutir esse tema dentro da escola, com alunos e alunas, professores e professoras. O país é melhor sem racismo”, afirma Ieda Leal, secretária de Imprensa e Comunicação da CNTE.

Bem Viver

A administradora paraense Ana Carla Franco, da Marcha Mundial das Mulheres, participou da Marcha e avalia que o Bem Viver é um tema central pois “buscamos viver bem com acesso à saúde, educação, moradia, trabalho

digno e valorização, justiça climática e o mais urgente: viver sem violência, que não sejamos mais as maiores vítimas de violência doméstica, que nenhuma mulher mais seja, queremos viver sem medo, com qualidade de vida”.

Conforme Ana Carla Franco, a reparação está intrinsecamente ligada às mazelas e violências que sofremos até hoje como consequência do período de escravização de corpos negros. “Necessitamos de reparação por tudo que nos foi negado e ainda temos dificuldade de acesso, como educação de qualidade, melhores colocações no mercado de trabalho, habitação, saneamento básico. Que nossa cultura, nossas criações não sejam raptadas e sim, valorizadas, e sigam pertencidas a nós, mulheres negras e povo negro”.

Para ela, a mobilização traz mudanças de concepção e de olhar sobre as violências e opressões que as mulheres negras sofrem, além de formulação de leis e políticas que venham melhorar nossa vida, buscando reparação e Bem Viver.

Retrospectiva: marchas de 2015 e 2025

A professora aposentada da Rede Estadual de Minas Gerais, Maria Mirtes de Paula, participou das duas edições da Marcha, em 2015 e em 2025. Na avaliação dela, as marchas retratam a cultura e a história do povo negro, fazendo com que a juventude entenda o legado dos antepassados. “Se a juventude pode estar numa escola pública, se pode ter uma casa, se pode ter saúde, se pode entrar na faculdade, se pode entrar em qualquer lugar, foi exatamente pela luta que os nossos antepassados fizeram”.

Maria Mirtes de Paula, participou das duas edições da Marcha, em 2015 e em 2025

Foto: Arquivo Pessoal



Ela conta que tanto em 2015, quanto agora em 2025, ficou muito emocionada: “Você vê os corpos de milhares de mulheres negras que pintaram aquela esplanada com a cor da nossa cultura ancestral, da nossa história. E é uma cultura que segue viva e pulsante dentro de nós. Quando a gente vê as mulheres e todas aquelas coisas das nossas ancestralidades ali, seu coração bate muito mais forte”.

Para a professora Maria Mirtes de Paula, um dos maiores desafios é enfrentar a resistência ideológica: “A reparação é tratada como um privilégio. Ou então, como eles adoram falar, o *racismo reverso*. Como nós temos condições de impor qualquer tipo de racismo contra a elite dominante? Eles não aceitam que a reparação é uma questão de justiça social.”

Para ela, a mobilização é “a esperança que a nossa juventude futuramente possa usufruir de educação, de saúde, de moradia”. Mirtes defende que a reparação não pode ser apenas uma ação simbólica e exige uma transformação radical nas estruturas econômicas, políticas e sociais do nosso país. “Essa reparação passa por três pilares, que é a reparação econômica e institucional; a reparação fundiária, porque a terra é uma questão de dignidade; e a reparação interseccional, porque não dá para você dizer que não existe racismo sem o patriarcado. Então nós precisamos fazer com que a reparação aconteça de forma efetiva”.

Janira Sodré, integrante do Comitê da Marcha de Mulheres Negras por *Reparação e Bem Viver 2025*

O peso da violência sobre as mulheres negras

Segundo o Atlas da violência 2025, mulheres negras são a maioria entre as vítimas de agressões e assassinatos, reflexo do racismo estrutural e da desigualdade social. Em 2024, 63,6% das vítimas de feminicídio eram negras, enquanto 35,7% eram brancas.

Dados preliminares do estudo “Nascer no Brasil 2”, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com informações de mais de 24 mil mulheres entre 2020 a 2023, em 465 maternidades no país, mostra que adolescentes ou mulheres com mais de 35 anos, negras, usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), com baixa escolaridade, têm mais risco de sofrer violência obstétrica.



Foto: Aline Martins

“Temos diversos abismos sociais em atendimento em saúde, em educação, em cultura, moradia, renda, índices terríveis de mortalidade materna, de mortalidade infantil no lar liderado pelas mulheres negras. Todas essas desvantagens sociais nos mostram a dívida que a República do Brasil tem com as mulheres negras”, enumera Janira Sodré.

“Nós, mulheres negras, fomos as que mais sofremos violência sexual durante toda a história do nosso país, a formação do nosso país. Então, é preciso que a gente tenha essa reparação também, porque a gente carrega um peso muito grande do racismo e do patriarcado, que são dois pontos, dois elos na estruturação do capitalismo”, declara a professora Maria Mirtes de Paula. “A reparação precisa ser feita a partir de nós mulheres, nós mulheres negras, porque tem que ser pensado conosco e para nós”, completa.

Movimento Internacional

A Marcha das Mulheres Negras 2025 transcendeu as fronteiras nacionais, consolidando-se como um potente evento de articulação e construção de agendas globais.

A participação internacional foi um dos pilares do evento, trazendo vozes, experiências e estratégias de diferentes continentes para o centro do debate.

Janira Sodré, integrante do Comitê da Marcha de Mulheres Negras, menciona que quando a Marcha foi anunciada houve um crescimento orgânico de mulheres de diversos lugares, da Ásia, da África, das Américas, manifestando interesse em participar da Marcha. “É como se houvesse uma ambiência internacional onde, em vários lugares do mundo, existe essa vontade, esse desejo de conexão, de organização. E, nesse sentido, o olhar para o que a gente lançou aqui a partir do Brasil foi um olhar de esperança”, pontuou.

A economista e gerente de projetos da Associação de Mulheres Afrocolombianas (Amuafroc), Shari García, participou da Marcha. Ela conta que mais de 40 organizações de mulheres da Colômbia estiveram presentes, tanto virtualmente quanto presencialmente. “A marcha das mulheres negras aconteceu no momento perfeito para renovar a energia e o espírito do trabalho que realizamos na base dos movimentos feministas na América Latina”, destacou.

Foto: Adriana Medeiros



“Na Colômbia, essas organizações debateram nacionalmente antes da marcha para analisar a conjuntura política atual, marcada pelo racismo sistêmico, pela falta de acesso garantido à justiça e pela violência racista de gênero. Essa rede elaborou um ‘Manifesto Colômbia’, que foi apresentado nos diálogos globais anteriores à marcha e contribuiu para a declaração final”, detalhou Sharia García.

Além disso, a economista reforça que a Amuafroc contribuiu para o desenho metodológico dos diálogos globais, que facilitaram a troca de estratégias para a criação de ações de reparação histórica para pessoas negras e mulheres. “Esses diálogos culminaram na definição de alianças transnacionais para o avanço de uma agenda global que possa ser implementada em cada um dos países. Para a Colômbia, isso representa uma oportunidade que fortalece sua capacidade de diálogo com as instituições e também oferece uma nova esperança para as mulheres afro-colombianas que estão atualmente nesse processo”.

A advogada Gretchen Rohr, que trabalha como estrategista independente de reparações, apoiando movimentos no sul global e no sul dos EUA, também participou da marcha. Ela atua conectando diversos grupos indígenas, formuladores de políticas e administradores de instituições multilaterais que estão promovendo reparações ou tentando desenvolver iniciativas para sua implementação em tribunais, comissões e municípios, tanto em âmbito nacional quanto global.

“Fiquei muito feliz em participar de uma coalizão que organizou o Festival Wakati Wetu no Quênia. O evento aconteceu em Nairóbi, Quênia, cerca de duas semanas antes da marcha. E assim, trabalhando com parceiros, buscamos maneiras de conectar o movimento pan-africanista de reparações que está sendo impulsionado nas Américas, no Caribe e no continente africano”, informa Gretchen.

Para ela, a Marcha das Mulheres em Brasília foi fundamental: “Neste espaço realmente vi, ouvi e senti toda a vibração da ação libertadora e da construção de demandas participativas. Enquanto estive em Brasília, participei desse belo processo no qual comunidades de todo o país, da América Latina, da



Foto: Fernando Rabelo

Luana Tolentino: “Defendo o afeto, o sentimento, que são os pilares de uma carta, como forma de efetivar a Lei 10.639 e combater o racismo na sala de aula”

região e do mundo todo, puderam contribuir para o manifesto, compartilhar suas ideias sobre como acreditamos ser possível viver de forma diferente e reparar o passado”.

Gretchen Rohr ressalta que se sentiu impactada com o evento. “É um daqueles momentos em que vejo mulheres de todos os gêneros, cis, transgênero e pessoas não-binárias, sentindo-se totalmente livres para usar o que quiserem, para dançar e se mover como quiserem, e estar nesses lugares, nesses espaços, nas ruas, sentindo-se sem pedir desculpas por serem femininas, vibrantes, sem precisar se preocupar em proteger a pele, como se a exposição da pele fosse de alguma forma levar à violência. Mas como a nossa pele é o nosso texto, é isso mesmo, falamos através dela e os

nossos ancestrais falam através do que mostramos e do que partilhamos em cada tom que se fez presente naquela marcha. Foi uma experiência transformadora”, concluiu.

Lei 10.639/02: afeto e escrevivências na luta por uma educação antirracista

Um dos avanços na educação antirracista é Lei 10.639/02, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. O conteúdo inclui o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

A professora da rede pública de Minas Gerais e escritora, Luana Tolentino, vem traduzindo essa legislação em práticas pedagógicas vivas e afetivas. “Essa lei resulta das reivindicações, das lutas do movimento social negro, e tem um papel importante: é a primeira vez que o Brasil reconhece o quanto o racismo está presente na educação e o quanto ele provoca violências e abismos”, avalia.

Para Luana, a lei foi um marco crucial, que vem formando uma geração para o enfrentamento do racismo e promovendo mudanças comportamentais que podem ser vistas, por exemplo, no mercado literário. “Hoje a gente entra numa livraria e encontra uma bancada de autores negros. Tenho participado de festivais literários e de pautas em programas de TV e vejo que a lei teve efeitos que não se limitam ao espaço escolar”.

Ieda Leal, secretária de Imprensa e Comunicação da CNTE

Foto: Abimael Campos



Troca de cartas e escrevivências

Luana é autora da tese de doutorado “Pedagogia da Carta: escrevivências, afeto e sentimento na implementação da Lei n. 10.639/2003 - a experiência de troca de correspondências entre estudantes de Ribeirão das Neves/MG e de Búzi/Moçambique”. Essa iniciativa de escrever cartas, que surgiu como forma de tornar o continente africano “palpável” para seus alunos, enfrentou até a precariedade dos correios moçambicanos – solucionada com o auxílio da embaixada do país, que enviou as correspondências em seu malote oficial.

“Defendo o afeto, o sentimento, que são os pilares de uma carta, como forma de efetivar a Lei 10.639 e combater o racismo na sala de aula”, explica a educadora. O projeto virou um capítulo de seu primeiro livro, “Outra Educação é Possível” (2018), obra que se tornou referência em cursos de formação de professores.

A trajetória de Luana como escritora é, ela mesma, um ato de resistência e registro. “No nosso país não se pensa numa menina negra, moradora de um bairro periférico, com pais de pouca escolaridade, como escritora”, reflete, creditando ao pai o incentivo para materializar esse sonho. Além do livro sobre práticas pedagógicas, lançou “Sobrevivendo ao Racismo”, com cartas e memórias sobre a discriminação, e o infantil “Mamãe Aprendeu a Ler”, homenagem à mãe que se alfabetizou aos 70 anos.

Desafios na implementação da lei

Apesar dos avanços, Luana é enfática ao apontar os obstáculos. “O espaço escolar ainda é, muitas vezes, uma tragédia para crianças e jovens negros, em função, também, do não cumprimento dessa legislação”, alerta. Ela defende que a escola, reflexo de uma sociedade racista, pode reproduzir discriminações

se não as enfrentar de frente. Como caminho, aponta a formação inicial e continuada de professores como política fundamental.

Para Ana Carla Franco, participante da Marcha, o maior obstáculo é o próprio racismo, que impede muitas vezes os profissionais de executar atividades voltadas ao ensino da história e cultura afrobrasileira. “O racismo religioso é muito forte e as religiões afro foram e continuam sendo demonizadas, como também as poucas formações específicas a esses profissionais, para que estejam aptos a oferecer atividades e conteúdos interessantes, bem como saibam contornar essas dificuldades. Muitas vezes as atividades ficam atreladas somente ao dia da consciência negra ou em feiras temáticas”.

Edson Rodrigues Garcia, secretário-adjunto da CNTE, e a secretária de Relações de Gênero da CNTE, Berenice D'arc



Foto: Abimael Campos

UMA REDE QUE MOVE O MUNDO

Foto: Divulgação NEA

Do combate ao congelamento salarial na América Central à luta contra o desmonte de direitos civis nos EUA, sindicalistas desenham estratégias conjuntas para enfrentar a precarização e o autoritarismo



Daaiyah Bilal-Threats, Diretora Sênior de Políticas Educacionais da NEA, Estados Unidos, destaca que, embora as mulheres representem quase 80% do magistério público norte-americano, a luta contra estruturas patriarcais permanece viva

Em um cenário global marcado pelo avanço de forças autoritárias, pela precarização do trabalho docente e por transformações tecnológicas aceleradas, mulheres educadoras vêm construindo uma articulação internacional que ultrapassa fronteiras e redefine o papel dos sindicatos na defesa da democracia.

A Rede de Trabalhadoras da Educação, vinculada à Internacional da Educação, tornou-se um espaço estratégico de escuta, formação e ação política, no qual professoras de diferentes continentes compartilham experiências, constroem agendas comuns e fortalecem o protagonismo feminino no movimento sindical.

Mais do que um fórum de debates, a Rede opera como um território de elaboração coletiva. Nela, questões históricas como a desigualdade salarial, a dupla e tripla jornada de trabalho, a sub-representação feminina em cargos de liderança e a violência política de gênero se entrelaçam com desafios emergentes,



Foto: Divulgação IEAL

A colombiana Isabel Olaya Cuero, dirigente da Federação Colombiana de Trabalhadores/as da Educação (Fecode)

“Sob a administração Trump, várias ações minaram a igualdade de gênero. O desmonte de funções departamentais e os cortes no financiamento federal continuam a impactar desproporcionalmente as educadoras e estudantes de comunidades marginalizadas.” Daaiyah Bilal-Threats (EUA)

como o impacto da Inteligência Artificial sobre o trabalho docente, a vigilância digital e as novas formas de assédio nas redes.

Em setembro de 2025, Brasília recebeu um encontro regional dessa articulação, reunindo representantes da América Latina, América do Norte, África e Europa. O evento marcou um ponto de inflexão: ali, mulheres de realidades muito distintas reconheceram-se em problemas comuns e passaram a desenhar estratégias conjuntas. Mas a força da Rede não está naquele momento específico. Ela reside no processo contínuo de organização, formação e incidência política que vem sendo tecido ao longo dos anos.

Estados Unidos: Avanços históricos e a sombra do retrocesso

A inclusão da National Education Association (NEA) dos Estados Unidos nessa articulação traz uma perspectiva crucial do Norte Global. Daaiyah Bilal-Threats, Diretora Sênior de Políticas Educacionais da NEA, destaca que, embora as mulheres representem quase 80% do magistério público norte-americano, a luta contra estruturas patriarcais permanece viva.

Daaiyah aponta o Title IX (Título IX), lei de 1972 que proíbe a discriminação sexual em instituições financiadas pelo governo federal, como um divisor de águas que impulsionou a participação feminina nos esportes e em carreiras

acadêmicas. No entanto, a dirigente alerta para os contragolpes recentes.

“Embora os EUA tenham feito progressos consideráveis, estamos vivenciando retrocessos. Sob a administração Trump, várias ações minaram a igualdade de gênero”, afirma Daaiyah. Ela cita o desmantelamento de proteções contra assédio sexual, o banimento de programas de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) e cortes orçamentários que afetam desproporcionalmente educadoras e estudantes de comunidades marginalizadas.

A resistência da NEA passa por garantir que a liderança reflita sua base: hoje, os dois cargos mais altos do sindicato são ocupados por mulheres negras.

“Não somos apenas importantes nos sindicatos. Somos imprescindíveis.”

Isabel Olaya Cuero,
Colômbia

"A defesa dos direitos das mulheres não transforma apenas as suas próprias vidas, mas todo o sistema educacional. Quando as escolas públicas são verdadeiramente inclusivas e equitativas para meninas e mulheres, todos os estudantes são beneficiados."

Daaiyah Bilal-Threats (EUA),

“No passado, quase não havia mulheres nos sindicatos. Hoje, essa realidade mudou porque investimos em formação política.”

Isabel Olaya Cuero

“Nosso trabalho é preparar as novas gerações para defender a educação pública. Muitos chegam ao magistério sem consciência política. É a formação sindical que cria compromisso coletivo.”

Isabel Olaya Cuero, Fecode

Do voto à voz: mulheres no comando sindical

A colombiana Isabel Olaya Cuero, dirigente da Federação Colombiana de Trabalhadores/as da Educação (Fecode), resume a virada histórica em curso: “Não somos apenas importantes nos sindicatos, somos imprescindíveis”. Em um país onde a direção sindical já foi composta quase exclusivamente por homens, hoje mulheres ocupam espaços centrais.

“Antes, éramos chamadas basicamente para votar. Hoje, temos seis ou sete mulheres na direção nacional. Isso só foi possível com formação política e sindical permanente”, afirma. A experiência colombiana revela um dos pilares da Rede: formar para transformar. A aposta na educação política de jovens professoras tem sido decisiva para renovar lideranças e garantir continuidade às lutas.

Educação pública é pauta feminista

Na Costa Rica, onde cerca de 80% da força de trabalho do setor educacional é feminina, a perspectiva de gênero tornou-se inseparável da defesa da escola pública. Gilda Montero, presidenta da Associação Nacional de Educadores e Educadoras (ANDE), é enfática: “A educação é um direito inalienável. Defender orçamento, salário e infraestrutura é também uma pauta feminista”.

O país enfrenta anos de congelamento salarial, o que afeta de forma desproporcional mulheres que sustentam suas famílias. “A realidade econômica não é a mesma para uma mulher chefe de casa e para quem tem apoio financeiro. Por isso, é fundamental dar enfoque de gênero a esse debate”, explica.

Gilda esteve à frente de uma das mais importantes vitórias recentes do movimento sindical feminino na Costa Rica: a ratificação da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho, que combate a violência e o assédio no mundo do trabalho. A conquista veio após mobilizações intensas, incluindo dias de acampamento em frente ao Parlamento.

“Defender salário e orçamento é também uma luta feminista.”

Gilda Montero,
Costa Rica



Foto: Divulgação IEAL

Democracia sob ataque, redes em expansão

Esse movimento de afirmação política ocorre em um contexto de reações conservadoras. Em vários países, governos tentam deslegitimar sindicatos, atacar políticas de igualdade e reduzir o investimento público em educação. Mesmo onde há governos progressistas, estruturas herdadas do neoliberalismo seguem operando contra a ampliação de direitos.

É nesse terreno que a Rede de Trabalhadoras da Educação atua como espaço de proteção e impulso. Ao conectar experiências, ela cria uma gramática comum de resistência. A luta contra a privatização da educação aparece como eixo transversal. “A privatização é um flagelo imposto na América Latina. Resistir é uma tarefa coletiva”, afirma Isabel, em mensagem às educadoras brasileiras.

Vem aí a 5ª Conferência Mundial de Mulheres da IE, em Salvador

A violência política digital contra mulheres tornou-se uma das faces mais cruéis do autoritarismo contemporâneo. Professoras que se posicionam publicamente são alvos de campanhas de difamação, ameaças e ataques coordenados. Ao transformar essas vivências em agenda coletiva, a Rede produz reconhecimento: cada relato individual passa a integrar uma narrativa maior, que legitima a dor e a converte em ação organizada.

O horizonte para 2026 é ambicioso.

Estão previstas ações formativas em comunicação, negociação coletiva e liderança sindical, com ênfase em jovens mulheres. A valorização de professoras negras na América Latina e o enfrentamento

sistemático da violência política de gênero figuram entre as prioridades.

O próximo grande passo dessa articulação global já tem data e local definidos. O Comitê do Status da Mulher informou ao Conselho da Internacional da Educação (IE) que a 5ª Conferência Mundial de Mulheres da IE será realizada nos dias 15 e 16 de setembro de 2026, em Salvador, Bahia. O tema escolhido para guiar os debates reflete a urgência do momento: “Rising United for Gender Justice” (Erguendo-se Unidas pela Justiça de Gênero).

Encontro da da Rede de Trabalhadoras da Educação, vinculada à Internacional da Educação, realizado em setembro de 2025, em Brasília (DF)

Quando a rua vira sala de aula

“Acampamos em frente à Assembleia para pressionar pela aprovação do Convenção 190. Foi uma vitória histórica. Muitos espaços sempre foram masculinizados; cabe a nós continuar abrindo caminhos.”

Gilda Montero, ANDE



Foto: Renato Braga

MULHERES AVANÇAM NA LUTA POR JUSTIÇA CLIMÁTICA

COP30 consolida avanços na política de gênero, mas ainda traz desafios na implementação e financiamento das ações



Foto: Tânia Rego / Agência Brasil

A Organização das Nações Unidas reconhece: as mulheres e meninas são as mais afetadas pelos impactos da crise climática, que amplificam desigualdades já existentes e impõem ameaças únicas aos seus meios de subsistência, saúde e segurança. E foi com muita organização que elas participaram da 30ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP 30), realizada em Belém (PA), entre os dias 10 e 21 de novembro de 2025.

A presidenta da CUT Pará, Vera Paoloni, esteve presente na COP30 e relata que a mobilização de organizações feministas do Brasil e do mundo já estavam se preparando para apresentar suas reivindicações. Nesse

processo, ela acrescenta, a CUT Pará criou uma ação de formação política chamada “Escutatória”, rumo à COP30, que discutiu com os sindicatos a pauta ambiental, de gênero e saúde, e os impactos que a mudança climática traz para a vida dos trabalhadores.

“Quando conversamos com os públicos mais femininos e feministas, nós percebemos que as mulheres estão na linha de frente e, para elas, o impacto do extremo climático, do sol inclemente, é muito pior. Elas brigam para ter direito a um chapéu decente, uma roupa, um EPI (Equipamento de Proteção Individual) e tudo vai para o processo de negociação coletiva, de pressão”, detalhou Vera Paolini.

Belém (PA),
19/11/2025 - Retratos
da diversidade de
mulheres no Dia de
Gênero da COP 30

Gênero na COP30

O Gender Day (Dia de Gênero) da COP30, celebrado nos dias 19 e 20 de novembro, foi um dos espaços destinados para a promoção de debates, painéis e apresentações sobre transversalização de gênero nas ações climáticas, governança com igualdade e construção de indicadores sensíveis ao gênero.

A presidenta da CUT Pará participou deste evento que contou com participação massiva das mulheres. “O auditório cedido ficou pequeno. Muitas mulheres ficaram do lado de fora. E muitas, até no gesto de solidariedade feminista, decidiram se revezar. A cada 10 minutos, mulheres saíam para que 10 pudessem entrar e participar”.

Após forte incidência de movimentos feministas, negros e latino-americanos, o Plano de Ação de Gênero 2026-2034 foi aprovado. O documento reconhece defensoras ambientais, o trabalho de cuidados, a violência de gênero e, pela primeira vez, mulheres e meninas afrodescendentes como centrais na ação climática.

Apesar deste avanço, o plano não estabelece metas de participação nem prevê recursos específicos para implementação. Na avaliação de Vera Paoloni, é preciso desburocratizar e financiar mais diretamente as ações das mulheres nas suas áreas de atuação. “Então, se aquela comunidade foi impactada e as mulheres têm uma linha de frente, qual é a política que vai se criar? Nós precisamos estar o tempo todo orando, vigiando e lutando

para efetivar o que foi aprovado, por quê? Porque sempre vai existir barreiras para que as mulheres assumam a liderança dos processos, para que as mulheres tenham o custeio das suas atividades, no sentido de proteger o meio ambiente”.

Vera Paoloni conclui: “Aqui no Brasil, obrigatoriamente, a pauta é manter o governo democrático popular, ampliar as bancadas mais progressistas do Senado, da Câmara Federal, na Assembleia Legislativa. Democracia tem que estar muito forte para segurar os ataques de quem suja o rio, de quem desmata a floresta, de quem avança para cima dos nossos direitos”.

Mulheres no Plano

A Estratégia Transversal Mulheres e Clima, um dos cinco eixos que compõem a estrutura transversal do Plano Clima, foi colocada em consulta pública na plataforma Brasil Participativo e ficou aberta para contribuições até 15 de janeiro de 2026.

O documento, primeiro a estruturar a política ambiental brasileira a partir da igualdade de gênero, foi apresentado oficialmente pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) durante a COP30.

Elaborada no âmbito do Plano Clima, a estratégia explicita as evidências de que a crise climática intensifica diferenças e afeta mulheres e meninas de forma desproporcional — especialmente negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, periféricas e de povos e comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, reconhece que são elas que



Foto: Bruno Peres / Agência Brasil

lideram soluções, inovação e proteção socioambiental em seus territórios.

O documento estabelece diretrizes e mecanismos orientadores para que o governo federal, estados e municípios incorporem a perspectiva de gênero em políticas, planos, programas e financiamentos relacionados à ação climática.

Também propõe mitigação com justiça de gênero, garantindo transição justa, adaptação integrada, considerando desigualdades estruturais e vulnerabilidades específicas, fortalecimento do protagonismo feminino na gestão de riscos, emergências e desastres, além da incorporação de indicadores, protocolos, instrumentos regulatórios e governança climática inclusiva.

Plano de Ações Integradas Mulheres e Clima



Entre a dor e a palavra: a escrita como resistência

Após o diagnóstico de câncer, Mônica Strege constrói uma obra que denuncia ausências e reafirma a força da educação pública

Fotos: Acervo pessoal / Mônica Strege

Professora da rede pública estadual de Mato Grosso, escritora e pesquisadora inquieta, Mônica Strege transformou a dor do adoecimento em potência criativa. Há quatro anos, após receber o diagnóstico de câncer, sua trajetória passou a ser marcada pela resistência, pela palavra e pela reflexão crítica sobre cuidado, vida e educação.

Nesse período, escreveu dois livros, concluiu o doutorado e consolidou uma escrita que recusa romantizações. Seu trabalho mais recente, *É (Sobre) Viver*, com 294 páginas, prefácio da médica Ana Claudia Quintana Arantes e posfácio da professora Eliane Cadoná, é um manifesto pela vida atravessada pela experiência do adoecimento.



Em 2025, você recebeu o prêmio de Ativista do Câncer de Pulmão. O que esse reconhecimento representou na sua trajetória pessoal e coletiva?

Foi muito emocionante perceber que, mesmo de longe, é possível criar conexões e nos aproximar de pessoas que vivenciam desafios semelhantes e, de algum modo, tocar pessoas.

Por que “É (Sobre) Viver”? O que esse título significa para você?

Neste título, e nesse livro como um todo, falo justamente das inúmeras dificuldades que uma mulher, em estado de adoecimento contínuo como eu, tenho de enfrentar. Por isso, como explico no livro, sou totalmente crítica a essa versão de que nós, mulheres, temos de ser fortes.

A escrita foi uma forma de sobreviver?

O estado de adoecimento traz tantos efeitos ruins, entre os quais a solidão atroz e violenta. Por isso, aprender a conviver com as palavras foi um alívio para tantas dores para as quais não há remédio. Escrevo para viver mais. Vivendo mais, vou escrevendo e assim consigo suportar a densidade do cotidiano no qual vivo doente.

Qual foi o momento mais difícil durante esse processo e como a palavra te ajudou a atravessá-lo?

Não há um momento mais difícil, porque o estado de adoecimento é ruim o tempo todo. Por isso, a escrita é minha forma de respiro. Aprender a narrar as minhas dores é um modo

de compreender que não há saída para a minha situação, ao mesmo tempo em que percebo que parte das dores que sofro são trazidas e potencializadas por tantas ausências. Escrever não cura, nem é conforto. Escrever é uma forma de me rebelar contra a conduta indiferente dos serviços médicos, contra a caridade de quem me detesta e contra os discursos de autoajuda.

Como é transformar uma experiência tão íntima em palavra pública?

Não é um detalhe simples. Toda escrita é uma elaboração de eventos que vivi e que não poderiam

ser contados literalmente. Quando escrevo, consigo repassar, outra vez, pelos meus próprios temas. Depois que elaboro, não sinto que é complicado tornar público o que, para mim, já é algo minimamente compreensível.

Você é professora da rede pública. Como a educação aparece como fio condutor na sua obra?

A educação, tal como a concebemos, representa uma visão de Estado e de sociedade oriunda de uma noção de domínio machista. Independentemente do meu estado de adoecimento, sempre fui militante de uma educação mais



igualitária, antirracista e feminista. Escrevo também porque sei que o domínio do discurso é um domínio político.

O que a literatura te permite dizer que talvez a pesquisa acadêmica não permita?

A pesquisa acadêmica tem compromisso com a formação de conceitos e procedimentos. A literatura tem compromisso com a fruição artística. Não se pode fazer ciência panfletária, nem arte panfletária, mas a literatura pode, pelo viés artístico, ser militante de uma causa.

Minha pesquisa se compromete com a formação de conceitos que ajudem a sociedade a superar o machismo, a violência e a misoginia.

O que mudou na sua visão sobre o cuidado depois do adoecimento?

Pouca coisa mudou. O adoecimento faz emergir hipocrisias que, em contextos de não adoecimento, sobrevivem dentro de uma ideia de normalidade. Em jornadas como essa, pessoas que afirmavam compromisso e cuidado fogem. É doloroso, mas comum, especialmente para nós, mulheres.

“

A melhor forma de acolher quem precisa de cuidados é a escuta. A pedagogia da escuta sensível pode ser a melhor – e talvez a única – forma de ajudar.

”



Mulheres cuidam de todos. Quem cuida das mulheres?

Nem as próprias mulheres. O cuidado é um tema tão delicado que, mesmo após defender minha tese de doutorado sobre isso, percebo um abandono sistemático em relação às mulheres que adoecem.

Como você enxerga a relação entre feminismo e cuidado?

O feminismo abriga muitas tensões. Mas sem nenhuma noção do que é feminismo, as mulheres jamais vão se livrar da dominação masculina. O machismo opera pelos marcos conceituais e pelo manejo sagrado. As mulheres só aprenderão a praticar a sororidade quando compreenderem que não precisam concordar entre si para se apoiarem.

Que tipo de leitura você espera provocar em quem nunca viveu o adoecimento?

Não escrevo com pretensão. Não faço autoajuda. A força do que escrevo está na forma, não no conteúdo. Dialogo com quem deseja ler. Como ensinou Paulo Freire, quem dialoga não impõe uma verdade absoluta.

O que você diria para outras mulheres educadoras que enfrentam doenças graves?

Não diria nada. A melhor forma de acolher quem precisa de cuidados é a escuta. A pedagogia da escuta sensível pode ser a melhor — e talvez a única — forma de ajudar.

Qual é a força que te move para continuar escrevendo e pesquisando mesmo em tratamento?

O compromisso com a minha experiência. Sou mãe e quero que meu filho perceba que é possível sonhar e ter palavras diante da vida e de suas contradições.

Se pudesse resumir sua mensagem em uma frase para as leitoras da Mátria, qual seria?

A arte é tudo, porque a vida não basta.



Paulina Chiziane:

Voz, Memória e Resistência

Primeira mulher moçambicana a publicar um romance, deu voz às experiências e resistências das mulheres de Moçambique.



Conheça seus livros de Paulina:

- **Balada de Amor ao Vento (1990)** – Estreia literária e marco histórico
- **Ventos do Apocalipse (1999)** – Impactos da guerra civil
- **O Sétimo Juramento (2000)** – Poder, tradição e crença
- **Niketche: Uma História de Poligamia (2002)** – Obra mais conhecida, com forte debate sobre relações conjugais
- **O Alegre Canto da Perdiz (2008)** – Identidade, racismo e memória
- **Na Mão de Deus (2012)** – Religião, moral e sociedade



Paulina Chiziane (1955–2023) ocupa um lugar central na literatura africana de língua portuguesa. Reconhecida como a primeira mulher moçambicana a publicar um romance, sua trajetória rompeu silêncios históricos e abriu espaço para que as experiências das mulheres africanas fossem narradas a partir de dentro, com voz própria. Sua escrita dialoga profundamente com a tradição oral, com a memória coletiva e com os conflitos sociais, culturais e políticos de Moçambique.

Nasceu em 1955, na cidade de Manjacaze, em Moçambique. Cresceu em um ambiente rural, marcado pela oralidade, pelos costumes tradicionais e pelas narrativas transmitidas de geração em geração, elementos que se tornaram fundamentais em sua escrita.

Ainda jovem, viveu o período de luta pela independência do país

e os desafios do pós-colonialismo. Estudou Linguística, teve atuação política e cultural e sempre manteve uma relação crítica com as estruturas de poder, sobretudo aquelas que atingem as mulheres.

Ao longo da vida, Paulina recusou rótulos fáceis. Embora frequentemente associada ao feminismo, ela própria afirmava escrever a partir da vivência das mulheres africanas, evidenciando contradições, dores, resistências e estratégias de sobrevivência em uma sociedade marcada pelo patriarcado.

Em 2021, recebeu o Prêmio Camões, o mais importante da literatura em língua portuguesa, reconhecimento internacional de uma obra que ultrapassa fronteiras nacionais. Faleceu em 2023, deixando um legado literário, político e simbólico incontornável.

HELOÍSA TEIXEIRA

quando a palavra vira ponte

Intelectual, feminista e crítica cultural, ela transformou a literatura em território de encontro entre saberes e vozes marginalizadas

Heloísa Teixeira foi uma das vozes mais potentes da literatura e do pensamento feminista brasileiro. Entre livros, críticas e pesquisas, construiu pontes entre a academia e a cultura popular, abrindo caminhos para novas narrativas e para a inclusão. Em março de 2025, aos 85 anos, Heloísa morreu no Rio de Janeiro, encerrando uma trajetória que permanece viva na memória coletiva — celebrada, inclusive, na Academia Brasileira de Letras, onde o documentário *Helô*, dirigido por Lula Buarque de Hollanda, revisitou sua história pessoal e intelectual.

Nascida em Ribeirão Preto (SP), Heloísa construiu uma trajetória profundamente ligada à crítica cultural, ao feminismo e à ampliação dos horizontes do pensamento literário brasileiro. Com formação em Letras Clássicas pela PUC-Rio, mestrado e doutorado em Literatura Brasileira pela UFRJ e pós-doutorado em Sociologia da Cultura pela Universidade de Columbia (EUA), tornou-se uma referência incontornável nos estudos culturais, nas relações de gênero e na crítica da cultura.

Entre suas obras mais marcantes está *26 Poetas Hoje* (1976), antologia que ajudou a consolidar a chamada poesia marginal como expressão legítima da cultura brasileira. Ao reunir autores então pouco reconhecidos, Heloísa abriu espaço para linguagens e experiências que escapavam aos circuitos literários tradicionais.

Foto: Dani Paiva Fotografia



Décadas depois, esse gesto seguiria ecoando em outras gerações e territórios.

Para o escritor, editor e educador Michel Yakini-Iman, referência no movimento de literatura das periferias de São Paulo, iniciativas como essa foram fundamentais para tensionar um campo literário historicamente excludente e elitizado. Segundo ele, no âmbito acadêmico e da crítica literária, a legitimação de outras vozes e narrativas muitas vezes só ocorre quando há uma tensão inicial no próprio meio; caso contrário, essas produções permanecem restritas a seus territórios de origem.

Esse gesto crítico — de olhar para além das regras — acompanhou toda a trajetória de Heloísa. Segundo a pesquisadora e professora da Universidade de Buenos Aires (UBA) Lucía Tennina, especialista em literaturas das periferias brasileiras e amiga da intelectual, Heloísa foi uma das poucas críticas que, desde cedo, se

recusou a reproduzir os filtros excludentes da academia. “Quantos dos críticos literários que menosprezavam escritores com trajetórias não letradocêntricas realmente leram suas obras? Não há dúvida de que a maioria naquela época não os lia, exceto Helô”, afirma.

Nos anos 2000, Heloísa voltou seu olhar para a literatura marginal do século XXI, especialmente para as produções de escritores das periferias das grandes cidades. De acordo com Lucía, assim como fez nos anos 1970 com *26 Poetas Hoje*, Heloísa novamente compreendeu a crítica como ação. “A reflexão crítica da Helô consistiu na criação de plataformas de troca de conhecimentos, de publicação e de divulgação de autores marginalizados”, explica. Para Yakini, quando a crítica e a pesquisa passam a apontar novos sentidos e possibilidades, todo o campo literário se movimenta, seja no interesse de novos leitores, no mercado editorial ou nas instituições culturais, ainda que de forma desigual.

Nesse contexto, Heloísa dirigiu, entre 2007 e 2016, a coleção *Tramas Urbanas*, da editora Aeroplano, dedicada à publicação de autores periféricos, e criou, em 2009, a Universidade das Quebradas, iniciativa inovadora que promoveu o encontro entre intelectuais, artistas e produtores culturais das periferias urbanas. Mesmo sem ter participado diretamente do projeto, Yakini avalia que a Universidade das Quebradas representou uma ruptura importante na forma como a universidade passou a se relacionar com a produção intelectual das periferias, ao valorizar

saberes historicamente marginalizados dentro de uma instituição pública e tensionar os limites tradicionais do conhecimento acadêmico.

Lucía Tennina relata que essa postura teve impacto direto em sua própria trajetória acadêmica. Em um momento em que seu interesse pelos saraus das periferias era desacreditado, foi Heloísa quem a incentivou a seguir adiante. “Ela levantou o telefone, ligou para o Sérgio Vaz (poeta, escritor, agitador cultural, idealizador da Semana de Arte Moderna da Periferia, fundador da Cooperifa “Cooperativa Cultural da Periferia”) e disse: ‘uma argentina vai para o Sarau da Cooperifa’. Depois me falou: ‘vá fazer a sua pesquisa lá’”, recorda. A partir desse estímulo, Lucía desenvolveu pesquisas que se tornaram referência internacional sobre literatura periférica, além de trabalhos de difusão inspirados diretamente no legado de Heloísa.

Esse diálogo entre academia e periferia também se expressava na forma como Heloísa se colocava. “Ela não se situava no lugar de saber nem de poder, mas estabelecia um diálogo de saberes a partir da escuta como ferramenta fundamental”, destaca Lucía.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde foi professora emérita, Heloísa coordenou o Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC) e consolidou a Universidade das Quebradas como um espaço de experimentação social e cultural. Em 2010, Lucía integrou a primeira turma do projeto e lembra da força simbólica daquele espaço. “Era um laboratório de tecnologias sociais, onde se pensava que outro

mundo era possível, com encontros entre ativistas, intelectuais e agentes da cultura periférica”, relata.

A influência de Heloísa se deu também em projetos editoriais contemporâneos. Como editor do selo Elo da Corrente Edições, que já publicou dezenas de autores negros e periféricos, Michel Yakini observa continuidades entre sua atuação e o gesto crítico de *26 Poetas Hoje*. Para ele, a estratégia das antologias — especialmente as ligadas aos saraus — é fundamental para dar visibilidade coletiva a autorias pouco reconhecidas pelo mercado editorial, permitindo que muitos escritores se projetem posteriormente com obras individuais, como ocorreu com nomes revelados na antologia organizada por Heloísa.

Em um gesto simbólico e político, Heloísa abandonou o sobrenome de casada (Buarque de Hollanda) e retomou o sobrenome materno (Teixeira), reafirmando publicamente sua identidade feminista e sua trajetória intelectual.

A mulher na Academia Brasileira de Letras

Em 2023, Heloísa Teixeira foi eleita para a cadeira nº 30 da Academia Brasileira de Letras (ABL), sucedendo a escritora Nélida Piñon e tornando-se a décima mulher a integrar a instituição em mais de 130 anos de história.

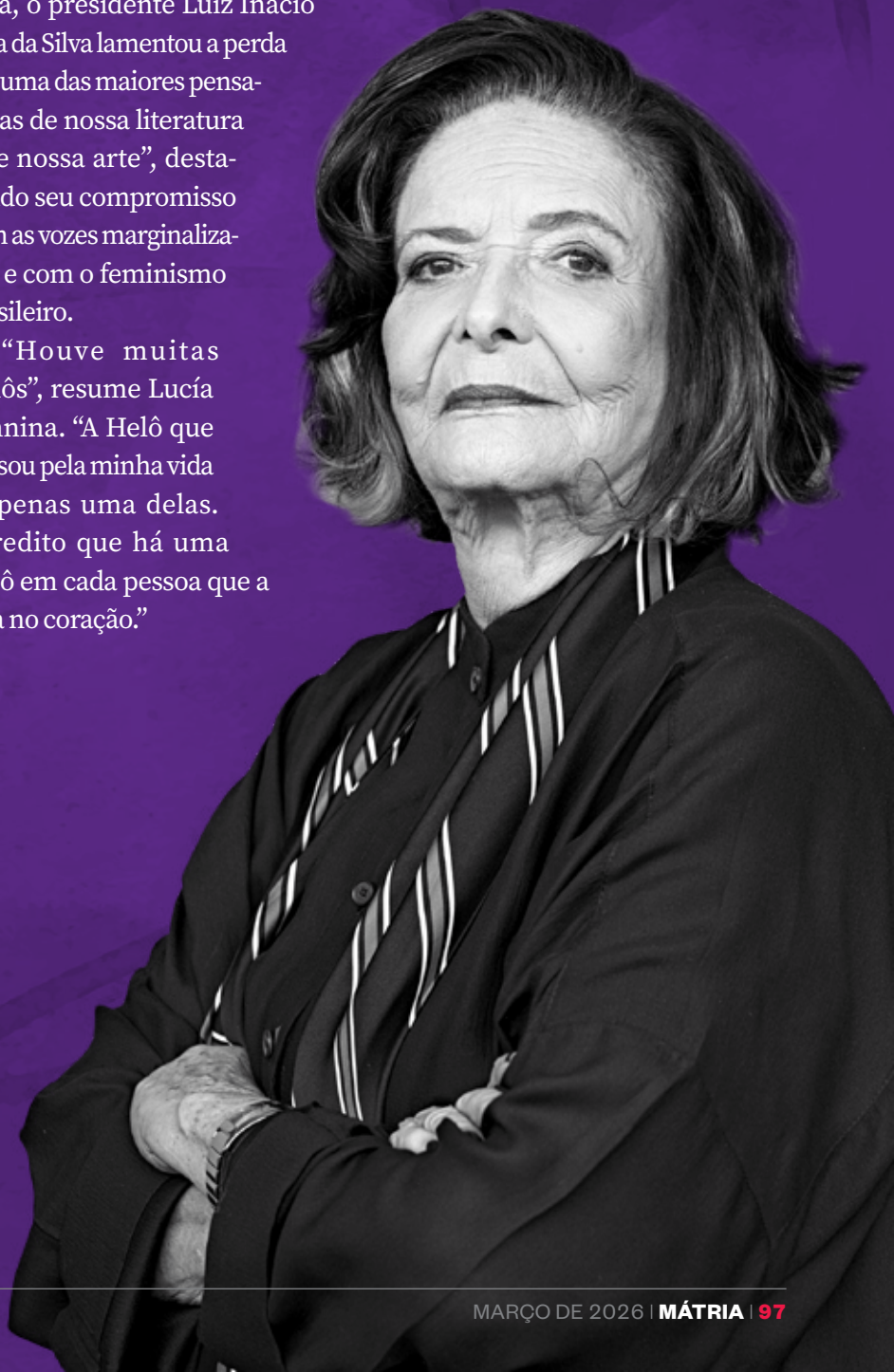
Sua entrada na ABL foi celebrada como um marco de ampliação da representatividade de gênero e de reconhecimento de vozes críticas e culturais diversas. Para Lucía Tennina, esse reconhecimento

institucional não anulou o caráter “anfíbio” de Heloísa como crítica cultural. “Helô circulava por mundos que não seriam o habitat natural de um crítico literário: a gestão cultural, a edição, a divulgação. Ela compreendia a literatura como uma atividade sociocultural”, afirma.

A morte de Heloísa Teixeira gerou comoção nos meios cultural, político e intelectual do país. Em nota, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lamentou a perda de “uma das maiores pensadoras de nossa literatura e de nossa arte”, destacando seu compromisso com as vozes marginalizadas e com o feminismo brasileiro.

“Houve muitas Helôs”, resume Lucía Tennina. “A Helô que passou pela minha vida é apenas uma delas. Acredito que há uma Helô em cada pessoa que a leva no coração.”

Heloísa Teixeira foi mais do que uma intelectual: foi uma voz que ecoou o feminismo, a cultura marginal e a inclusão social no Brasil. Sua obra e sua prática seguem vivas como referência fundamental do pensamento crítico contemporâneo.



Ministério das Mulheres destaca avanços na rede de proteção e novas leis para 2026 ▶

Em 2025, o Ministério das Mulheres ampliou e qualificou a rede de enfrentamento à violência contra mulheres, com lançamento de painéis de dados do *Ligue 180*, inauguração de equipamentos como Casas da Mulher Brasileira e Centros de Referência, além da aprovação de leis que fortalecem medidas protetivas e penalizam crimes de violência de gênero. Para 2026, mais unidades serão inauguradas.

Fonte: Ministério das Mulheres / Governo Federal.



Foto: Thalita Sousa

◀ México apresenta queda histórica de homicídios desde a posse de Claudia Sheinbaum

O governo mexicano divulgou que, entre setembro de 2024 (antes de Sheinbaum assumir) e dezembro de 2025, os homicídios tiveram queda de cerca de 32% a 40%, chegando às menores taxas desde 2016. A presidenta atribuiu a redução à coordenação entre forças de segurança, sistemas de justiça, procuradores e governos estaduais, como parte de sua estratégia nacional de segurança. Os números representam menos mortes violentas e, segundo o Executivo, progressos na proteção da população.

Fonte principal: Prensa Latina



Foto: Divulgação

Violência política de gênero ▶

Mesmo após a criação da Lei nº 14.192/2021, que tipifica a violência política de gênero, mulheres seguem enfrentando intimidações e ataques no ambiente político. Segundo o *Monitor de Violência Política de Gênero e Raça*, apenas 7% das representações chegam a ações penais eleitorais, e muitas são arquivadas ou encerradas sem julgamento, o que dificulta a proteção e a participação feminina nos espaços de poder.

Fonte: Câmara dos Deputados.



Foto: Divulgação

◀ Brasil cria novas leis para proteção e inclusão de mulheres

Em abril de 2025, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou três leis focadas nos direitos das mulheres, incluindo monitoramento eletrônico de agressores, aumento de penas por violência psicológica com uso de tecnologia e punição para discriminação contra mães universitárias. As medidas são vistas como avanços para proteção integral e igualdade de oportunidades.

Fonte: Ministério das Mulheres (Governo do Brasil)



Foto: M. Camargo



PODCASTS

PRAIA DOS OSSOS | SPOTIFY | JORNALISMO

Podcast investigativo apresentado por Branca Vianna que reconstrói o assassinato de Ângela Diniz e analisa como a violência contra as mulheres foi historicamente naturalizada no Brasil. Uma reflexão potente sobre machismo, justiça e memória.



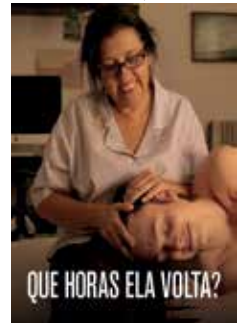
NÓS, MULHERES DA PERIFERIA | SPOTIFY | SOCIEDADE

Produção coletiva que amplifica as vozes de mulheres periféricas, abordando temas como maternidade, racismo, trabalho, cultura e sobrevivência. Um espaço de escuta, troca e fortalecimento.

FILMES E DOCUMENTÁRIOS

HELO | DOCUMENTÁRIO | PRIME VIDEO

O documentário revisita a trajetória de Heloísa Teixeira (Helô), intelectual, editora e figura central do pensamento feminista e cultural brasileiro. Um retrato sensível sobre ideias, afetos, política e o papel das mulheres na construção do pensamento crítico.



QUE HORAS ELA VOLTA? | FILME | NETFLIX

O longa de Anna Muylaert discute desigualdade social, relações de classe e trabalho doméstico a partir da perspectiva de Val, uma mulher nordestina que trabalha como empregada doméstica em São Paulo. Um filme essencial sobre afeto, limites e estruturas de poder.

MANAS | FILME | GLOBOPLAY

Apresenta a história de Marcielle (Jamilli Correa), uma jovem de apenas 13 anos inserida em um meio repleto de violências dentro da periferia onde mora, na Ilha de Marajó, no Pará.



ELAS NO PODER | DOCUMENTÁRIO | YOUTUBE

Produção que acompanha mulheres eleitas em diferentes regiões do Brasil e os desafios enfrentados no exercício do mandato, desde o preconceito até a violência política de gênero.

NOSSAS LUTAS, NOSSAS VOZES | DOCUMENTÁRIO | YOUTUBE

O filme aborda o fenômeno da violência política de gênero, que está presente em silenciamentos, assédios, ameaças, dentre outras manifestações. A narrativa revela efeitos dessas violências na trajetória política e no cotidiano destas lideranças, especialmente na saúde física e mental.



LIVROS

IRMÃS DE INHAME

AUTORA: BELL HOOKS | ANO: 2023

Livro essencial de bell hooks que explora a cura e o bem-estar de mulheres negras, oferecendo estratégias para lidar com os traumas do racismo e sexismo através do afeto.



BALADA DE AMOR AO VENTO

AUTORA: PAULINA CHIZIANE | ANO: 1990

Romance de estreia da autora e marco histórico por torná-la a primeira mulher moçambicana a publicar um romance. A obra trata de amor, opressão, costumes e da condição feminina em uma sociedade marcada pelo patriarcado.



CAMINHOS PARA O PROTAGONISMO FEMININO

AUTORA: LUCIANA PANKE | ANO: 2025

Análise contemporânea sobre a participação política e social de mulheres, com foco nos caminhos para ampliar a presença feminina em posições de liderança e poder, reunindo dados atuais e reflexões teóricas acessíveis.



- 1. HISTÓRIAS DE MULHERES QUE INSPIRAM** | Convide os estudantes a pesquisar e apresentar mulheres que transformaram a educação, a ciência, a cultura ou a política — podem ser personagens nacionais, locais ou da própria comunidade escolar. A atividade pode resultar em um mural, podcast curto ou apresentações em sala, valorizando trajetórias femininas muitas vezes pouco conhecidas.
- 2. PALAVRAS QUE CUIDAM** | Proponha uma roda de leitura com poemas, crônicas ou trechos de livros escritos por mulheres, abordando temas como cuidado, trabalho, sonhos e resistência. Após a leitura, os estudantes podem escrever pequenos textos ou cartas sobre o que aprenderam com essas vozes femininas.
- 3. MULHERES E TRABALHO: QUEM FAZ O QUÊ?** | De forma lúdica, os alunos podem entrevistar pessoas da família ou da comunidade sobre suas rotinas de trabalho e cuidado. O objetivo é comparar histórias e perceber diferenças de experiências entre homens e mulheres, sem julgamento, culminando em uma exposição de relatos ou ilustrações.
- 4. CIÊNCIA TAMBÉM É COISA DE MENINA** | Organize uma atividade de pesquisa ou feira simples sobre invenções, descobertas e pesquisas feitas por mulheres. Os grupos escolhem uma cientista, explicam sua contribuição e apresentam de forma criativa (cartaz, maquete, experimento simples ou vídeo curto).
- 5. MEMÓRIAS QUE CONSTROEM DEMOCRACIA** | Proponha que os estudantes entrevistem mulheres mais velhas (avós, professoras aposentadas, lideranças comunitárias) sobre como era a escola “no tempo delas”. As histórias podem virar textos, áudios ou desenhos, valorizando memória, escuta e diálogo entre gerações.
- 6. REPRESENTAR PARA TRANSFORMAR** | A partir do tema da participação feminina, os alunos podem pesquisar mulheres que ocupam cargos públicos ou de liderança cultural em sua cidade e criar perfis ilustrados ou infográficos simples, discutindo por que é importante que mulheres ocupem esses espaços.

Diretoria Executiva Nacional da CNTE
Gestão 2026/2030

FÁTIMA APARECIDA DA SILVA (MS)

Presidenta

MARLEI FERNANDES DE CARVALHO (PR)

Vice-Presidenta

ROSILENE CORRÊA LIMA (DF)

Secretária de Finanças

FABIO SANTOS DE MORAES (SP)

Secretário Geral

MARÍLIA CIBELLI DE OLIVEIRA SANTOS MÔES (PE)

Secretária de Relações Internacionais

GUELDA CRISTINA DE OLIVEIRA ANDRADE (MT)

Secretária de Assuntos Educacionais

IÊDA LEAL DE SOUZA (GO)

Secretária de Imprensa e Divulgação

MARIA DA CONCEIÇÃO HOLANDA OLIVEIRA (PA)

Secretária de Política Sindical

GEAN CARLOS NUNES DE JESUS (ES)

Secretário de Formação

LUIZ FERNANDO DE SOUZA OLIVEIRA (MG)

Secretário de Organização

IVONETE ALVES CRUZ ALMEIDA (SE)

Secretária de Políticas Sociais

BERENICE D'ARC JACINTO (DF)

Secretária de Relações de Gênero

SERGIO ANTÔNIO KUMPFER (RS)

Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários

ANTONIO MARCOS RODRIGUES GONÇALVES (PR)

Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativo

ALESSANDRO SOUZA CARVALHO (CE)

Secretário de Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação

CLEITON GOMES DA SILVA (SP)

Secretário de Assuntos Municipais

JOSÉ CARLOS BUENO DO PRADO (SP)

Secretário de Direitos Humanos

JOSÉ VALDIVINO DE MORAES (PR)

Secretário de Funcionários da Educação

CARLOS DE LIMA FURTADO (TO)

Secretário de Combate ao Racismo

SECRETARIA EXECUTIVA

ANA CRISTINA FONSECA GUILHERME DA SILVA (CE)

CLAUDIR MATA MAGALHÃES DE SALES (RO)

GIRLENE LAZARO DA SILVA (AL)

HENRIQUE RODRIGUES TORRES (DF)

IZABEL CRISTINA GOMES DA COSTA PAOLINO (RJ)

KATIA CILENE MENDONÇA ALMEIDA (AP)

MARIA INEZ DOS SANTOS (SC)

MOACYR AMERICO DA SILVA (SP)

PAULINA PEREIRA SILVA DE ALMEIDA (PI)

RAIMUNDO NONATO COSTA OLIVEIRA (MA)

SANDRO LUIZ CIFUENTES (SC)

VANDA DO PILAR SANTOS BANDEIRA SANTANA (PR)

DIRETORIA EXECUTIVA ADJUNTA

ALEX SANTOS SARATT (RS)

CLAUDIO ANTUNES CORREIA (DF)

EDSON RODRIGUES GARCIA (RS)

FRANCISCA PEREIRA DA ROCHA SEIXAS (SP)

MARILDA DE ABREU ARAUJO (MG)

MIGUEL SATUSTIANO DE LIMA (RN)

ODISSEIA PINTO DE CARVALHO (RJ)

RICHARD ARAÚJO (SP)

ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO (SP)

RONILDO OLIVEIRA DO NASCIMENTO (PE)

ROSANA SOUSA DO NASCIMENTO (AC)

SORAYA MARIA CORDEIRO DE SOUZA (PB)

STENIO MATEUS DE MORAIS LIMA (SP)

SUZANE TEIXEIRA BARROS (RS)

VALDIR DOS SANTOS SILVA (BA)

CONSELHO FISCAL - TITULAR

CRISTIANNE MEDEIROS DANTAS (RN)

MARIA DAS MERCES DE JESUS SILVA (PI)

SARA SANTIAGO CARNEIRO (BA)

MARIA LEÔNIA GOMES DE LIMA (PB)

IARA GUTIERREZ CUELLAR (MS)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

MARIA DA PENHA ARAÚJO (PB)

UBIRAELOSON AMARAL DE ARAÚJO (AP)

JOÃO CARLOS ALVES ARÊAS (MG)

HELENO MANOEL GOMES DE ARAÚJO FILHO

VICE-PRESIDENTE DA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO - IE

SECRETÁRIO GERAL DA CPLP-SE

ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO

VICE-PRESIDENTE DA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO

PARA AMÉRICA LATINA - IEAL

CONSELHOS PARA A MULHER FORTE

Se és uma mulher forte

*te protejas das hordas que desejarão
almoçar teu coração.*

Elas usam todos os disfarces dos carnavais da terra:

se vestem como culpas, como oportunidades, como preços que se precisa pagar.

*Te cutucam a alma; metem o aço de seus olhares ou de seus prantos
até o mais profundo do magma de tua essência*

não para alumbrar-se com teu fogo

senão para apagar a paixão

a erudição de tuas fantasias.

Se és uma mulher forte

tens que saber que o ar que te nutre

carrega também parasitas, varejeiras,

miúdos insetos que buscarão se alojar em teu sangue

e se nutrir do quanto é sólido e grande em ti.

Não percas a compaixão, mas teme tudo que te conduz

a negar-te a palavra, a esconder quem és,

tudo que te obrigue a abrandar-se

e te prometa um reino terrestre em troca

de um sorriso complacente.

Se és uma mulher forte

prepara-te para a batalha:

aprende a estar sozinha

a dormir na mais absoluta escuridão sem medo

que ninguém te lance cordas quando rugir a tormenta

a nadar contra a corrente.

Treine-se nos ofícios da reflexão e do intelecto.

Lê, faz o amor a ti mesma, constrói teu castelo

o rodeia de fossos profundos

mas lhe faça amplas portas e janelas.

É fundamental que cultives enormes amizades

que os que te rodeiam e queiram saibam o que és

que te faças um círculo de fogueiras e acendas no centro de tua habitação

uma estufa sempre ardente de onde se mantenha o fervor de teus sonhos.

Se és uma mulher forte

se proteja com palavras e árvores

e invoca a memória de mulheres antigas.

Saberás que és um campo magnético

até onde viajarão uivando os pregos enferrujados

e o óxido mortal de todos os naufrágios.

Ampara, mas te ampara primeiro.

Guarda as distâncias.

Te constrói. Te cuida.

Entesoura teu poder.

O defenda.

O faça por você.

Te peço em nome de todas nós.

(tradução de Jeff Vasques)

Gioconda Belli (Manágua, Nicarágua, 1948)

Poeta, romancista e ativista política nicaraguense. Sua obra é marcada pela união entre erotismo, feminismo e militância. Integrou a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), atuando na resistência contra a ditadura de Anastasio Somoza. Recentemente, tornou-se uma crítica feroz do governo de Daniel Ortega, o que a levou a ser privada de sua nacionalidade nicaraguense em 2023, tornando-se apátrida antes de adotar as nacionalidades espanhola e chilena.

